

5 — 6 DEZEMBRO 2019

Rio de Janeiro, PUC-Rio

LIVRO DE ATAS

1º SEMINÁRIO CIENTÍFICO LATINO-AMERICANO

em questões de Risco, Arquitetura Humanitária e Gênero

Risco, resiliência, arquitetura humanitária e incremental housing em favelas:

o papel das universidades, dos(as) profissionais de arquitetura, das áreas sociais e das Marias & Marielles



ORGANIZAÇÃO



LIVRO DE ATAS

EDIÇÃO

A.Nuno Martins, Samia Nascimento Sulaiman, Jacira Saavedra Farias, Marcelo Burgos, Maria Alice Carvalho, Otavio Leonídio, Carmen Mendoza-Arroyo

1º SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO EM RISCO, RESILIÊNCIA, ARQUITETURA HUMANITÁRIA E INCREMENTAL HOUSING EM FAVELAS: O PAPEL DAS UNIVERSIDADES, DOS(AS) PROFISSIONAIS DE ARQUITETURA, DA ÁREA SOCIAL E DAS MARIAS & MARIELLES

1ER SEMINARIO LATINOAMERICANO SOBRE RIESGO, RESILIENCIA, ARQUITECTURA HUMANITARIA Y INCREMENTAL HOUSING EN BARRIOS MARGINALES:

EL PAPEL DE LAS UNIVERSIDADES, LOS PROFESIONALES DE LA ARQUITECTURA, EL ÁREA SOCIAL Y MARIAS & MARIELLES

1ST LATIN AMERICAN SEMINAR ON RISK, RESILIENCE, HUMANITARIAN ARCHITECTURE AND INCREMENTAL HOUSING IN SLUMS: THE ROLE OF UNIVERSITIES, ARCHITECTURE PROFESSIONALS, THE SOCIAL AREA AND MARIAS & MARIELLES

DATA & LOCAL

5 — 6 de Dezembro 2019

Pontifícia Universidade Católica

Rio de Janeiro, Brasil

ENTIDADES ORGANIZADORAS

PUC-Rio (RJ), Universidade de Lisboa (FAU, CIAUD), Universidade Internacional de Catalunya, Universidade de Beira Interior (DECA), UFF (EAU, PPGAU, Niterói-RJ), e ONG Building 4Humanity (Coimbra, Portugal)

ISBN: 978-989-54741-2-7

© 2020

**Atas do I Seminário Internacional em Risco. Resiliência e
Arquitetura Humanitária; o papel das universidades, dos
profissionais e das marias&marielles.** E-book.

Martins, A. N.; Saavedra, J.; Sulaiman, S.; Burgos, M.; Carvalho, M.A.; Leonídio, O.

**CIAUD, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa & Building
4Humanity**

<https://www.seminarioarq-humanitaria-marielleaward.com/oportunidades-publicacoes>

COMISSÃO ORGANIZADORA

PRESIDENTES

A.Nuno Martins (UL/FAU/CIAUD, UBI), Carmen Mendoza-Arroyo (UIC-Barcelona), Marcelo Burgos (PUC-Rio), Maria Alice Rezende de Carvalho (PUC-Rio), Otavio Leonídio (PUC-Rio), Jacira Saavedra (PROURB-UFRJ)

DIRETORA EXECUTIVA

Tatiana Terry (PUC-Rio)

ASSISTENTE DA DIREÇÃO EXECUTIVA:

Dorlene Meireles (PUC-Rio)

CONSELHO CONSULTIVO

Gerônimo Leitão (UFF/RJ), Isabel Raposo (GESTUAL-CIAUD, FAUL), Maria Manuela Mendes (FAUL e CIES-ISCTE-IUL), Raquel Collacios (UIC/BCN)

Rede de colaboradores de universidades parceiras:

Aline Rocha (UFF), Debora Sanches (FAU+Mackenzie SP), Andreia Nogueira (PUC/UFRJ)

Apoio logístico na PUC-Rio:

Departamento de Ciências Sociais

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

COMISSÃO CIENTÍFICA

Adelia Nunes (UC)
Adriana Gomes do Nascimento (UFSJ)
Adriana Goni (UDELAR)
Ana Baltazar (UFMG)
A. Nuno Martins (FAUL)
Alex Magalhães (LEDUB-IPPUR/UFRJ)
Aline Nasralla Regino (Centro Universitário Belas Artes-SP)
Ana Claudia Cardoso (UFPA)
Ana Falu (UN HABITAT)
Ana Gabriela Godinho Lima (FAU Mackenzie)
Anderson Kazuo Nakano (UNIFESP)
Andrea Borde (PROURB/UFRJ)
Andréa Zacharias (UNESP)
Angélica Bennati Alvim (FAU Mackenzie)
Apen Ruiz (UIC Barcelona)
Ayara Mendo (UFRJ)
Bernardina Borra (Spontaneous City)
Caliane C. O. de Almeida (Imed)
Carlos Leite de Souza (FAU Mackenzie)
Catalina Ortiz (DPU-University College London)
Catarina Isabel Martins (UC)
Clara E. Irazábal-Zurita (University of Missouri)
Claudio Acioly (UN-HABITAT)
Clovis Ultramari (PUC/PARANÁ)
Debora Sanches (FAU Mackenzie)
Denise Antolucci (FAU Mackenzie)
Denise Falcão Pessoa (Centro Universitario Belas Artes-SP)
Dirceu Piccinato (Imed)
Eliana Rosa de Queiroz Barbosa (PACC- UFRJ)
Eunice Helena Abascal (FAU Mackenzie)
Fabio Duarte (PUC/PARANÁ)
Gerônimo Emílio Almeida Leitão (UFF)
Giovanni Allegreti (UC)
Humberto Kzure-Cerquera (DAU/ IT/UFRRJ)
Isabel Raposo (FAUL)
Ivo Pereira Oliveira (Universidade do Minho)
Jacira Saavedra (PROURB/UFRJ)
João Paulo Huguenin (UFG)
Jose Irivaldo Alves Oliveira Silva (UAGESP-UFMG)
Judith Rodriguez (Harvard Graduate School of Design)
Juliana Demartini (UNEMAT)
Juliana Canedo (PROURB/UFRJ)
Junia Ferrari (UFMG)
Kathrin Golda-Pongratz (UIC Barcelona)
Fabiana Mabel (LabEspaço/UFRJ)
Faten Kikano (University of Montreal)
Laura Machado de Mello Bueno (POSURB PUC-Campinas)
Liliane Hobeica (UC)
Lucia Shimbo (IAU USP)
Luciana Nemer Diniz (UFF)
Luciana Royer (FAU USP)
Luciano Lourenço (UC)
Lúcio Cunha (UC)
Luiza Naomi Iwakami (Centro Universitário Belas Artes-SP)
Marcela Tovar (Columbia-NY)
Marcelo Burgos (PUC / RIO)

COMISSÃO CIENTÍFICA (CONTINUAÇÃO)

Marcelo Perez (UDELAR)
Marcos Virgílio da Silva (Centro Universitário Belas Artes-SP)
Marcos Pereira Diligenti (PUCRS)
Margarida Pedroso Lima (UC)
Maria Alice Resende de Carvalho (PUC / RIO)
Maria Alice Medeiros Dias (PUCRS)
Maria Helena do Carmo Silveira Costa (UFMG)
Maria Laís Pereira da Silva (UFF)
Maria Lurdes Zuquim (FAU USP)
Maria Manuela Mendes (FAUL e CIES-ISCTE-IUL)
Mariana Correia (Escola Superior Gallaecia)
Marta Benages Albert (UIC Barcelona)
Maureen Fordham (University College of London)
Mauro Claro (FAU Mackenzie)
Miguel Amado (IST/ULISBOA)
Otávio Leonídio (PUC-Rio/ DAU)
Patricia Maya (UFRJ)
Paula Raquel Jorge (FAU Mackenzie)
Paula Santoro (FAU USP)
Paulo Emilio Buarque Ferreira (FAU Mackenzie)
Paulo Nascimento Neto (PUC/PARANÁ)
Pedro da Luz Moreira (UFF)
Pedro Manuel Pinto Santos (IGOT-ULisboa)
Raquel Coutinho (PUC-Rio / PPGAU)
Regina Bienenstein (PPGAU/UFF)
Ricardo de Sousa Moretti (UFRN)
Rodrigo José Firmino (PUC/PARANÁ)
Ronaldo de Moraes Brilhante (PPGAU/UFF)
Rossana Brandão Tavares (PPGAU/UFF)
Sergio Palleroni (Portland State University)
Sidney Piochi (Unicamp)
Sílvia Mikami (Unicamp)
Simone Gatti (FAU USP)
Solange Teles da Silva (Direito Mackenzie)
Suzana Pasternak (PEPG/PUC-SP)
Tainá Reis de Paula (BR Cidades)
Tatiana Terry (PUC RJ)
Temitope Egbekelian (University of Newcastle-Australia)
Teresa Cunha (UC/CES)
Thais Rosa (UFBA)
Tomás Antônio Moreira (PPGAU-IAU/USP)
Viviane Manzione Rubio (FAU Mackenzie)
Volia Kato (FAU Mackenzie)
Wilson Ribeiro dos Santos Jr (POSURB PUC-Campinas)
Zaida Muxi (UPC- Barcelona)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	06
ENQUADRAMENTO	06
NOTA DOS MODERADORES	09
EIXOS	11
SESSÕES TEMÁTICAS	12
PÔSTERES	20
RESUMOS	21
EIXO 01	22
EIXO 02	33
EIXO 03	47
EIXO 04	61
EIXO 05	73
EIXO 06	82
EIXO 07	97
PÔSTERES	112
TRABALHOS NÃO ACADÊMICOS	127
PROGRAMA	130
ORGANIZAÇÃO & APOIOS	132
FOTOGRAFIAS	133

APRESENTAÇÃO

1º Seminário Latino-Americano em Risco, resiliência, arquitetura humanitária e incremental housing em favelas: o papel das universidades, dos(as) profissionais de arquitetura, da área social e das Marias & Marielles

Pesquisadores e professores de diversas instituições, entre as quais o CIAUD, da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, a PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), a Universidade Federal Fluminense, a Universidade Internacional de Catalunya (Master em Sustainable Emergency Architecture, Barcelona) e ainda a Universidade da Beira Interior (Portugal) se somaram à ONG Building 4Humanity, com sede na cidade de Coimbra, em Portugal, para organizar o 1º Seminário Científico Latino-americano em questões de Risco, Arquitectura Humanitária e Gênero, no âmbito do evento *Marielle Franco Community Design Award #2nd edition*.

A PUC-Rio, através do Departamento de Ciências Sociais, onde Marielle Franco se graduou, e do Departamento de Arquitectura e Urbanismo, sedia o seminário.

ENQUADRAMENTO

”Quase a atingir o primeiro quinto de século XXI, a população mundial e em particular a população das grandes cidades, continua em acentuado crescimento, com algumas tendências que se apresentam preocupantes. O vertiginoso ritmo da urbanização como resultado de sucessivos movimentos migratórios, externos ou internos, tem sido acompanhado do acentuado aumento número de habitantes das metrópoles. A ausência de uma oferta habitacional acessível a todos, leva a que parte significativa das famílias que chegam à cidade se fixem nas periferias ou interstícios urbanos sub-infraestruturados. Nestes, a falta de serviços urbanos básicos é a regra, e a exposição ao risco de desastres é das mais elevadas, quer por via de ocupação de áreas geologicamente instáveis, não adequadas à edificação, quer por ausência de políticas públicas de redução do risco e preparação dos desastres; quer ainda pela vulnerabilidade dos grupo sociais. Estes grupos dispõem de baixa renda, níveis de educação mínimos, e incluem segmentos particularmente vulneráveis, como sejam idosos, jovens e mulheres e crianças em risco, ou outros subgrupos frequentemente marginalizados ou excluídos: refugiados, LGBT+, quilombolas, ciganos e outros grupos étnico-raciais minoritários.

Este encontro científico de fala portuguesa e castelhana de países europeus, africanos e latino-americanos pode considerar-se como único na sua configuração geográfica, temática e reunião de cientistas sociais, designers e líderes comunitários. Procura sentar à mesa de debate, pesquisadores, profissionais, técnicos de instituições públicas, membros de ONGs, de movimentos sociais, ativistas e representantes de comunidades locais interessados em partilhar conhecimentos e experiências. A partir de saberes adquiridos através do estudo ou da vida quotidiana e seus desafios, o seminário tem como objetivo promover a discussão plural, democrática, e com uma visão de uma sociedade inclusiva e progressista, sobre questões de vulnerabilidade, criação de risco, construção de resiliência, arquitetura humanitária, *incremental housing*, urbanização de favelas, saúde pública, desenho urbano, expressões físicas do direito à cidade, infraestrutura e serviços públicos para a saúde, o bem estar e qualidade de vida que de alguma forma afetam o dia a dia das comunidades em áreas precárias: *favelas, barrios, tugurios, musseques, chabolos*.

Importa sublinhar que este seminário tem a sua gênese no concurso mundial Marielle Franco Community Design Award, criado em 2018 pela ONG Building 4Humanity Designing and Reconstructing Communities Association (com sede em Coimbra, Portugal) de que se pode considerar como um desdobramento. Uma espécie de braço científico, e também artístico. De fato, o seminário decalca sobre o legado de ativismo feminino, resistência e causa pela *arquitetura humanitária* abraçada por Marielle (brutalmente assassinada num crime frio e calculado que chocou o Brasil e o mundo) após uma reunião com mulheres no popular bairro carioca da Lapa, e quando trabalhava com o CAU RJ para implementação de um projecto-lei sobre *Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social*. Nesse sentido, o seminário encoraja o debate sobre questões de gênero, o papel das mulheres nas melhorias habitacionais, as suas lutas pela família e moradia adequada, o combate à discriminação, o direito à igualdade de oportunidades e participação política, a autonomia econômica e direito a estarem livres da violência, física e psicológica, e à educação, sobre a sua segurança pessoal em situações de crise ou conflitos armados, pelo direito à diversidade e integração, ao envolvimento no planejamento, desenho, produção, uso e ocupação do espaço urbano, à higiene pessoal e à privacidade. Existia, por isso, uma forte expectativa com respeito à participação de mulheres-acadêmicas, estudantes, profissionais e representantes da sociedade civil. Essa expectativa foi claramente confirmada: nas mais de cento e cinquenta submissões recebidas provenientes de sete países e nas 103 que conseguiram ser aprovadas (por uma comissão científica internacional de mais de 80 professores doutorados, mais de metade dos quais mulheres), 83 dessas submissões têm como primeiras autoras mulheres. Mais de 80%!

A *chamada de trabalhos científicos* teve como balizas as linhas orientadoras de acordos internacionais. Destaque para os ODS, os *objetivos de desenvolvimento sustentável*, e a agenda mundial 2030 adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em 2015. Dentro dos 17 objetivos interessam em particular os que incidem sobre o tema das cidades, a equidade e igualdade sociais e de gênero, a segurança e a resiliência (os ODS 5, 10, 11 e 13). Serve também como referente o *acordo de Paris para as alterações climáticas*, o *acordo de Sendai para a redução de risco de desastres*, o *Manifesto pelo Direito das Mulheres à Cidade*, assinado por diversas agências internacionais, entre as quais o Gender HUB UNI UN Habitat.

O seminário organizou-se segundo o modelo de sessões plenárias, sessões temáticas com comunicações orais, pôsteres e mesas de debate. As atividades científicas foram concentradas num intenso primeiro dia na PUC-Rio, essa mesma onde Marielle estudou no Departamento de Ciências Sociais e, graças a uma *bolsa de estudos integral* do governo do então Presidente Lula da Silva (Programa Universidade para Todos, lançado pelo ministro da Educação Fernando Haddad), se fez socióloga.

O seminário convidou ainda a submissões não científicas: documentários-vídeo, fotografia, narrativas e performances. Foram agendadas exposições de diversos documentários que centram o olhar sobre a remoção de moradias, o papel das comunidades em processos de realojamento ou urbanização. O evento do primeiro dia culmina com balanço das várias mesas) e atribuição de prêmios para os melhores trabalhos (com entrega de certificados). Para além da publicação online do livro de resumos, estão previstas diversas publicações pós-seminário, com diferentes *impact factor*, procurando satisfazer diferentes metas pessoais e de carreira.

O seminário culminou no segundo dia com uma visita guiada, pela parceira *Redes da Maré*, ao complexo da Maré, a comunidade onde Marielle nasceu, cresceu e se tornou educadora e ativista. Este intercâmbio reforçou um vital mútuo entendimento e cooperação com a comunidade. Aqui o seminário e a semana *Marielle Franco Community Award* fundiram-se num único evento. Todos puderam assistir ao vivo à oficina de construção ministrada ao longo da semana para mulheres da comunidade pelas arquitetas e engenheiras da equipe da *Arquitetura na Periferia* (ex-Arquitetas sem fronteiras-Brasil), de Belo Horizonte, equipe agraciada em 2018-19 com o prêmio Marielle Franco Community Design Award. Esta atividade foi co-organizada com o CAU-RJ, e teve o apoio da *Redes da Maré* e Departamentos de Arquitetura e Ciências Sociais da PUC-Rio. Após a apresentação do trabalho fantástico da *Redes* e debates informais com representantes dos movimentos sociais, teve lugar a degustação de uma feijoada servida pela ONG local, a *Maré dos Sabores*, um bem sucedido projeto de empreendedorismo social de mulheres da comunidade. Após este

momento de convívio, a que se seguiu o extraordinário show *Mulheres ao Vento*, mais um projeto da *Redes* e da *Casa das Mulheres*, o seminário mudou-se para a sede do Instituto de Arquitetos do Brasil. No auditório do IAB-RJ, houve a entrega do prêmio pecuniário associado ao *Marielle Award para Arquitetura na Periferia* para continuação do seu magnífico trabalho com comunidades da periferia de Belo Horizonte (BH). Na primeira edição do Marielle Award as arquitetas de BH superaram 23 outras candidaturas de todo o mundo, com um júri internacional presidido pela professora Anna Tibaijuka, antiga Vice-Secretaria das Nações Unidas (no mandado de Koffi Anan) e ex-presidente da UN-HABITAT.

Antes de terminar, um agradecimento aos nossos parceiros internacionais, a UIC de Barcelona (nossa co-presidente Carmen Mendoza-Arroyo), a UDELAR/Montevideo (Adriana Goñi, Beatriz Rocco e Marcelo Perez) e ainda a Harvard Graduate School of Design/Boston, EUA (Judith Rodriguez). Um bem haja à professora Manuela Mendes, da FAU/Lisboa, que esteve no desenho dos eixos temáticos e vai continuar a ter um papel central nas publicações pós-seminário.

Uma palavra de profunda gratidão aos nossos parceiros locais de organização: a PUC-Rio, que gentilmente cedeu instalações e acolheu o seminário com entusiasmo e envolvimento de docentes e estudantes-voluntários. Creio, modestamente, que estivemos à altura do legado de Marielle-mulher-ativista-feminista-política-eleita, barbaramente executada em Março de 2018 (a par de seu motorista Anderson Gomes). Nunca é demais sublinhar que Marielle é uma *cria da Maré* que se tornou um ícone internacional: seu nome está presente na toponímia de Paris e vai a caminho de estar em dezenas de outras cidades, por tudo o que passou a representar para mulheres em todo o mundo em luta por igualdade, emancipação, direitos LGBT+, afirmação pessoal, social e profissional.

Este foi um evento que tematicamente rompeu com fronteiras interdisciplinares e interculturais. Tendo saído do papel apenas em Junho de 2018, sem dispor de qualquer recurso, constituiu-se como o mais importante na sua área em língua portuguesa do ano, e um dos que certamente marcou o calendário internacional de 2019 nos temas do risco, resiliência e arquitetura humanitária.

Em nome do elenco de presidentes, quero parabenizar a valorosa equipe organizadora assim como a de voluntários da PUC-Rio, coordenados pela incansável professora Darlene Meireles. Expressar ainda o maior apreço junto de todos os participantes por se terem inscrito e dedicado ao seminário em tempos nebulosos e instáveis, de constantes *ameaças de cortes*, de escassez de recursos e desproporcionais pressões sobre os jovens pesquisadores e docentes em início de carreira. Esperamos que tenham podido concentrar-se este dois dias e desfrutar deste singular primeiro encontro científico-artístico em toda a sua plenitude. E que possam ter tido oportunidade de conhecer-se, partilhar, aprender, ensinar, questionar os demais e a si próprios como arquitetos, sociólogos, antropólogos, geógrafos, trabalhadores sociais... E quem sabe, através destas conexões, questionarmo-nos quanto ao nosso papel como acadêmicos, profissionais e, porventura, como pessoas; pôr em dúvida o que tínhamos por garantido e, se preciso for, reinventarmo-nos para podermos avançar na área do conhecimento e ação que escolhemos, no quadro de carreiras acadêmicas e/ou profissionais.

Por aquele que foi um alegremente carioca e intelectualmente inquietante seminário.
E por todas as *Marias & Marielles* que nos agitam, inspiram e transformam.”

A. Nuno Martins

Pesquisador do CIAUD, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Professor convidado na Universidade da Beira Interior (Portugal)

Diretor Executivo da ONG Building 4Humanity (Instituto Universitário Justiça e Paz, Diocese de Coimbra, Portugal) / *Lisboa, Barcelona e Rio de Janeiro, 10 de Dezembro de 2019*

NOTA DOS MODERADORES

De acordo com os relatos feitos pelos moderadores das sessões de apresentações orais, os principais temas abordados nos trabalhos apresentados envolveram Ocupações de imóveis vazios, Assessoria Técnica, Arte Urbana, Museu Social, Luta por Moradia, Violência Urbana, Inclusão social, Memória, Moradia Popular, Ativismo Tático, Intervenções Urbanas. Os conceitos abordados enfocaram Direito à Cidade, Autogestão, Função Social da Propriedade, Questões Fundiárias da Terra, Mobilização e Resistência, Vulnerabilidade social, Apropriação do espaço público, Melhoria habitacional e do espaço público, com ênfase no papel de mulheres da comunidade; processos de emancipação feminina e envolvimento comunitário na urbanização de favela e auto-construção.

Os trabalhos representaram pesquisas empíricas com base teórica, estudos de casos situados em áreas urbanas centrais, cidades do litoral e interior, com distribuição geográfica de vários estados do Brasil. Entrevistas foram muito frequentes mas também alguns levantamentos desenhados e análise de design dos processos e produtos da auto-construção ou pequena empreitada estiveram presentes. Teve destaque a abordagem interdisciplinar e preponderância de intervenções em favelas em periferias, em diálogo com populações de baixa renda e/ou movimentos de luta pela moradia. Nesse escopo, os caminhos apontados indicaram espaço público como um ambiente plural e interdisciplinar que pertence a todo cidadão; os museus sociais da cidade do Rio de Janeiro como interessantes focos de análise da luta por moradia; movimentos sociais de moradia enquanto sujeitos coletivos de luta, construção de identidade e da representação social e política, que resgatam o sentido cooperativo de comunidade; necessidade de desenvolvimento de políticas públicas efetivas que garantam o direito à cidade a todos.

Projetos de melhoria habitacional centrados em mulheres apresentam maior foco, autonomia e eficiência. Persiste, contudo, um distanciamento entre práticas comunitárias resilientes com foco na melhoria e expansão habitacional e políticas públicas que reflitam os ensinamentos dessas práticas e potencializem a capacidade instalada em termos de recursos humanos. Pequenos grupos locais, quando apoiados por saber técnico, exponenciam suas capacidades e reforçam a resiliência comunitária, a qual os prepara para novos desafios, num ciclo positivo de ação-aprendizagem, melhoria da ação-reaprendizagem e nova ação melhorada. A auto-construção, contudo, tende a ser um processo em que a participação do morador é repartida, com presença cada vez mais significativa do pequeno empreiteiro local, contratado à medida das necessidades. Dessa forma, a análise de obras de ampliação de moradias com o objetivo de compreender processos de densificação urbana e complexificação de circulação no emaranhado das vielas em favelas de alta densidade, como nos morros do Rio de Janeiro, revelou-se inovadora no sentido de ajudar-nos a compreender as dinâmicas de crescimento urbano e densificação no quadro da informalidade.

Por outro lado, a vulnerabilidade, a segregação socioespacial e a injustiça social territorializam perversamente áreas de riscos tecnológicos e socioambientais, demandando abordagens reflexivas integrando ensino, pesquisa e extensão solidários, com metodologias cooperativas de produção de conhecimento e intervenção social. Desenvolvimento comunitário, acessibilidade, diagnóstico participativo, direito ao território, bem como responsabilidade da Universidade foram questões do debate. Nesse campo, os principais temas foram a necessidade de um conhecimento científico que dialogue com os saberes sociais; a natureza coletiva da ciência e a importância de uma cultura científica que sensibilize a sociedade brasileira. Consideração a ser feita é a significativa coincidência de pontos de vista entre os membros da sessão e os autores, denotando uma convergência nas ideias que vêm sendo defendidas pela comunidade científica e outros segmentos organizados da sociedade civil.

Os projetos de extensão universitária, o suporte de ONGs, a capacitação e empoderamento de moradores, sobretudo mulheres, constituem pilares importantes para a construção da resiliência comunitária. O caminho é o de uma crescente autonomia da comunidade expressa por iniciativas de base local e de posicionamento dialogante mas reivindicativa mais forte junto de interlocutores

como o poder público. O projeto de Mariana Montagna, que foi à África embarcar num projeto desenhado na base de recursos humanos e materiais locais para uma família, introduziu a temática do *arquiteto/a humanitário/a*, que se envolve com profundidade com a comunidade local e desenvolve capacidades que só essa imersão cultural consegue fazer emergir.

Beatriz Rocco, Carlos Henrique de Lima, Débora Sanches, Jacira Saavedra, Maíra Machado Martins, Marcelo Burgos, Marcelo Perez, Nuno Martins, Otavio Leonidio, Renata Bastos da Silva, Ricardo José de Azevedo Marinho, Samia Nascimento Sulaiman.

EIXOS

01

Melhoria habitacional e do espaço público, com ênfase no papel de mulheres da comunidade

Processos de emancipação feminina e envolvimento comunitário na urbanização de favela e auto-construção; Incremental housing ('construção de laje') e alargamento de becos e vielas como estratégia de redução de risco de desastre, saúde, bem estar e segurança pública via programas públicos, iniciativas comunitárias ou particulares. Páginas 24 a 34

02

Direito(s) na cidade e espaços de diversidade

O papel e demandas de minorias (afro-brasileiros, indígenas, quilombolas, imigrantes, refugiados, ciganos/Roma e LGBT+) na configuração de áreas precárias e de favelas. Páginas 35 a 47

03

Insurgências urbanas associadas ao aumento da vulnerabilidades, à exposição ao risco e à produção de cidade

Processos de invasão de áreas livres (baldios urbanos) e ocupação de edifícios degradados; transformações arquitetônicas e expressões artísticas da resiliência e do ativismo pelo direito à cidade. Páginas 48 a 61

04

Arquitetura de favela e suas dimensões

Dimensões etárias, sociais, culturais, artísticas, espirituais, de mobilidade, de participação comunitária, de violência (em particular sobre mulheres), de bem-estar e qualidade de vida. Páginas 62 a 73

05

O papel de arquitetas/os e equipes mistas de ONGs nas favelas

Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social; formalidade X informalidade; relação saúde e bem-estar da família-ambiente construído. Páginas 74 a 82

06

Geografias da saúde, do risco e o uso de novas tecnologias

Saneamento, água potável, gestão de resíduos, censo social, mapeamento colaborativo, sistemas de informação e aplicativos para celular na urbanização de favelas, nas reformas & ampliações de casas e segurança pessoal dos moradores. Páginas 83 a 97

07

O papel da Universidade na construção de uma cidade mais igualitária

Empoderamento, capacitação e circulação de conhecimentos; alianças e ações colaborativas entre grupos de pesquisa, movimentos sociais urbanos e associações de moradores. Páginas 98 a 111

SESSÕES TEMÁTICAS

EIXO 01

Melhoria habitacional e do espaço público, com ênfase no papel de mulheres da comunidade

Casa Lab – Laboratório de Fazeres da Mulher Periférica: a casa como instrumento de ressignificação e emancipação feminina na periferia da Zona Sul de São Paulo.

Ana Cristina da Silva Morais e Silene Amorim Monteiro. *Página 25*

A Casa de Jajja – moradias autoconstruídas para mulheres em zonas rurais.

Mariana Montag Ferreira; Lucas Fehr e Ricardo Ramos. *Página 26*

A habitação e o habitar na cidade: A experiência de mulheres beneficiárias do empreendimento Parque das Águas (PMCMV) em Juiz de Fora-MG.

Verônica Sakaragui. *Página 27*

“Das Margens pra Marginal, isso é Real” - Estratégias participativas de ocupação do território: Comunidade do Real Parque.

Michaela Iwanow de Araujo. *Página 28*

Assistência técnica como ferramenta para redução do déficit habitacional no Distrito Federal.

Alessandra Fonseca Masuda e Ivana Almeida de Figueiredo Jalowitzki. *Página 29*

Favela upgrading and Incremental housing in Brazil: lessons from the World Bank’s *site and services projects*.

A.Nuno Martins. *Página 30*

Entre projeto e implementação. O programa de urbanização de assentamentos precários (PAC – UAP) na Rocinha.

Jacira Saavedra Farias. *Página 31*

Escritório Público de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São João del-Rei (MG).

Dafne de Castro Faustino; Luiza Queiroz Barroso e Livia Ribeiro A.Muchinelli . *Página 32*

A centralização da produção imobiliária em favelas.

Ivan Zanatta Kawahara. *Página 33*

Ação estatal e urbanização como violação sócio-ambiental dos direitos da favela e seus habitantes – o caso da Vila Bandeirantes em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Eduardo Moutinho Ramalho Bittencourt. *Página 34*

EIXO 02

Direito(s) na cidade e espaços de diversidade

Aprendendo com o Povo Gavião Kyikatêjê

Hélio Passos Rezende. *Página 36*

Sem vozes: a invisibilidade midiática dos deslocados por riscos e desastres na perspectiva do jornalismo humanitário.

Cilene Victor e Wagner Ribeiro. *Página 37*

Desafios da segregação socioespacial: o acolher do imigrante em Pouso Redondo - SC.

Bárbara Conte; Marina Bernardes; Patricia Geittones Tondelo; Maristela M. Poleza. *Página 38*

Modos de morar e construir indígena: diálogo entre ensaios acadêmicos e trabalhos guarani mbya na Terra Indígena Jaraguá (SP).

Cristina de Castro Kesselring. *Página 39*

Sobre as mulheres e suas táticas na conquista dos espaços privados e públicos – apontamentos para uma pesquisa de Doutorado.

Christianne Gomes. *Página 40*

Memórias migrantes, exclusão e pertencimento: iniciativas de reassentamento como alternativa de gestão de conflitos.

Suzete Almeida de Bessa. *Página 41*

A batucada na cidade modelo: improviso e construção de identidade.

Giovanna Pinhata e Maria Carolina Maziviero. *Página 42*

Marginalização urbana e a oportunidade educacional da diversidade

Ana Paula Enes de Barros. *Página 43*

Urbanização em Florianópolis: disputas e insurgências pela regulação e uso do solo da capital catarinense.

Aline Almeida da Silva e Gláucia de Oliveira Assis. *Página 44*

“Minha casa, minha briga”: o Quilombo das Guerreiras e seu território de resistência e luta na Zona Portuária do Rio de Janeiro.

Juliana Varejão Giese; Leonardo Carneiro; Antonio C. Filho; Luciana Bosco e Silva. *Página 45*

A cidade e a loucura – um estudo de ambiências.

Daniel Nardelli Santos, Thiago José de Franco da Silva e Cristiane Rose Duarte. *Página 46*

Cidade, migrações e diversidade: processos de transformação urbana recente em Lisboa e no Porto, Portugal.

Maria Manuela Mendes. *Página 47*

EIXO 03

Insurgências urbanas associadas ao aumento da vulnerabilidades, à exposição ao risco e à produção de cidade

NEM OCUPA, uma ocupação LGBTQ em Copacabana.

Gabriel Santiago Pedrotti. *Página 49*

O projeto e o habitar na produção de moradia popular: reflexões sobre métodos e tempos na reconversão de imóveis ociosos no centro do Rio de Janeiro.

Maira Machado Martins, Pedro Caputo e Lucia Hansen. *Página 50*

Ativismo tático e planejamento urbano: o estudo de caso da Ocupação Manoel Congo

Magna Corrêa de Lima Duarte. *Página 51*

A resiliência do MSTC e a Ocupação Nove de Julho.

Marcele Piotto e Débora Sanches. *Página 52*

Assessoria Técnica e Pública para Moradia Popular em Áreas Centrais.

Marcello Gaiani Bragatto. *Página 53*

Intervenções urbanas: limites do (i) legal no espaço público.

Gabriel de Jesus Zuchi e Cristienne Magalhães Pereira Pavez. *Página 54*

Propostas conjunturais para problemas estruturais: Pico Colectivo.

Mariana Tealdi Sant'Anna; Vera Santana Luz. *Página 55*

A resignificação da Empena cega como elemento de transformação da paisagem urbana através da arte e inclusão social.

Mariana Fernandes Mello Vieira e Laís de Andrade Costelha, *Página 56*

Requalificação ambiental e social em Área de Preservação Permanente em estado de degradação.

Daniela Maroni e Caliane Christie Oliveira de Almeida, *Página 57*

Sociedade e Cidade: Reflexões do Estúdio Urbanismo 4.

Débora Sanches; Viviane Manzione Rubio; Volia Regina Kato; Ana Paula Calvo. *Página 58*

Museus Sociais como Ferramentas de Luta por Moradia.

Taísa de Oliveira Amendola Sanches. *Página 59*

Ações transformadoras? Ocupações e despejos na Área Metropolitana de Lisboa.

Saila-Maria Saaristo. *Página 60*

Conflitos entre a realidade e as posturas camarárias urbanas, Caso do Bairro de Chamaculo (Moçambique)

Francisca Ludovina Salomão Langa e Ana Wamir da Conceição. *Página 61*

EIXO 04

Arquitetura de favela e suas dimensões

Habitação de interesse social em container: uma alternativa para a construção no Sol Nascente – DF.

Sarah Alves de Souza; Nathália Louise Macêdo Leal; João Renato Carneiro de Aguiar. *Página 63*

Recuperação urbana e ambiental após remoções forçadas: desafio para desenho e gestão.

Laura Machado de Mello Bueno, Helena Bonfante Dal Bianco. *Página 64*

Qualidade de vida dos moradores de Rio das Pedras, uma análise acerca dos aspectos físicos e sociais da favela.

José Roberto Oliveira; Ana Beatriz Jardim Alves; Lilian Silva Costa; Thayná de Araújo e Vanessa Cortez. *Página 65*

Vulnerabilidades Urbanas: Diretrizes para urbanização de um trecho da Favela Sururu de Capote, Maceió - AL

Luanne de Andrade Brandão, Débora de Barros Cavalcanti Fonseca. *Página 66*

Ativismo Urbano e Resistências coletivas em grandes conjuntos de favelas no Rio de Janeiro, 2011-2015.

Carlos Henrique Magalhães de Lima e Laila Beatriz da Rocha Loddi. *Página 67*

Resistência no espaço urbano e saúde mental: O caso da comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, Salvador – Bahia.

Adriana Teixeira Bahia, Luiz Augusto Maia Costa. *Página 68*

Experiências de co-criação em espaços públicos precários.

Maria Luiza Dias Viana. *Página 69*

Cartografias para uma outra Curitiba: o papel da Universidade para forjar novos mecanismos de representação e reconhecimento da produção social do espaço urbano.

Maria Carolina Maziviero; Marcelo Caetano Andreoli. *Página 70*

Implantação de rotas acessíveis e políticas urbanas: estudo a partir de Medellín (Colômbia) e Campinas (Brasil).

Beatriz Helena Bueno Brandão e Laura Machado de Mello Bueno. *Página 71*

Remoções/resistências: palavras em combate na formação e no cotidiano de Ceilândia.

Laila Beatriz da Rocha Loddi. *Página 72*

Território, corpo e narrativa: uma análise dos efeitos do Programa Minha Casa Minha Vida em Juiz de Fora sob a perspectiva de gênero.

Amanda Magalhães e Letícia Maria de Araújo Zambrano. *Página 73*

EIXO 05

O papel de arquitetas/os e equipes mistas de ONGs nas favelas

Assessoria técnica e pedagogia sócio-espacial.

Ana Paula Baltazar dos Santos. *Página 75*

Atividade de extensão na comunidade do Moinho.

Daniela Getlinger. *Página 76*

Assistência técnica para habitação de interesse social: a experiência da ONG Habitat para a Humanidade em Heliópolis.

Mariana Sylvia de Souza Silva. *Página 77*

Resgate da arquitetura vernacular do Povo Indígena Kariri-Xocó no Setor Noroeste/DF como processo de promover o fortalecimento da comunidade.

Alessandra F. Masuda ; Elaine Kellen L. Marinho e Luciana J. Navarroi. *Página 78*

Habitação de emergência: a sociedade civil organizada como catalisadora de transformações no atendimento público às famílias em situação de vulnerabilidade no Município de São Paulo.

Indalécia Sergia Almeida Brandao Escudero; Cintia Marino. *Página 79*

Arquitetura da Ponte: atravessamentos entre as políticas urbanas e a construção de outra(s) Nova(s) República(s) possível(is), Salvador/BA.

Ana Clara Oliveira de Araújo; Mariana Ribeiro Pardo; Gabriela Leandro Pereira. *Página 80*

Minimizando a vulnerabilidade nos espaços em situações de pós-desastres através da cultura e da participação dos refugiados.

Hanna Riyanto. *Página 81*

Habitabilidade em Habitação de Interesse Social. Favela Monte Alegre – Ribeirão Preto, S.P.

Rose Elaine Borges de Melo; Maurício Estellita; Sebastian Beck. *Página 82*

EIXO 06

Geografias da saúde, do risco e o uso de novas tecnologias

Des[abrigo]: Habitação Temporária Emergencial em Rio do Sul/SC.

Rafaela Dalcanale Araujo; Marina Bernardes; Patricia Tondelo; Maristela Poleza. *Página 84*

Enhancing map-literacy through participatory mapping to improve community resilience: a case study in Rio Branco, Brazil.

Mario Martins; Fernanda Lima-Silva; Carolin Klooner; Vangelis Pitidis; João de Albuquerque e Maria Cunha. *Página 85*

Fitorremediação para precariedade urbana: estudo de caso como piloto replicável.

Vera Santana Luz e Wesley Alves da Silva. *Página 86*

Monitoramento colaborativo das ilhas de calor a partir de estações meteorológicas de baixo-custo.

Carolina Hartmann Galeazzi. *Página 87*

Economia Solidária e Tecnologia Social aplicadas à melhoria de habitações populares.

Aline Rocha. *Página 88*

Risco tecnológico e conflitos sócio ambientais: a relação entre mineração e urbanização na cidade de Maceió/AL.

Alexandra Jane de Carvalho Freitas, Sérgio Torres Moraes, Paula Gabbi Polli, Marina Brito de Oliveira Marques e Maria Rita Soares. *Página 89*

Contribuições geográficas e (geo)tecnológicas na análise dos determinantes sociais da saúde.

Giselle Mansur. *Página 90*

Inundações urbanas: a vulnerabilidade social como efeito da (re)produção urbana excludente.

Virginia Amaralinda Calabrez Martins, Miguel Fernandes Felipe. *Página 91*

Entre medo e pertencimento - relatos dos moradores de áreas de risco.

Jackson Ricardo Rosa, Bruna Leticia Lopes, Daniela Bodnar, Mariane Steiner, Daniela Amanda Silva, Gratchieva Losi, Marina Bernardes. *Página 92*

O papel da Universidade na construção da geografia da desigualdade e vulnerabilidade.

Renata Bastos da Silva, Ricardo José de Azevedo Marinho. *Página 93*

Da geotecnia para a gestão participativa: uma análise crítica de três projetos de extensão universitária com foco na redução de risco de desastre.

Samia Nascimento Sulaiman e Fernando Rocha Nogueira. *Página 94*

Rural-Urban Moatize: Water Harvesting Design Strategies to Enable Community Driven Development.

Júlia de Souza Campos Paiva; Eliana Rosa De Queiroz Barbosa. *Página 95*

Telhado verde como técnica compensatória em drenagem urbana e melhoria da qualidade de vida em residência.

Leticia Peixoto ; Nicolas Carvalho; Aparecida Carbone; Adriana de Souza e João Paulo Oliveira. *Página 96*

Memória urbana e o direito à cidade: um estudo de caso da trajetória da comunidade Marão em Contagem -MG.

Ettyenne Junia Maia. *Página 97*

EIXO 07

O papel da Universidade na construção de uma cidade mais igualitária

A Extensão Universitária na esfera urbana do Projeto “Direitos em Movimento: Territórios e Comunidades”.

Bruno Motta de Vasconcellos e Leandro Serra Silva Pereira. *Página 99*

FavLab

Verônica Natividade. *Página 100*

Empoderamiento de mujeres empresarias: Contribución de la Universidad Politécnica Metropolitana de Hidalgo en México, para una ciudad igualitaria.

Dulce Olivia Fosado Martínez. *Página 101*

Disciplinas extensionistas: em busca de práticas e interações dialógicas para além da sala de aula.

Juliana Demartini e Lara Alexandrina Amorim Nunes. *Página 102*

O desenvolvimento de uma visão holística e multidisciplinar na formação do engenheiro comprometido com os valores da sociedade democrática, pluriétnica e racial.

Yana dos Santos Moysés; Luiz Fernando Flores Cerqueira e Letícia de Carvalho Giannella. *Página 103*

Conscientização para participação popular: apoiar as Discussões sobre o Crescimento das cidades e a gestão das águas.

Lucas Nakamura Cerejo; Décio Pradella; Décio Pradella; Bianca Rizk e Laura Bueno. *Página 104*

Bairro 2 de Maio “todos os dias”: a construção partilhada do direito à cidade e os desafios do programa Bip-Zip.

Manuela Mendes, Gonçalo Folgado; Isabel Raposo e João Martins. *Página 105*

Fóruns híbridos de participação em projetos urbanos, arquitetônicos e paisagísticos: experiências de reconhecimento da paisagem urbana, de interação dialógica e construção da cidade.

Maíra Machado Martins ; Patricia Maya Monteiro; Ana Carolina Soares; Felipe Veiga e Leticia de Souza. *Página 106*

Luchas populares por la vivienda, el hábitat y el derecho a la ciudad en Montevideo.

Beatriz Rocco. *Página 107*

El Programa Integral Metropolitano de la Universidad de la República y los procesos de disputa por el derecho a la ciudad en la región noreste metropolitana de Montevideo.

Marcelo Pérez Sánchez, Lucía Abbadie, Leticia Folgar, Lauren Isach e Juan Alves. *Página 108*

A pesquisa participativa e as possibilidades da mediação de conflitos: o caso da atuação da universidade junto aos inqueritos ajuizados em ZEIS na cidade de São Paulo.

Simone Gatti. *Página 109*

O discurso ambiental sob o viés “combate à pobreza” como forma de “exclusão social” em nome da “questão ambiental”: o caso da Comunidade de Itambi.

Yana dos Santos Moysés. *Página 110*

Município-Quilombola: métodos e conceitos para a construção do território negro brasileiro. Estudo de Caso: Quilombolas do Piauí – Brasil.

Caio Frederico e Silva; Patrícia Macedo Ferreira e Muhammad Braga Bazila. *Página 111*

PÔSTERES

Dialética da exclusão. A urbanização da desigualdade.

Lincoln Paiva. *Página 113*

São Paulo inversa: Periferia é Periferia.

Carina Serra Amancio e João Sette Whitaker Ferreira. *Página 114*

Habitar a Caixa Preta.

Alexsander de Paula Pereira. *Página 115*

Análise do impacto da exploração imobiliária de autoconstruções nos processos planejamento, re-qualificação e gestão urbana de áreas deterioradas.

Bárbara Cavalcante de Andrade Barioni, Hamilton Carraro Jr. *Página 116*

A ontologia do ser social nas emergentes formas de apropriação do espaço público urbano em grandes cidades

Maria Gabriela Lisboa. *Página 117*

Enfrentamento da Segregação Socioespacial no ensino da Arquitetura e Urbanismo.

Felipe da Motta Bueno, Wilson Ribeiro do Santos Junior. *Página 118*

Rio Favela Imobiliária, uma experiência lúdica das favelas no tabuleiro.

Antônio Francisco dos Santos Neto. *Página 119*

O imaginário da favela através do cinema: uma análise dos estereótipos reproduzidos no filme “Cidade De Deus”.

Antônio Francisco dos Santos Neto. *Página 120*

Assessoria Técnica: O papel de profissionais e estudantes de arquitetura em Ocupações.

Maíra Machado Martins e Andressa De Luca Heredia de Sá. *Página 121*

Projeto de desenho urbano para a ocupação de terreno na OUC Água Espreada.

Francine Gramacho Sakata , Vitória de Mendonça e Gabriela Yumi Takase . *Página 122*

Pedagogia sócio-espacial: uma abordagem por meio dos jogos.

Ana Paula Silva de Assis. *Página 123*

O papel do curso de Arquitetura e Urbanismo na periferia do Brasil.

Melissa Kikumi Matsunaga. *Página 124*

Construindo espaços de vivências: um olhar sobre o diálogo entre universidade e comunidade a partir do projeto de extensão “LAPA”.

Aparecida Carbone; Alan Jacob; Diego Barato; Émerson Berganton Jr; Leandro Alonso; Vinicius Nogueira; Letícia Peixoto; Adriana de Souza e João Paulo Oliveira. *Página 125*

O discurso ambiental dos pescadores artesanais da Baía de Guanabara como estratégia de R-Existência.

Yana dos Santos Moysés. *Página 126*



RE SU MOS



EIXO 1

Melhoria habitacional e do espaço público, com ênfase no papel de mulheres da comunidade.

Casa Lab – Laboratório de Fazeres da Mulher Periférica: a casa como instrumento de ressignificação e emancipação feminina na periferia da Zona Sul de São Paulo

Ana Cristina da Silva Morais (1); Silene Amorim Monteiro (2)²⁾
anacmoraiss@gmail.com (1) ; silene@cdhep.org.br (2)
CDHEP (1 e 2)

Palavras-chave: Emancipação feminina; autoconstrução; assistência técnica; atendimento à mulher; violência doméstica.

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre as atividades realizadas durante o primeiro ano do projeto Casa Lab – Laboratório de Fazeres da Mulher Periférica. Desenvolvido pelo Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo (CDHEP), o Casa Lab busca trabalhar a emancipação de mulheres moradoras dos distritos do Capão Redondo, Campo Limpo, Jardim Ângela e Jardim São Luís, na periferia da Zona Sul de São Paulo, a partir de atividades práticas, como marcenaria, reparos domésticos e técnicas de construção.

Para isso, tendo como base a educação popular e o processo circular, entre junho e dezembro de 2019, um grupo de cerca de 15 mulheres de diferentes idades se reúne duas vezes por semana para reformar em mutirão uma edícula autoconstruída na sede do CDHEP, no Capão Redondo. Essa edícula, a Casa Lab, é a principal ferramenta de trabalho do projeto, sendo um espelho da casa de cada participante e um laboratório de experimentação coletiva.

A cada encontro, busca-se, a partir do diálogo, da experiência de vida de cada participante e do trabalho prático, discutir questões ligadas às opressões de gênero, raça e classe, utilizando a interseccionalidade para fortalecer a identidade dessas mulheres. Especificamente durante o trabalho prático em mutirão, como uma forma de quebrar hierarquias e o trabalho alienado, tem-se procurado valorizar os saberes de cada educanda e inseri-las nas diversas etapas da reforma da edícula, desde o planejamento da obra à sua execução.

A partir do trabalho participativo, com discussões coletivas sobre diversas escolhas projetuais e a valorização dos diferentes saberes das participantes, fortalecem-se as trocas entre o grupo e a autonomia de cada mulher. Vale ressaltar que as atividades do projeto não representam uma situação ideal sem contradições, mas sim um lugar de experimentação, atuação e reflexão críticas constantes, em que se busca debater coletivamente com o grupo problemas e contradições do projeto. De qualquer forma, as atividades realizadas pelo Casa Lab têm se mostrado um meio potente para o fortalecimento de mulheres periféricas, em especial, para as que estão em situação de violência doméstica.

O projeto evidencia a necessidade da consolidação de uma rede de apoio aos serviços oferecidos pelos Centros de Referência à Mulher (CRMs) e pelos Centros de Defesa e de Convivência da Mulher (CDCMs), focalizando questões como geração de renda e capacitação profissional. Além disso, o Casa Lab indica possíveis caminhos para a Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social em um contexto de crise e contingenciamento dos investimentos públicos.

A Casa de Jajja – moradias autoconstruídas para mulheres em zonas rurais

Mariana Montag Ferreira (1); Lucas Fehr (2); Ricardo Ramos (3)

marianafmontag@gmail.com (1)

FAU MACKENZIE (1, 2 e 3)

Palavras-chave: Autoconstrução; Gênero; Tecnologias construtivas.

O projeto é um estudo e prática sobre moradias autoconstruídas para mulheres rurais. É um projeto de graduação final cujas demandas e clientes são reais, exigindo responsabilidade pela sua viabilidade. As mulheres das zonas rurais fazem parte da sustentabilidade do nosso sistema, mas são vozes pouco ouvidas. O desenho da casa foi feito após uma imersão na comunidade de Kikajjo em Uganda, África Leste, e envolveu a participação direta de Jajja – líder comunitária e a cliente. A construção da casa envolve oficinas de formação sobre construção para mulheres, uma prática emancipatória que questiona os papéis de gênero e fortalece a autonomia das mulheres. O projeto da casa de Jajja começa com o protótipo em Kikajjo, mas continua com a possibilidade de replicação através do processo metodológico de abordagem das demandas semelhantes pelo mundo.

Os métodos utilizados se dão através das ações do trabalho de campo – levantamentos etnográficos e técnicos - e da prototipagem – por meio da prática da construção. Abordou-se o design como uma ação holística capaz de questionar a cadeia produtiva convencional, concentrando-se na autonomia dos agentes envolvidos e, por meio da autogestão. A moradia foi entendida através de uma perspectiva de gênero e sua construção como um processo de prática emancipatória com intenção de gerar um impacto social e reflexão sobre inovação social.

O projeto se baseia em 4 pontos de discussão. O primeiro ponto, sobre a relação da academia com a realidade. Propõe-se que a academia ultrapasse os limites teóricos e especulativos para a prática. O trabalho final de graduação desenvolvido é uma resposta a uma demanda e uma cliente real, possibilitando a ponte entre academia e realidade, um estúdio de projeto com a responsabilidade do acerto para viabilização. O segundo ponto, reflete sobre moradia e gênero. O lar sempre foi visto e delegado sob os cuidados das mulheres, principalmente nas zonas rurais. No entanto, o planejamento e construção foram delegados aos homens. A criação da casa foi desenvolvida em colaboração com a usuária, a Jajja, e a pesquisa feita através da perspectiva de gênero. A viabilização do projeto – o processo construtivo – questionam os papéis de gênero através construção. O terceiro, sobre a prática da arquitetura como um processo. O desenho e as tecnologias foram eleitos após uma imersão no local, compreendendo as possibilidades de recursos naturais e humanos de forma a respeitar a cultura e o meio, além de compartilhar inovação. A casa será uma escola de capacitação em construção para mulheres, beneficiando outras pessoas durante o processo. O último ponto discute sobre replicabilidade e sustentabilidade. O protótipo é a casa de Jajja, no entanto a metodologia processual permite partilha de conhecimento para abordar demandas em outras zonas rurais do mundo. A sustentabilidade é entendida de modo que as mulheres envolvidas possam dar continuidade gerando uma cooperativa e rentabilizando o processo.

A primeira etapa do projeto se conclui com muitas reflexões conduzidas pelo questionamento de qual posição a profissão da arquitetura terá no desenvolvimento do futuro. Compreende-se que as demandas globais não se resolvem por atividades unidisciplinares, mas alternativas sistêmicas através de decisões tomadas para dar forma ao futuro e a não reagir a ele.

A habitação e o habitar na cidade: A experiência de mulheres beneficiárias do empreendimento Parque das Águas (PMCMV) em Juiz de Fora-MG.

Verônica Sakaragui¹⁾
veronicasakaragui@gmail.com
UFJF⁽

Palavras-chave: Mulher; habitação; direito à cidade; espacialidade.

O presente trabalho é fruto de reflexões da pesquisa de mestrado (em andamento) em Geografia que tem como mote a espacialidade de mulheres contempladas pelo *Programa Minha Casa, Minha Vida* no município de Juiz de Fora – MG. A partir do momento que esta política pública habitacional passou a priorizar o poder jurídico de propriedade da casa às mulheres, em 2012, o Estado resguardou o direito de habitação, embora não tenha ofertado aparelhos públicos de usos coletivos suficientes para atender a nova parcela da população residente em nova localidade. É garantido, desse modo, o *habitat* (a casa) e não o *habitar* (educação, saúde, lazer, segurança pública, transporte público), segundo Lefebvre (2004). Nesse viés, esta pesquisa busca compreender como as proprietárias de casas no residencial Parque das Águas residem e habitam nesse novo local de morada. A pesquisa é desenvolvida seguindo os pressupostos da metodologia qualitativa, pois considera a relação entre o mundo real e o sujeito, para além das estatísticas. Este vínculo é indissociável para compreensão do mundo objetivo e da subjetividade do sujeito, que não pode ser representada por apenas números. Pesquisas de campo, assim como entrevistas semiestruturadas, estão sendo realizadas com as proprietárias para que possamos (1) depreender sua vivência cotidiana pela cidade e (2) como ser moradora de conjunto habitacional implica em suas espacialidades. O espaço citadino, local de morada da maior parte da classe trabalhadora, é onde os sujeitos com diferentes intencionalidades lutam pelo direito à cidade, algo esse que está relacionado não apenas ao direito de ir e vir, ao saneamento básico, educação, lazer, cultura, habitação, mas ao conjunto dos fixos e fluxos e à produção de obras e de relações sociais, sempre pensadas em prol do coletivo (LEFEBVRE, 2001). Por ser o local onde as relações sociais se desenvolvem, é então um espaço desigual, com suas linearidades e rupturas, além de ser um espaço segregado por classes, raça e gênero. Sabe-se que os conjuntos habitacionais construídos pelo PMCMV estão localizados, em grande maioria, nas periferias urbanas, evidenciando que o Estado produz o espaço citadino e reforça a concepção de uma cidade fragmentada, além do que, mostra que a classe trabalhadora tem seu local de morada marcado e imposto por relações de poder. Por isso, seria enorme equívoco pensar que a garantia à habitação de uma parcela de mulheres de baixa renda é sinônimo de garantia ao seu direito à cidade. Portanto, a felicidade das mulheres em ter uma casa - resguardando o direito de reprodução da sua vida e de sua família - não vela as problemáticas acerca do novo local de morada, pelo contrário, o novo local de morada instiga a reflexão e desejo pelo *habitar* em sua completude.

“Das Margens pra Marginal, isso é Real” - Estratégias participativas de ocupação do território: Comunidade do Real Parque.

Michaela Iwanow de Araújo
michaela01085@gmail.com
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Palavras-chave: Participação; Autonomia; Emancipação; Urbanização; Real Parque; Microtopia, Construção Social.

Enquanto arquitetos urbanistas, pelo o que somos responsáveis? Dentro de um mundo de desigualdade acentuada, pensamos em como tornar acessível e legítima a arquitetura? Ou ainda, em como criar sistemas multiplicadores que possibilitem uma arquitetura democrática? O desenvolvimento deste trabalho final de graduação se deu ao longo do questionamento do papel do arquiteto urbanista enquanto responsável pela constituição da cidade na qual se vive, da arquitetura que se produz e para quem se produz. Como garantir que seja um processo emancipador frente a obstáculos dentro de situações de pobreza? Considerou-se a participação e inclusão do saber local como mínimo múltiplo comum para produção de arquiteturas socialmente engajadas, nas quais o design e a construção convergem com a organização da comunidade. O estudo está dividido em três partes. A primeira trata de análises teóricas que têm como base a escala micro da participação para a construção de cidades. A vivência de casos nos quais a participação se inicia a partir de insurgências comuns em relação a transformação do território, visando a construção de um espaço autônomo, constituem o conteúdo da segunda parte. A Terceira parte apresenta o estudo da comunidade do Real Parque, seus movimentos de participação e conflitos em relação ao território. Esta última etapa foi realizada através do acompanhamento das reuniões da rede local de urbanismo e registros desses conflitos durante um ano. Ao longo do processo de trabalho foi possível desconstruir e reconstruir a ideia de participação, compreendendo a complexidade que cada questão comunitária envolve, considerando o momento de movimentação pós-urbanização que ocorre de forma orgânica na comunidade estudada. Esta pesquisa pretendeu explorar a possibilidade da ação comunitária como agente protagonista para transformações urbanas. Assim, ao final do trabalho são feitas propostas de intervenção, pautadas na organização atual da rede e suas possíveis ações. Admite-se encarar as propostas com uma visão tendencialmente positiva do delineamento das estratégias de ocupação, pretendendo demonstrar maneiras de criar futuros possíveis. Acredita-se que esses aspectos de movimento comunitário recebem menos atenção do que seu potencial representa. No que conseguiu-se levar foi possível identificar, na indignação e abandono, uma luta que inicia com o fim de uma urbanização e o começo de uma nova vizinhança, com laços a serem estreitados.

Assistência técnica como ferramenta para redução do déficit habitacional no Distrito Federal.

Alessandra Fonseca Masuda (1); Ivana Almeida de Figueriedo Jalowitzki (2)

afgpi@uol.com.br (1) ivana.jalowitzki@gmail.com (2)

Centro Universitário Planalto do Distrito Federal (1 e 2)

Palavras-chave: Assistência técnica, Déficit habitacional, Melhoria de moradias, Trabalho multidisciplinar.

Este trabalho apresenta a Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (*ATHIS*) como ferramenta capaz de promover melhoras na qualidade de vida de moradores inseridos em áreas de vulnerabilidade, através de uma experiência aplicada na Cidade Estrutural do Distrito Federal (DF). A partir da problemática de como a assistência técnica na arquitetura, aliada a um trabalho multidisciplinar pode proporcionar ações de combate ao déficit habitacional, promovendo segurança e bem-estar aos moradores de forma eficiente e com aspectos sustentáveis, a experiência elevou a importância do trabalho conjunto de profissionais de diversas áreas em um projeto único e completo. Foi um processo da *ATHIS* de melhoria do contexto urbano dos moradores, cercado de questões em que o déficit habitacional vai além de apenas promover novas moradias, mas promover uma melhoria na qualidade de vida dos moradores. A metodologia abordada foi a fundamentação teórica baseada em revisão bibliográfica e em experiência de campo e escritório com a *JATHIS (Jornada de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social) 2019*. Os levantamentos focaram no DF, uma vez que Brasília apresenta ocupações informais desde o início da sua construção e evolução. Muitas dessas áreas denominadas Regiões Administrativas (RAs) continuam a abrigar a população com menor poder aquisitivo do DF. O principal marco da *ATHIS* no Brasil foi a promulgação da Lei 11.888/2008. Ela assegura às famílias de baixa renda a assistência técnica pública e gratuita para o projeto e construção de habitação de interesse social. No DF a secretaria de Gestão do Território e Habitação (SEGETH) tem, entre suas funções, a elaboração e gestão da política habitacional. A SEGETH desenvolveu o programa Habita Brasília, gerido pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB), que está apoiado em três eixos: promover habitação, regularização fundiária e combate ao uso irregular do solo. Para esse fim são mantidos, desde 2015, dez escritórios de assistência técnica nas regiões mais periféricas de Brasília. Oferecem serviços gratuitos de arquitetura, engenharia e assistência social à população carente. O projeto não se prende somente ao objetivo de promover melhorias nas habitações, mas também desenvolve ações comunitárias em espaços públicos. A experiência na *JATHIS* aconteceu de 10-14 de setembro de 2019, em Brasília. Surgiu nesse contexto uma oportunidade de vivenciar o poder do trabalho multidisciplinar, evidenciando, na prática, que o déficit habitacional não pode ser combatido somente na visão arquitetônica, sem levar em conta o contexto urbano. Todas as considerações levaram ao entendimento de que existe um processo lento de busca de melhorias das condições insalubres das moradias nas áreas periféricas de Brasília. Os entraves nesse processo ainda persistem, como a descontinuação dos projetos ocasionada pelas mudanças de governo. Contudo, o importante é que existem profissionais empenhados em fazer a democratização desses serviços.

Favela upgrading and Incremental Housing in Brazil: lessons from the world bank site and services

A Nuno Martins

nunomartins@fa.ulisboa.pt

Universidade de Lisboa/ Faculdade de Arquitectura, CIAUD

Keywords: Incremental housing; favela upgrading, world bank site and services, affordable housing

A quarter of the world urban population lives in informal settlements (IS), suffering from inadequate infrastructure and access to basic services; and numbers keep rising. To address the housing shortage, the governments of developing countries undertook large-scale housing programs funded by international agencies. Such as, the Site and Services projects (SSP) of the World Bank (WB). Accomplished in cooperation with local housing bodies, SSP meant to accommodate the poor and resettle families living in slums. The SSP relied on the concept of the embryo, that is, the genetic code of the residential building type, assuming incremental house (IH) as a central feature of the social response to peoples' needs and aspirations concerning housing. The SSP provided families a site, a built core unit and access to basic services. The urban layout considered housing extensions, to be built according to householders' convenience and affordability. Launched in the 1980s, the SSP program was prematurely abandoned by the WB. Disregarded after the fall of the SSP, except in distinct academic and professional circles, IH gained a new impetus with A. Aravena's projects to resettle families affected by disasters in Chile; and become mainstream when Aravena was awarded the Pritzker in 2016. IH has been qualifying for different self-help and aid-self help initiatives. However, so far, not only the lessons from IH implemented through SSP have been neglected, as the use of IH in IS has not been analyzed in a comparative perspective.

This research aims at the understanding IH as the low-income families' financial, technical, social and cultural process of expanding and upgrading houses. Using case studies, it explores unapproached aspects of the SSP and NGOs interventions in IS upgrading. As these families live within communities in precarious dwellings and hazardous environments, the research will further analyse issues of social sustainability, risk and resilience intrinsically associated with IH.

Research method relies on municipalities' archives consultation in Brazil, namely the COHABs, and Washington DC at the WB headquarters., In a second stage it will explore co-mapping and design, as well as mobile application to visualize and pre-calculate the design and associated costs of (re) building works.

The research hypothesis suggests IH as a technical and intellectual apparatus that can be efficiently employed in slum houses upgrading and resettlement projects and community mapping and automatic design as translational tools to improve the dialog between stakeholders, humanitarians and designers towards sustainable and resilient housing.

Entre projeto e implementação. O programa de urbanização de assentamentos precários (PAC – UAP) na Rocinha.

Jacira Saavedra Farias
jacira.saavedra.farias@gmail.com
PROURB/UFRJ

Palavras-chave: urbanismo; urbanização; assentamentos precários; avaliação de implementação; políticas públicas.

Registram-se dinâmicas do processo de implementação do Programa de Aceleração do Crescimento modalidade Urbanização de Assentamentos Precários (PAC – UAP) da Rocinha, especialmente na etapa PAC 1 (2008 a 2010). Busca-se identificar na implementação dessa agenda definida como programa de política pública, dimensões capazes de dar permanência e continuidade às intenções da sua formulação na realidade praticada. No artigo são discutidos os conceitos de incerteza e insurgência e da possibilidade de porosidades na etapa de implementação de urbanização de favelas que se configurem como fissuras nas práticas excludentes e conservadoras no espaço construído. O encaminhamento para a aproximação de atores envolvidos no programa, no projeto, na obra e no sítio sem hierarquização, valoriza gestos e procedimentos constatados nas entrevistas, documentos e avaliações em campo realizadas entre 2014 e 2018. Dessa maneira, a pesquisa pôde ser conduzida como um esforço para identificar as vias de negociação e influência entre os diversos atores capazes traduzidas no resultado percebido no sítio.

Quatro perspectivas de análise foram aplicadas a um sistema de ações composto por escopo, prazos, atores, ações e lugar. Foram rastreadas decisões que provocaram inflexão nas condutas previstas e investigados fatores de resistência ou permanência da iniciativa. As informações foram levantadas a partir de entrevistas ligadas às instituições envolvidas. Questionários realizados em campo, atas de assembleias e reuniões públicas e relatos publicados pelos próprios atores são apresentadas de forma articulada para acompanhar a dinâmica de implementação do PAC 1 na Rocinha. Consultaram-se documentos de avaliação de conformidade dos procedimentos elaborados pelos órgãos de controle público. As obras e reconfigurações espaciais resultantes da implementação do PAC 1 foram constatadas em visitas de campo e pesquisa documental sobre os projetos em suas diversas etapas de detalhamento.

Constatou-se uma inversão provocada pela implementação de política centralizada na esfera federal num ambiente institucional que desde a Constituição de 1988 se organiza de maneira pautada na gestão local e setorializada. Essa inversão foi uma barreira significativa que afetou a efetividade do programa. Outro resultado constatado foi o impacto da construção participativa das demandas e a importância em investir na integração setorial e institucional nessa dinâmica. Verificase a expressão das performances dos grupos envolvidos no sentido de manter o escopo construído nos momentos de impasse ou ameaça e sua articulação como um fluxo paralelo ao previsto no programa. Ressalta-se o impacto de processos participativos na formulação da demanda como a dinâmica que mais impactou a implementação do programa. Foram identificados efeitos de aprendizagem social no discurso de moradores e técnicos entrevistados, com a narrativa sobre os processos vividos há quase dez anos alinhada e compatível. Outra dinâmica identificada foi o conflito entre rigidez normativa e técnica e flexibilização das práticas da construção civil. Esse conflito teve lugar em diversos momentos e etapas do sistema estudado afetando o resultado da obra de urbanização.

A metodologia adotada permitiu o reconhecimento de dinâmicas que merecem aprofundamento e podem pautar uma inflexão na implementação de programas de urbanização de assentamentos precários e na atuação dos urbanistas. Foram constatadas entre as dinâmicas identificadas no sistema estudado conflitos capazes de serem as fissuras no arcabouço dessas práticas necessárias para a inovação. Destaca-se a adoção de processos participativos como ferramenta para maior efetividade das políticas públicas. No caso de políticas e programas de urbanização de assentamentos precários, deixar de avançar da incorporação dessas práticas é falhar irremediavelmente na mitigação do risco e da precariedade. Nesse contexto, o papel do urbanista precisa amadurecer para incorporar o papel de mediador e cultivador, criativo e de assessoria com vistas

à permanência e sustentabilidade de suas ideias. Um desafio para um cenário em que a atuação profissional é calcada mais no valor autoral do que na responsabilidade técnica.

Escritório Público de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São João del-Rei (MG)

Dafne de Castro Faustino (1); Luiza Queiroz Barroso (2); Lívia Ribeiro Abreu Muchinelli (3)
dafne_faustino@hotmail.com (1); luiza_qb@hotmail.com (2); liviamuchinelli@ufsj.edu.br (3)
Universidade Federal de São João del-Rei (1, 2 e 3)

Palavras-chave: Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo; Projetos de Extensão; Papel da Universidade; Participação Popular.

O presente trabalho aborda ações do 'Grupo de Estudos e Proposições sobre Habitação de Interesse Social oficial' (GEPHIS) - projeto de pesquisa e extensão voluntário do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) - na implementação de um "Escritório Público de Arquitetura e Urbanismo". Este visa prestar assessoria técnica na reforma e construção de habitações, inicialmente em um bairro (Senhor dos Montes) do município onde está sediado, com base nas análises da produção habitacional local, no estudo da LATHIS (Lei 11.888, de 2008) e de exemplos de sua aplicação; em parceria com o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) localizado naquela região – que indicou a área.

Por meio de encontros na comunidade, o GEPHIS vem procurando entender a realidade local pelo ponto de vista dos moradores, para possibilitar uma atuação integrada. Até o momento foram realizadas oficinas para apresentar o projeto; discutir a Lei de Assistência Técnica e outros direitos; conhecer metodologias participativas e assuntos coletivos; e realizada uma ação em conjunto com a população: a revitalização de um dos pontos de ônibus da região. É importante ressaltar que a presença, em todos os momentos, foi majoritariamente de mulheres, que procuravam formas de melhorar a qualidade de vida no bairro, para elas e suas famílias.

O bairro tem topografia acidentada, o que junto com o crescimento desordenado e a falta de fiscalização municipal, soma problemas urbanos como: casas em áreas com escorregamento, ausência de drenagem, dentre outras situações de risco físico e social. Seus habitantes estão acostumados à uma rotina de lutas para conquistar os serviços básicos e a edificação de suas casas e, nas oficinas compartilham suas experiências, além de destacarem pontos com sentido afetivo. Por outro lado, o GEPHIS vem introduzindo o papel do Arquiteto e Urbanista, a potencialidade da LATHIS, e de outros direitos dos cidadãos, assim como interfaces para se pensar o projeto arquitetônico junto com o interessado. Este processo é o fundamento para a atuação do Escritório, que tem permitido aos estudantes compreender as condições sócio espaciais do bairro, as dificuldades da mobilização popular e o destaque do papel feminino.

Das oficinas surgiu, ainda, uma demanda que não se previa inicialmente, de infraestrutura, provando-se que os problemas não se relacionam somente às moradias e, portanto, demanda uma revisão dos objetivos do trabalho. Por tudo isso, o GEPHIS tem visto a possibilidade de aproximar a população de discussões sobre política urbana - destacando a própria força da participação - ao mesmo tempo que minimizar o afastamento entre Universidade e sociedade e definir os papéis dos gestores do planejamento; tanto na melhoria de moradias, quanto do espaço público.

A centralização da produção imobiliária em favelas.

Ivan Zanatta Kawahara
ivanzanatta@id.uff.br
PPGAU UFF

Palavras-chave: Favela; Mercado imobiliário; Promotores imobiliários; Tráfico; Milícia.

As pesquisas sobre o mercado imobiliário em favelas no Brasil, apesar de escassas, tiveram um avanço significativo no final da década de 90 e na década de 2000, no entanto, pouco avançaram na análise da produção imobiliária nesses territórios, reduzindo a abordagem à circulação e ao comportamento da demanda. Reforçam a importância do estudo da produção, a constatação da centralização de vários imóveis em poder de poucos proprietários em diversas favelas (e, por consequência, altos índices de imóveis alugados) e da presença de agentes que atuam sistematicamente na produção imobiliária. Sendo assim, buscamos aqui classificar as diversas formas de produção encontradas em campo destacando a promoção imobiliária como a mais sistemática e suas consequências na produção do espaço. Esse trabalho é resultado da pesquisa realizada para a dissertação de mestrado intitulada: “A produção do espaço na favela: elementos para a análise do mercado imobiliário”. Para essa pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas em duas favelas (resolvemos não identificar as favelas para preservar o anonimato das fontes). Além disso, o trabalho conta com material recolhido pelo autor em três anos de experiência em campo em projetos de regularização fundiária realizados nas favelas: Rocinha, Turano, Manguinhos, Tijuquinha, Babilônia e Chapéu Mangueira. Classificamos a produção imobiliária em três diferentes formas: ocupação, subdivisão (da unidade habitacional, do lote e aproveitamento da laje) e promoção imobiliária. A ocupação geralmente é vista como prática originária que persistiria apenas nas periferias onde há disponibilidade de terra. Pretendemos demonstrar que as ocupações persistem nas favelas consolidadas: nas áreas não ocupadas, seja por dificuldade técnica ou restrição moral/normativa; pressionando os limites; ou nas áreas liberadas por obras públicas. A subdivisão tem sido apontada como forma de complementação de renda ou adaptação às necessidades familiares. A promoção imobiliária, apesar de não ser uma prática recente, visto a identificação dos “tubarões das favelas” já no início do século XX, parece apresentar um novo aspecto e dinâmica tendendo à centralização dos estoques imobiliários. A produção de prédios de quitinetes parece preponderar e uma intervenção, que ainda não temos a dimensão, do tráfico e da milícia nos obriga a repor a questão. A promoção imobiliária põe novas questões em debate. Conforme a prática se desenvolve, a capacidade de investimento desaparece como barreira e a experiência passa a definir o produto imobiliário mais lucrativo, dados os limites postos pela regulação construtiva, oferta de terrenos, demanda, etc. Como a renda fundiária é definida pelo uso mais lucrativo, a produção imobiliária tende a uma homogeneização determinada pela renda e prática construtiva. O tráfico e a milícia são os agentes com maior capacidade de investimento e de burlar as determinações estatais. Essas organizações têm sido capazes de articular diversos construtores ampliando a sua capacidade de atuação.

Ação estatal e urbanização como violação sócio-ambiental dos direitos da favela e seus habitantes – o caso da Vila Bandeirantes em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Eduardo Moutinho Ramalho Bittencourt

eduardomrbittencourt@gmail.com

DAU- PUC MG

Palavras-chave: Urbanização de favelas; violação de direitos; imperícia técnica; danos sócio-ambientais.

O artigo apresenta um caso de urbanização de encosta em assentamento precário justificada pela prefeitura pelo risco geotécnico grave, acompanhado pelo Escritório de Integração (EI) da PUC Minas desde 2015 e que demonstra como que a ação estatal, por meio da técnica pode causar um amplo processo de violação de direitos. A análise do papel dos atores e de suas ações na fricção entre a intenção do poder público ao implementar as obras e a luta dos moradores em garantir sua permanência no local onde vivem há mais de 40 anos, permite demonstrar o prejuízo ambiental e o agravamento do risco sócio-ambiental no assentamento. A assessoria técnica prestada à comunidade tem buscado superar a imperícia técnica e a improbidade administrativa observada na conduta do município.

Dentro do formato adotado pelo EI nestes casos, serão apresentados os principais elementos componentes do Relatório de Caracterização do Conflito Fundiário Sócio-Ambiental composto por: linha do tempo dos fatos, registro sócio-ambiental dos impactos sob o território, levantamento sócio-espacial (escuta narrativa) dos moradores afetados e análise do discurso dos argumentos do município para justificar suas ações urbanísticas e jurídicas (remoção forçada, trabalho técnico social, demolição de moradias, elaboração de projetos e execução de obras, impedimento à participação dos moradores e recusa à negociação).

Acredita-se que a ação estatal durante todo o conflito pode ser qualificada como promotora da violação de direitos, verificada a imperícia técnica e percebida a possível prática de atos improbidade administrativa ou de má gestão pelos órgãos da Prefeitura de Belo Horizonte atuantes no conflito (URBEL, SUDECAP e Administração Regional Centro-Sul. A avaliação deste processo na região se caracteriza por um conflito fundiário urbano e sócio-ambiental porque, para além de um imbróglia possessório, afetam a segurança da posse dos moradores de área reconhecida como de especial interesse público e social e se manifestam por uma disputa real pela terra ocupada historicamente pela comunidade. Além disso, compreende-se que a gestão e o planejamento urbano também foram responsáveis pelas situações pontuais que deram início ao conflito ao não cuidarem das necessidades ambientais do sítio (em especial da encosta em questão) e nem dos problemas enfrentados pela população que ocupa a região (moradores do assentamento e demais ocupantes do território da cidade no entorno).

A conduta imprópria do poder público local diante da comunidade, do território e do meio ambiente agrava a condição sócio ambiental da região decorrentes da omissão do dever de cuidar e fiscalizar a cidade e em consequência, gerando danos ambientais e coletivos. Tal caso permite analisar grave situação decorrente do padrão de urbanização de favelas e de gestão ambiental em áreas de risco geotécnico sob a perspectiva sócio-ambiental dos sujeitos das políticas públicas, os moradores, a fim de propor outras possibilidades para a promoção do seu bem estar e da melhoria de seus assentamentos e moradias.



EIXO 2

Direito(s) na cidade e espaços de diversidade

Aprendendo com o Povo Gavião Kyikatêjê

Hélio Passos Rezende

heliopassos@gmail.com

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa

Palavras-chave: Educação, resistência, Indígena, coletivo, interculturalidade

Os indígenas Kyikatêjê são uma das três etnias que vivem na Reserva Indígena Mãe Maria (RIMM), no município de Bom Jesus do Tocantins, no sudeste do estado do Pará. Essas três etnias, os Parkatêjê, os Akrantikatêjê e os Kyikatêjê formam o atual Povo Gavião e são culturalmente descendentes dos Timbira e do tronco linguístico Jê.

Uma das tradições culturais dos Timbiras, a aldeia em forma de círculo, foi um dos fatos que chamaram a atenção no desenvolvimento de pesquisa com o tema 'Educação Sócio-espacial'. A resistência Sócio-espacial dos Gavião Kyikatêjê, assim como de todo o povo Gavião da RIMM, está relacionada ao conceito de interculturalidade que segundo eles trata da sobrevivência de suas tradições culturais e ao mesmo tempo de sua sobrevivência como parte da cultura dos *Kupes* — os não indígenas.

O trabalho de pesquisa visando entender como se dá a Educação Sócio-espacial deste povo se deu em convivência direta com os indígenas Gavião Kyikatêjê. Conhece-los através da aluna Penkuê, indígena do curso de Licenciatura em Artes Visuais da Unifesspa, foi fundamental para o desenvolvimento de uma relação de confiança mútua proporcionando assim tomar parte de algumas de suas atividades culturais, favorecendo conversas informais e formais (entrevistas) e captação audiovisual das atividades e do cotidiano. A troca e o atestar junto aos indígenas das informações obtidas é processo imprescindível.

Através do conceito de interculturalidade os indígenas Kyikatêjê vão pautando sua agenda de educação e resistência diante das políticas estatais em relação aos indígenas de forma geral. Os Gavião Kyikatêjê, assim como os outros povos Gavião vem resistindo há muitos anos às invasões de suas terras, negociando com o estado e com empresas privadas. Como exemplo podemos citar a rodovia BR222 que corta a reserva assim como a linha de transmissão da Eletronorte e a ferrovia Carajás, PA – São Luís, MA da Vale. Os povos indígenas da RIMM estão sempre lutando por direitos de contra partida pelo uso de suas terras assim como lutam pela preservação de suas tradições culturais que veem sendo desarticuladas sistematicamente. Por um lado, ainda preservam algumas práticas coletivas, como a corrida de tora, que é uma competição cujo objetivo é mais voltado para a integração do grupo e o aprimoramento individual de cada corredor do que para um indivíduo sair vencedor. Por outro lado, a influência da cultura *Kupê* em suas vidas cotidianas é muito grande. Tanto a escola quanto os meios de comunicação como programas de TV, rádio e internet vêm aguçando nos jovens indígenas os mesmos desejos de consumo dos jovens *Kupê*. Esse artigo discute a dificuldade de alcançar a interculturalidade a partir da explicitação da contradição que se coloca internamente na escola com duas práticas de ensino: uma por professores de fora da aldeia, que reproduzem uma prática de ensino bancário, conservador e disciplinar, e outra por professores nativos “bilingues”, que trazem a vivência prática do cotidiano, usualmente no tempo que a vida acontece, e não no tempo disciplinar. É na maneira de educar e resistir coletivamente, que os indígenas Gavião Kyikatêjê vêm se organizando para conseguir viabilizar suas demandas, e é nesta maneira de educar e resistir coletivamente que se baseia o aprender com os indígenas Gavião Kyikatêjê.

Quando se encontram para conversar cotidianamente no centro da aldeia, principalmente no fim da tarde e início da noite, os indígenas Gavião Kyikatêjê vão diariamente exercitando sua convivência coletiva. Enquanto os adultos e anciões conversam entre si sobre as coisas da aldeia e do mundo a que têm acesso pelos meios de comunicação, os mais jovens se reúnem para jogos esportivos como o futebol ou mesmo jogos eletrônicos e as crianças brincam correndo pelo círculo da aldeia e entre as casas. É nesse contexto diário, amparado pela abordagem da tradição indígena via escola, que se desenvolvem o conhecimento cultural e determinadas regras de convivência, principalmente entre os mais jovens. Todos são responsáveis pela educação e pela resistência, coletivamente. Podemos aprender com os Kyikatêjê possibilidades de coletividade para resistência.

Sem vozes: a invisibilidade midiática dos deslocados por riscos e desastres na perspectiva do jornalismo humanitário

Cilene Victor (1); Wagner Ribeiro (2)
cilenevictor@gmail.com (1); wagnermetodista2@gmail.com (2)
UMESP (1 e 2); FAPCOM (2)

Palavras-chave: deslocamentos forçados; desastres; RRD; jornalismo humanitário; ciclo de vida dos desastres; comunicação de riscos.

Conflitos armados, guerras civis, instabilidade econômica e política, desastres e mudanças climáticas são as principais causas das migrações forçadas que, por sua vez, configuram uma das mais complexas faces da crise humanitária mundial. Segundo dados do Centro de Monitoramento de Deslocamentos Internos (IDMC, 2019), somente em 2018, 28 milhões de pessoas foram obrigadas a abandonar suas casas, vilarejos, províncias, mas continuaram dentro do território de seus países. Desse total, 17,2 milhões por desastres e 10,8 milhões por conflitos. No Brasil, somente em 2018, o deslocamento interno por desastres, objeto central desta pesquisa, atingiu 86 mil pessoas. Com o objetivo de identificar em que medida a invisibilidade ou a opacidade midiática do problema dos deslocamentos internos no Brasil tem sido reproduzida na esfera política, o que tende a retardar a concepção de políticas públicas para o seu enfrentamento, o estudo, na sua primeira fase, recorreu a dois procedimentos metodológicos: a análise quantitativa de reportagens publicadas em três jornais impressos, Folha de S.Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo, em um período de dois anos, agosto de 2017 a agosto 2019, identificadas por meio dos recursos de raspagem e mineração de dados (data scraping e data mining, respectivamente); e a análise documental dos instrumentos legais nacionais e internacionais adotados pelo Brasil, cujos resultados são analisados na perspectiva do jornalismo humanitário. A complexidade do problema dos deslocamentos internos por desastres, que configuram uma das formas de violação dos direitos humanos, está impressa nas dificuldades de acompanhamento do seu ciclo de vida, que pode ser iniciado já com a própria materialização do desastre, quando enchentes, inundações ou escorregamentos de terra atingem famílias ou parte de uma comunidade e as populações do local ficam desalojadas ou desabrigadas. O ciclo de vida de um deslocamento interno por desastres também pode nascer de um processo prévio de remoção fundamentado na narrativa do risco elevado e chancelado por ações e políticas públicas de redução de riscos de desastres (RRD). Os resultados preliminares deste estudo revelam que embora a temática dos desastres tenha visibilidade midiática, o termo “deslocados por desastres” ou “população internamente deslocada por desastres” não faz parte da narrativa da imprensa brasileira, uma vez que também não está presente nos instrumentos legais brasileiros, direta ou indiretamente relacionados com a temática, nem no discurso das fontes governamentais, das lideranças comunitárias e da academia. As terminologias “desalojados” e “desabrigados” são as que mais poderiam se aproximar da ideia de “população internamente deslocada” por desastres, mas elas não traduzem a essência do ciclo de vida dos deslocamentos, tampouco revelam a cartografia da violação dos direitos humanos da população deslocada.

Desafios da segregação socioespacial: o acolher do imigrante em Pouso Redondo/SC.

Bárbara Conte(1), Marina Bernardes(2), Patricia Geittenes Tondelo(3), Maristela M.Poleza (4)
barbara@unidavi.edu.br (1); marina.bernardes@unidavi.edu.br (2); ptondelo@unidavi.edu.br (3); maristela@unidavi.edu.br(4)
UNIDAVI (1, 2, 3 e 4)

Palavras-chave: Imigrantes. Inclusão; Segregação socioespacial; Arquitetura Humanitária; Vitalidade Urbana.

Diversos motivos provocam o deslocamento de pessoas de diferentes países em direção ao desconhecido, fato que tem resultado na mais grave crise de refugiados, desde o final da Segunda Guerra Mundial. Assim como a Europa, o Brasil também tem recebido numerosos imigrantes, que aterrizam por todo território brasileiro. O estado de Santa Catarina, por exemplo, é considerado o segundo do país que mais abriga imigrantes. Segundo a Secretaria de Saúde de Pouso Redondo (2019); há atualmente trezentos e quinze imigrantes, oriundos do Haiti e do Senegal, sendo em sua maioria do sexo masculino. Esse grupo de pessoas frequentemente ocupa as bordas das grandes ou médias cidades brasileiras, ou seja, são colocados nas “margens das margens”. Neste estudo, analisamos o caso de Pouso Redondo, que por se tratar de uma cidade de pequeno porte, hospeda imigrantes em diferentes bairros da cidade, apesar disso, são comumente ocupações concentradas em edifícios degradados, e apropriados em formato de pensão/república. Esses fatores, têm resultado em um fenômeno urbano, denominado como segregação socioespacial (VILLAÇA, 2001). Diante dessa problemática, este trabalho objetivou compreender sobre o assunto imigração na cidade de Pouso Redondo-SC, para propor soluções arquitetônicas e urbanísticas que incluam os imigrantes, não apenas na cidade, mas também na sociedade. Para isso, as etapas de procedimentos envolveram aplicação multimétodos, como; pesquisa documental acerca da imigração na cidade, pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas com haitianos e senegaleses, e análise de projetos arquitetônicos correlatos ao tema, localizados em São Paulo – Brasil, Constitución – Chile e Almuradiel – Espanha. Os resultados obtidos através das entrevistas destacaram algumas das principais razões pela escolha da cidade, como o fato de ser uma cidade pequena, e com vasta oportunidade de emprego em diferentes áreas, tais como indústrias, cerâmicas e frigoríficos. Também foi possível observar o gosto dos imigrantes entrevistados pela comercialização dos mais diversos produtos, desde roupas, calçados, e até perfumes. Ambas culturas são bastante religiosas, sendo os senegaleses muçulmanos, priorizando a religião em vários momentos do dia, enquanto os haitianos, em geral, são cristãos, chegando a frequentar algumas igrejas evangélicas da região. A partir disso foi possível evidenciar a importância de um projeto de uso misto – diversificado. Os projetos correlatos contribuíram para as decisões projetuais, que incluem escolha de materiais, tipologia das habitações, sendo estas geminadas com possibilidade de ampliação para os fundos. Após análise dos resultados, foi possível perceber que além de uma proposta arquitetônica que atenda a demanda do direito à moradia, (e.g., apenas um conjunto habitacional), seria necessário propor um espaço que dialogasse com a cidade. No Brasil, a periferização ou marginalização de determinadas pessoas ou grupos sociais por fatores econômicos, culturais, históricos e até raciais no espaço das cidades, tornam-se alguns exemplos de segregação urbana mais comuns para a formação de favelas, áreas de bordas, habitações em áreas irregulares, cortiços e áreas de invasão. Assim, um estudo sobre um projeto arquitetônico de vila cultural, pautado em preceitos de vitalidade urbana, para minimizar a segregação socioespacial vivenciada atualmente pelos imigrantes do Haiti e Senegal, na cidade de Pouso Redondo/SC, é uma importante medida mitigadora de ordenamento territorial que objetivam propostas pautadas em políticas de inclusão social.

Modos de morar e construir indígena: diálogo entre ensaios acadêmicos e trabalhos guarani mbya na Terra Indígena Jaraguá (SP).

Cristina de Castro Kesselring
cristina.kesselring@gmail.com
Universidade Mackenzie

Palavras-chave: Povos indígenas; Trabalho; Construção guarani mbya; Sistemas de cooperação.

Esta pesquisa pretende investigar produções indígenas a partir da ótica do trabalho, propondo diálogos entre experiências pessoais nos canteiros de obra na aldeia Yvy Porã, na Terra Indígena Jaraguá, São Paulo, e a bibliografia *Habitações Indígenas* (1983), organizado pela antropóloga Sylvia Caiuby Novaes, e “*Habitação Indígena Brasileira*” (1987), escrito pela antropóloga Maria Heloísa Fénelon Costa e pelo arquiteto Hamilton Botelho Malhano. Esse diálogo também procura articular ideias apresentadas em *Arquitetura e trabalho livre* (2006), de Sérgio Ferro, e *A esquiva do xondaro: movimento e ação política entre os Guarani Mbya* (2017), de Lucas Keese dos Santos (2017). Entende-se aqui que o tema da alienação entre corpo e trabalho, explorada por Ferro, relaciona as noções entrelaçadas de corpo e espaço apresentadas nos demais títulos da bibliografia e entre os Guarani Mbya na aldeia Yvy Porã. A pesquisa realizou-se em três etapas: (1) leitura e fichamento da bibliografia enunciada na introdução; (2) participação na construção da opy (casa de reza) e banheiros na aldeia Yvy Porã no Jaraguá, São Paulo, realizando também registros fotográficos e escritos. Organizadas por um projeto de extensão universitária da USP em conjunto com os Mbya que ali vivem, as vivências de campo foram realizadas aos fins de semana durante três meses de 2018; (3) redação final da pesquisa, relacionando, através da ótica do trabalho, as visões apresentadas no referencial teórico e a vivência entre os Guarani Mbya na Yvy Porã. Pretende-se aqui estabelecer diálogos entre algumas práticas contemporâneas guarani mbya de construção na aldeia Yvy Porã com noções apresentadas nas obras *Habitações Indígenas* (1983) e “*Habitação Indígena Brasileira*” (1987). Ausentes em ambos trabalhos e na maior parte da academia de arquitetura e urbanismo em São Paulo, os Mbya, nessa aldeia, demonstram uma flexibilidade construtiva que parece decorrer da priorização pelo modo de organização do trabalho e dos espaços em relação aos materiais empregados nas construções. A produção de arquitetura que aproxima o pensar e o fazer sob lógicas diversas, que não as de dominação, parece estar inserida em um todo maior de estratégias políticas guarani, relacionadas a esquiva, capazes de incorporar a possível ameaça externa e transformá-la a seu favor (Santos, 2017). Entende-se aqui que a aproximação com tais formas de organização pode fornecer instrumentos para ampliar as nossas próprias compreensões do fazer arquitetônico a partir da busca pela constituição do coletivo. Ao acompanhar algumas obras na aldeia Yvy Porã, pode-se ampliar o repertório de possibilidades de se produzir arquitetura aproximando o pensar e o fazer sob outras lógicas, que não as de exploração; e, mais do que isso, que a flexibilidade dos materiais empregados nas construções entre os Guarani Mbya que se teve contato parece estar inserida em um todo maior de esquivas políticas e cosmológicas, capazes de incorporar a ameaça e transformá-la a seu favor (Santos, 2017). Ao aproximar os campos da antropologia e arquitetura pela ótica do trabalho, essa pesquisa procura investigar como as formas indígenas de construir podem apontar possíveis movimentações coletivas nas nossas próprias noções de produção, propriedade e organização social.

Sobre as mulheres e suas táticas na conquista dos espaços privados e públicos – apontamentos para uma pesquisa de Doutorado.

Christianne Pereira Gomes

xistianne@hotmail.com

PPGAU UFF

Palavras-chave: Mulher; táticas; práticas diárias; prostituição; paisagem urbana.

Este artigo busca traçar considerações sobre uma pesquisa doutoral que aborda a simbiose da mulher com seu espaço privado / íntimo e como ela transporta essa relação para a paisagem e para o espaço público. Na interpretação estimulante de Michel de Certeau sobre as práticas anônimas e a capacidade de improvisação, a 'tática' serviria de base para novas criações. Ao utilizar-se então de práticas cotidianas ('artes do fazer', segundo Certeau), a mulher muitas vezes subverte o que é propagado historicamente como 'um modelo típico feminino', onde a mulher ficaria restrita aos afazeres domésticos ou responsável pela coordenação das atividades do lar. Ao propor esta reflexão para a Arquitetura – em gênero e produção do espaço – admitimos a dificuldade em identificar/apontar a 'tática feminina'. No entanto, é nela que encontramos uma parte significativa de seu poder. Ante convenções impostas por uma ordem social e economicamente dominante, as relações familiares comuns encontram sua 'tática' de sobrevivência face às relações de controle. A cultura material nos demonstra com constância, uma proatividade da mulher enquanto organizadora e agente de seu meio. Pretendo apresentar neste artigo, notas sobre algumas destas 'táticas' femininas que nos sugerem uma oposição entre os estudos das ações cotidianas e as ditas "fontes oficiais textuais". Pretende-se expor também apontamentos sobre a análise da prática da prostituição feminina enquanto uma destas 'táticas', em uma abordagem que demonstra a participação da mulher como um agente da paisagem urbana. Em uma discussão que envolve prostituição feminina e cidade, pontua-se sobre como poderia a mulher negociar (entre o dinheiro, a liberdade e o próprio desejo) formas de sobrevivência, utilizando-se desta e de outras 'táticas' para assumir seu lugar na paisagem, transgredindo assim as regras e os conceitos de moral e território. Na análise de uma paisagem construída pela 'tática' da mulher em uma extensão do trabalho feminino que surge com a História, evidenciaremos como a prostituição ocupa o seu lugar para além do exercício da fantasia sexual e do imaginário coletivo. Seja na Antiguidade Clássica, com a participação de hetairas (mulheres de amplo conhecimento artístico e político) na prática da symposia grega, na Idade Média onde a prostituição era o centro de um dilema entre a fé e a necessidade ou no Renascimento onde cortesãs serviam como entretenimento à aristocracia; discute-se como as prostitutas estão mergulhadas na paisagem urbana, na dimensão sensível do espaço através dos tempos.

Memórias migrantes, exclusão e pertencimento: iniciativas de reassentamento como alternativa de gestão de conflitos

Suzete Almeida de Bessa

suzete_bessa@ufg.br

UFG

Palavras-chave: Memória; Migração; Memórias coletivas; Reassentamento.

Com o objetivo de problematizar e completar noções e conceitos, este artigo pretende promover distinções e indistinções que devem ser confrontadas, considerando as particularidades do processo migratório dentro do território brasileiro e das consequências possíveis características de um cenário tão diversificado em termos de complementaridade dos perfis e trajetórias migrantes e de controle crescente dos deslocamentos. Serão abordadas problemáticas consideradas fundamentais para os estudos da memória como: lugares e sítios; e disputas entre memórias oficiais e não oficiais. Não obstante, a estrutura que permite o diálogo entre memórias e migrações, nos permite analisar dinâmicas como as memórias sem lugar e o não lugar de memória das migrações não deixando de fora as vivências e a própria voz das pessoas migrantes. Essa abordagem requer uma revisão bibliográfica de algumas das problemáticas importantes para o estudo das migrações contemporâneas como a diáspora, os espaços transnacionais, os impactos dos regimes de mobilidade. Além disso, o caso específico dos venezuelanos em Roraima que tem sido reconduzidos à diversos estados brasileiros é de grande interesse na análise da tensão das fronteiras brasileiras como memória coletiva e possibilidades de memória e contra-memória na configuração de resistências a subordinação e articulação desde a diferença (BRAIDOTTI, 2006), durante as trajetórias migrantes, com especial atenção às famílias que foram reassentadas no estado de Goiás. Nos últimos anos, diante do aumento dos problemas enfrentados em território brasileiro, o estado de Goiás tem procurado se inserir nos programas de reassentamento de migrantes e refugiados venezuelanos, uma iniciativa que parte principalmente da sociedade civil. Em 2019 a capital do estado, Goiânia, efetivamente conseguiu receber de forma oficial e com apoio governamental diversas famílias. Somente no último mês de novembro 26 famílias foram reassentadas através de uma organização não governamental, e são objeto de aprofundamento deste artigo. Entrevistas foram conduzidas com esse grupo de 26 famílias, abordando os motivos de sua saída do país de origem, como se deu o trajeto até a fronteira como Brasil, sua estadia em Roraima e seu reassentamento no estado de Goiás. As entrevistas se deram na OSCEIA, organização responsável por receber os refugiados Venezuelanos. Abordar os fenômenos das memórias coletivas e migrações é relevante em vários sentidos. Em primeiro lugar, as narrativas dos sujeitos que se moveram e se mudaram historicamente ao redor do mundo – relatos em que suas perspectivas se cruzam, imaginários e memórias – têm sido os fundamentos para contestar e reconsiderar teorias e categorizações reducionistas a respeito dos processos migratórios e seus protagonistas. De semelhante modo, estas narrativas têm contribuído para dar visibilidade aos conflitos sociais, políticos e econômicos de nossas sociedades – das desigualdades às perseguições – e a problematizar a autonomia dos mesmos. Estas narrativas e as memórias que mobilizam e interpelam a seletividade das recordações e esquecimentos dos passados imigrantes e da contribuição dos imigrantes nas sociedades e países são considerados receptores, podendo ser capazes de colocar em questão práticas e políticas de exclusão e expulsão e contribuir para a resolução de tensões através de uma política do reassentamento. Reflexões críticas em torno das articulações entre memória e migração, e suas consequências teóricas e políticas, e a análise conjunta dos processos de elaboração de memórias coletivas, de forma a promover as compreensões de ambos os fenômenos favorece a sua reconsideração. Essas teorizações colocam o centro nas narrativas migrantes e nas memórias que estão entrelaçadas nelas, repensam o conhecimento dominante sobre os sujeitos que migram e suas trajetórias, assim como sobre as compreensões e práticas em relação ao pertencimento. A importância do “lugar da memória” e das migrações nas memórias oficiais / não oficiais, ou sua ausência na recepção das migrações contemporâneas colocam novos marcos sensíveis e críticos frente às transformações, particularmente aquelas propostas desde os estudos da mobilidade. De semelhante modo este, este artigo pretende contribuir para entender as relações entre as trajetórias vitais de quem migra e os processos sociais,

econômicos e políticos de maior amplitude, desenraizamento e processos de reinvenção e recuperação da memória coletiva como estratégia para continuar.

A batucada na cidade modelo: improviso e construção de identidade.

Giovanna Pinhata
pinhata.g@gmail.com
UFPR

Palavras-chave: Curitiba; Carnaval; Identidade; Resistência.

O estudo sobre samba em Curitiba, mais especificamente sobre seu desdobramento na festividade carnavalesca, parte da intenção de contrastar duas cidades dentro de uma: Curitiba de ascendência europeia, mitificada a partir da aplicação de seus Planos, e Curitiba “não-morigerada”, negra, cuja presença pode ser notada principalmente a partir dos registros de proibição (desde meados do século XIX), a respeito, entre outras coisas, de aspectos de expressividade cultural, como as batucadas. A fama de Curitiba como cidade modelo, exemplo de elaboração e aplicação de seus planos diretores, vem acompanhada de um *discurso identitário*, desenvolvido desde os anos 1920, a partir do *Movimento Paranista*, voltado às artes. Em um primeiro momento, atribuíam-se o desenvolvimento da capital à presença de europeus fixados na região entre o século XIX e XX. A construção de uma identidade paranaense, tendo a capital como centro irradiador, lança mão de aspectos do desenvolvimento urbano - a partir de 1945 - como potente estratégia discursiva na construção de uma *paisagem curitibana*, amplamente reproduzida midiaticamente ao longo do século XX. Neste segundo momento, constitui-se como identidade social o “*ser curitibano*”: figura em sintonia com o projeto de metrópole moderna difundido. Esta figura acessa facilmente o centro, frequenta parques e ambientes culturais planejados e participa de eventos tradicionais da cidade. Grosso modo, “*ser curitibano*” referênciava uma parcela específica da população: de classe média, majoritariamente branca, que se reconhece nos espaços planejados. A elaboração de uma paisagem e identidade social específicas dificulta ou não inclui narrativas distintas, como as produzidas pela população uma vez considerada “não-morigerada”. O desenvolvimento da expressividade do samba na capital paranaense está relacionado majoritariamente com a população proletária negra. A organização de um dos primeiros clubes negros do Brasil e a formação da Escola de Samba Colorado, primeira de Curitiba, são exemplos da movimentação de resistência da comunidade negra. Até 1945 o carnaval curitibano reduzia-se a clubes e desfiles em carros de famílias abastadas. No carnaval de 1946, a comunidade de operários da rede ferroviária que vivia “para além da linha de trem”, organizaram a bateria do que viria a ser a Colorado e desfilaram, sob o risco de represálias, até o centro da cidade. Ainda hoje as escolas de samba são fruto da organização da população periférica, também da região metropolitana. A organização do carnaval curitibano se dá, desde os anos 1970, a partir da Fundação Cultural de Curitiba (FCC), que decide, por exemplo, temática, locação da *avenida* – espaço de desfile - e nomeação de jurados. A inconstância na definição da *avenida*, que muda conforme gestão municipal nem sempre se adequando à função festiva dificulta a formação de um *lugar do carnaval* e/ou espaço de expressividade periférica e negra no centro da cidade. A luta pelo lugar do/no carnaval é constante e pode ser compreendida como uma significativa expressão de resistência. A pesquisa baseou-se em levantamento bibliográfico, entrevistas com envolvidos na comissão do carnaval pela FCC e blocos carnavalescos.

Marginalização urbana e a oportunidade educacional da diversidade

Ana Paula Enes de Barros
anapaulaeb Barros@gmail.com
Universidade de Uberaba

Palavras-chave: Segregação habitacional; Segregação escolar; Educação para diversidade; Habitação para a diversidade.

O presente artigo pretende analisar, em uma abordagem qualitativa de documentos, índices de avaliação das escolas públicas e revisão bibliográfica do processo de urbanização das cidades médias do Triângulo Mineiro, como a periferação habitacional interfere na qualidade de ensino e aprendizagem da população marginalizada (do campo, comunidades indígenas e quilombolas, afrodescendentes, adultos de baixa escolaridade, de baixa renda e pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação). Assim como o Poder Simbólico de Pierre Bourdieu é adquirido através de aspectos como a educação e o lugar de moradia do sujeito, produzindo acúmulo ou escassez de capital cultural e social, a perda do direito à cidade, fundamentado por Lefebvre, demonstra os ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades disponíveis de formas desiguais quando a população vive em isolamento social provocado pela urbanização desorganizada. Pretende-se analisar este fenômeno a partir do processo de rápido espraiamento que sofreu a cidade de Uberaba nos últimos 40 anos. A cidade de 318.000 habitantes (IBGE, 2017) situada no Triângulo Mineiro/MG, teve sua expansão urbana acelerada a partir dos anos 1970. Na década de 1980, com a industrialização, o êxodo rural em progressão geométrica e a acelerada e desordenada construção de conjuntos habitacionais, formam-se bairros excêntricos de baixa qualidade espacial e condomínios fechados, gerando fragmentação, espraiamento e desconexão da paisagem da cidade. O sistema de ensino da cidade, acompanha a expansão urbana. O número de alunos das escolas municipais saltaram de 2 070 em 1983 para 26 700 no final do ano de 2018 (Prefeitura Municipal de Uberaba – Secretaria da Educação), com a duplicação do número de escolas de Ensino Básico. As novas escolas acompanharam o espraiamento da expansão urbana da cidade e a partir da década de 2010, com o programa Minha Casa Minha Vida, a administração pública fomentou a construção de casas para mais de 9 mil habitantes, atingindo um número total de 80 bairros periféricos para as classes baixa e média baixa em 2018. O número de escolas construídas não consegue contemplar a nova população crescente da periferia. A irradiação desordenada de moradias e escolas, levam os governos a criar arranjos para a alocação de alunos, já que muitos dos novos bairros criados são desprovidos de serviços urbanos mínimos, garantidos pela Constituição Federal (1988). Pretende-se, através do levantamento de dados socioeconômicos e culturais dos moradores de bairros periféricos específicos e seu rendimento escolar, investigar como o fenômeno da marginalização urbana da população, afeta a educação dos afro-brasileiros, indígenas, quilombolas, imigrantes, refugiados, ciganos/Roma e LGBT+. Tal trabalho faz-se necessário para chamar a atenção sobre como os processos de segregação habitacional e populacional afetam os representantes das diversidades e seus espaços nas cidades.

Urbanização em Florianópolis: disputas e insurgências pela regulação e uso do solo da capital catarinense

Aline Almeida da Silva
alialmeidas@gmail.com
Udesc – PPGPLAN

Palavras-chave: Plano Diretor, Política Urbana, Movimentos Sociais, Uso e ocupação do solo, Democratização Urbana

Florianópolis constituiu-se, historicamente, como um polo de atração e de destaque na rede urbana através de incentivos financeiros, interesses políticos e econômicos que agregaram valor turístico, fundiário e mercadológico às terras da ilha. Nesse sentido, o alcance de acesso ao solo urbanizado e a regularidade ao mesmo tornam-se cada vez mais restritos à população, ao mesmo tempo em que garantem investimentos, arrecadação e atratividade turística e publicitária. Esse trabalho traz à discussão conflitos presentes, ao longo da história e na atualidade, nas disputas e formas de ocupação e acesso ao solo urbano, diante de interesses econômicos, construções e atuações sociais e políticas e institucionais e de seus diversos agentes, e o surgimento de insurgências e movimentos neste contexto.

O método para elaboração do trabalho foi a pesquisa exploratória realizada através de referencial teórico, análise de dados estatísticos, bem como de índices relacionados ao desenvolvimento humano e/ou territorial. A análise teórica e qualitativa foi realizada através de reportagem, legislação e dados da Prefeitura Municipal de Florianópolis do Ministério Público e de pesquisas publicadas sobre a região e tema abordados no estudo.

Ao longo de décadas a legitimidade das discussões na elaboração da política urbana e do Plano Diretor de Florianópolis enfrentam dificuldades e resistências, passando por processos de disputas, embates e judicialização. A não contemplação do cenário de totalidade, referido por Sugai (2003), os conflitos entre os interesses coletivos e os interesses privados fazem emergir o descontentamento da população em relação aos princípios de Planos Diretores dadas as características excludentes e desenvolvimentistas, muitas vezes, impostas por governantes e empreendedores.

Resultando deste descompasso entre a regulação do solo urbano e investimentos em infra-estrutura, com as necessidades da população tem-se, além do descontentamento as ações da população para acessar e ocupar o solo urbano, seja através de mecanismos irregulares, seja pela organização e composição de insurgências, movimentos, ocupações, coletivos, entre outros. A inconformidade e a busca pelo direito à cidade possibilitaram estratégias que envolveram ação direta e luta institucional foram capazes de, em diferentes momentos, influenciar e modificar processos decisórios do planejamento urbano municipal. Diante da tentativa de regularizar ou buscar alternativas à problemática já instalada os embates se dão, não somente entre população e poder público, mas também no âmbito institucional. Parte das instituições, como o Ministério Público, ainda acreditam a solução passa pela reestruturação do de leis, pela rigidez normativa e de fiscalização e pela consciência cidadã (2019). Tal posicionamento, infelizmente, está aquém das necessidades e da situação real, visto que as normas já se constituem um dos pontos de conflito e a origem da irregularidade está na falta de acesso ao solo regular ou, por vezes, na concessão do próprio poder público de regalias e permissividades aos grandes empreendimentos. Assim consolidam-se os conflitos e as situações de irregularidade e desigualdade espacial, e são reforçadas ideologias soluções imediatistas ou excludentes são perpetuadas. Por estes motivos a participação social e movimentos que têm se constituído em inovações e importantes expressões nas cidades e no campo, protagonizando diversas mudanças no sentido de democratizar o território, bem como as dinâmicas que nele se desenvolvem, e as tomadas de decisões sobre a cidade.

“Minha casa, minha briga”: o Quilombo das Guerreiras e seu território de resistência e luta na Zona Portuária do Rio de Janeiro

Juliana Varejão Giese (1); Antonio Colchete Filho (2); Luciana Bosco e Silva (3)
varejaoj@gmail.com (1); arqfilho2@globob.com (2); luciana.bosco@gmail.com (3)
Universidade Federal de Viçosa(1 e 3); Universidade Federal de Juiz de Fora (2)

Palavras-chave: Regeneração urbana; direito à moradia; territorialidade; Zona Portuária do Rio de Janeiro; Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto

Os processos contemporâneos de regeneração urbana, comuns a partir da década de 1990, tendem a ignorar o contexto histórico e social das áreas onde intervêm e induzem a elitização de espaços urbanos e desapropriações através de operações de parcerias público-privada. Tais processos geram conflitos sócio-territoriais, expressos, muitas vezes, em ocupações de edifícios degradados. Exemplo de tal processo de regeneração, a Zona Portuária do Rio de Janeiro, de passado negro e escravocrata, teve como expressão desses conflitos o desalojamento da ocupação urbana Quilombo das Guerreiras, liderada por integrantes do Movimento Sem-Teto e localizada no antigo edifício da Companhia das Docas, na Avenida Presidente Vargas, a fim de desapropriar o edifício ocupado e possibilitar a construção dos edifícios *Trump Towers*. Este trabalho estuda o caso da ocupação do Quilombo das Guerreiras para demonstrar como se dão os movimentos sociais urbanos que reivindicam o direito à moradia. Caracterizando-se como uma pesquisa exploratória, foi realizado através de revisão bibliográfica onde, além da produção científica, foram também utilizados como meios de levantamento de dados jornais e publicações informais sobre a ocupação urbana analisada. A utilização de fontes informais se deu em consequência da insuficiência de dados formais, o que demonstrou de antemão a pertinência da discussão sobre o objeto. Esse estudo aborda, assim, o processo histórico de formação da região da cidade do Rio de Janeiro onde a ocupação urbana se localizou e os conflitos de territorialidade presentes no desenvolvimento urbanístico da região que motivaram tanto o abandono da edificação em questão, quanto a sua apropriação por parte da ocupação. Expõe-se, desta forma, a denominação da região como “Pequena África”, tendo em vista as atividades escravocratas comuns no passado histórico da região que foram redescobertas com as obras decorrentes do projeto de regeneração do região portuária do Rio de Janeiro, e a formação do grupo “Quilombo das Guerreiras”, fruto das reivindicações do movimento dos sem-teto por moradia na área central, apresentando a cronologia desde sua apropriação do edifício da Companhia das Docas, em 2006, até seu desalojamento, em 2013, dando ênfase na construção de sua territorialidade. Conclui-se que as palavras de ordem “Minha casa, minha briga” evidenciam que a territorialidade se configura também pelas dimensões simbólica e afetiva, além da dimensão física, pois destaca-se que a afetividade da ocupação Quilombo das Guerreiras em relação ao lugar de localização do edifício ocupado tem relação direta com a formação histórico-social da região. Além disso, considera-se que o estudo realizado demonstra como os processos de regeneração urbana renegam as demandas da população habitante das regiões de intervenção e voltam seus esforços ao suprimentos de demandas do mercado imobiliário e turístico.

A cidade e a loucura – um estudo de ambiências

Daniel Nardelli Santos (1); Thiago José de Franco da Silva (2); Cristiane Rose Duarte (3)
dannardelli@gmail.com (1); sthiagofranco@yahoo.com.br (2); crsduarte@gmail.com (3)
LASC/UFRJ (1 e 3); UFF (2)

Palavras-chave: Ambiência, Loucura, Cidade, Arquitetura, Apropriação, Reforma Psiquiátrica

Com a lei da reforma Psiquiátrica no Brasil, a fronteira entre a psiquiatria e as cidades necessita ser estudada como parte de uma ambiência do contexto urbano, uma vez que pacientes isolados são agora residentes nas cidades. Segundo dados da prefeitura, em 2012 o município do Rio de Janeiro possuía aproximadamente 1302 pacientes em leitos de longa permanência. Em 2016, destes, 444 usuários estavam morando em Residências Terapêuticas estabelecendo uma nova relação da cidade com a loucura. Este artigo é parte da pesquisa em andamento no Laboratório de Arquitetura, Subjetividade e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O objetivo é descrever a importância da ambiência das cidades no processo de ressocialização de indivíduos agora des-hospitalizados, após viverem muitos anos em hospitais de saúde mental. Mais do que reconhecer as fronteiras entre hospícios e a cidade, a pesquisa sublinha a importância do retorno da pessoa com problemas de saúde mental para a sociedade e na relação entre os espaços urbanos e processos terapêuticos.

Este artigo apresenta uma sobreposição do estudo entre três pacientes após suas transferências do hospital para as residências terapêuticas na cidade do Rio de Janeiro. A análise foi baseada em uma pesquisa etnográfica, juntamente com notas e entrevistas elaboradas junto aos profissionais de saúde mental, psiquiatras, familiares (quando possível) e usuários. Todas as ferramentas utilizadas visam compreender sobre hábitos e os sentimentos dos moradores das Residências Terapêuticas nessa nova relação com a cidade após um longo tempo isolados da sociedade. Os dados são representados pelo que chamamos de mapas de afetividade, que mostram lugares na cidade onde os sujeitos sentem afeição ou repulsa, relacionando os sentimentos a uma linha do tempo de seu período fora do hospital.

Nossa pesquisa aponta a um entendimento que, após a um período de “andar livre” na cidade, o sujeito começa a expandir seus limites quando estabelecido relações de afetividade e apropriação com certos lugares. Porém, em alguns casos, estas relações podem limitar a expansão, retendo a pessoa a um circuito mínimo. Estas informações ajudam a pensar estratégias que possam guiar a fundação de novas residências terapêuticas e grupos de preparação para o processo de desinstitucionalização. Outro importante ganho observado é a formação de um novo olhar multidisciplinar: o cruzamento do entendimento das relações do indivíduo e seu processo de apropriação do lugar em comparação com seu desenvolvimento e expansão na cidade. Os resultados sugerem como um olhar sensível ao diferente e aos direitos dos loucos faz diferença ao pensar a concepção de cidades para todos.

Cidade, migrações e diversidade: processos de transformação urbana recente em Lisboa e no Porto , Portugal

Maria Manuela Mendes

mamendesster@gmail.com

FAUL /CIES-ISCTE-IUL

Palavras-chave: Cidade; diversidade; migrações, empreendedorismo, turistificação

Esta comunicação analisa as modalidades através das quais a diversidade, de um tipo cosmopolita, integra certos espaços do tecido urbano, sendo nesse âmbito solicitada por decisores políticos e utilizada estrategicamente por empreendedores étnicos.

A investigação levada a cabo sustentou-se numa abordagem qualitativa (entrevistas, grupos focais, análise documental e etnografias) e incidiu sobre os mecanismos e estratégias para a acomodação da diversidade cultural no espaço local, explorando quer a vertente das experiências quotidianas e dos encontros culturais quer os aspetos estratégicos e deliberativos das redes de governança local e da diversidade de atores presentes nos centros das cidades de Lisboa e Porto. Neste sentido, perguntamos como se integra a diversidade cultural nos processos de renovação urbana, de criação de imagens da cidade, de gentrificação, prestando atenção aos sujeitos e estratégias da governança local. Ou seja, como se incluem os imigrantes e grupos etnicamente diversos nas estratégias dos governos locais e nos espaços urbanos sobre as quais estas incidem? Muito do que tem sido produzido tem incidido nos decisores políticos e na cadeia de decisões (Schiller, 2015; Padilla et al, 2016; Sholten, 2012). Todavia, a “voz” dos imigrantes tem estado ausente destas análises. Para além disso e como bem refere Sandercock (2000) a “gestão” da diversidade tem implicado em termos de planeamento e gestão urbana a contenção, o controle e a manipulação no uso dos espaços públicos. A novidades sobre este projeto prende-se justamente com a análise da perceção dos próprios imigrantes sobre essas mesmas políticas e formas de inter-relação com as dinâmicas urbanas atuais.

Com efeito, apesar das inúmeras análises e avaliações de políticas a lacuna persiste: dados sobre as perceções dos próprios imigrantes relativamente a estas modificações e as formas mobilizadas (ou não) para com elas se articularem são ainda escassos. Por outro lado, dada a crescente turistificação das duas cidades em análise, pouco se conhece sobre o modo como o *direito à cidade* (Lefebvre [1968], 1996) por parte das populações imigrantes está a ser exercido; sendo também escasso o conhecimento sobre quais os processos participativos e mecanismos consultivos acionados pelas autarquias locais e plataformas de mediação entre estes atores, os agentes políticos e os operadores financeiros e económicos.

Em qualquer das zonas estudadas o fenómeno da especulação imobiliária e do alojamento local ganha contornos que influem diretamente na morfologia e composição dos territórios. Todavia, seria errado ver nos imigrantes residentes vítimas passivas destes processos. Com efeito, os próprios imigrantes quando para isso capacitados (capital económico e social) empreendem estratégias associadas à turistificação, participando assim da dinâmica transformativa destes territórios.

Todavia, a possibilidade de mobilizar estas formas de capital encontra-se segmentada. Ou seja, os obstáculos surgem como mais pronunciados no caso dos imigrantes entrevistados com permanências mais antigas e cuja adaptação às novas tendências não foi consumada.



EIXO 3

**Insurgências urbanas associadas ao aumento da vulnerabilidades,
à exposição ao risco e à produção de cidade**

NEM OCUPA, uma ocupação LGBTQ+ em Copacabana

Gabriel Santiago Pedrotti

gabrielpedrotti@gmail.com

PROURB/FAU/UFRJ

Palavras-chave: LGBTQ, Urbanismo de Gênero, direito à cidade, Rio de Janeiro

A cidade contemporânea é um reflexo das estruturas tradicionais na reprodução das lógicas do mercado capitalista e de suas intrincadas representações de poder ao definem os sujeitos em todos os seus espaços de vida. Ao lutar pelo direito a habitar as áreas não periféricas, movimentos de luta por moradia se colocam presentes ao reivindicar espaços que não cumprem sua função social no tecido urbano. A ocupação de um edifício abandonado em Copacabana por um grupo de acolhimento LGBTQ+ liderado por uma mulher trans torna-se pioneira ao personificar muitos dos atravessamentos presentes nos movimentos de luta por moradia e de representatividade LGBTQ+. Sujeitos também são produzidos e redefinidos na ressignificação de espaços ociosos na cidade, colocando em xeque questões estruturais como igualdade de gênero e inclusão na produção de cidade contemporânea.

Para análise do caso específico, compõem as etapas metodológicas deste texto uma revisão bibliográfica que o insere no contexto das discussões que tangem o urbanismo de gênero e também de direito à cidade. Além disso, conta com levantamento histórico e cartográfico de representação espacial a partir de entrevistas com interlocutores chave neste processo. Assim, levanta-se a trajetória do grupo e suas movimentações pela cidade do Rio de Janeiro e a situa no contexto de outras insurgências urbanas de ocupações por moradia, ligadas ou não ao universo LGBTQ+.

Dentro do escopo que abrange discussões de direito a cidade e movimentos de ocupação para moradia do Rio de Janeiro, constata-se que embora a cidade ocupe um imaginário com sérias questões de moradia, esta não é uma prática tão recorrente nesta cidade, assim como o é em outros grandes centros urbanos latinoamericanos. Assim, são levantadas criticamente questões que tangem a experiência do corpo LGBTQ+ na cidade, quais espaços são reservados às vivências destes indivíduos, uma vez que são muitos os espaços que seus corpos são excluídos.

Identificando esses processos insurgentes como experiências sociais potentes para a construção e transformação de realidades alternativas, esta se constitui numa prática espacial orientada pelo uso não alienado da cidade ao representar uma camada mais profunda de representatividade LGBTQ+. Dentro do contexto privilegiado do bairro onde se insere a ocupação, a pesquisa traz à tona as questões da moradia e de sujeitos LGBTQ+ na produção da cidade, evidencia a carência de bibliografia sobre a temática e ressalta a importante contribuição dada a contemporaneidade dos acontecimentos.

O projeto e o habitar na produção de moradia popular: reflexões sobre métodos e tempos na reconversão de imóveis ociosos no centro do Rio de Janeiro

Maira Machado Martins (1); Pedro Caputo (2); Lucia Hansen (3)

mmartins.maira@gmail.com (1); pedro-caputo@hotmail.com (2); lucia.hansen.pacheco@gmail.com (3)

PPGARq/DAU/PUC-Rio (1); DAU/PUC-Rio (2 e 3)

Palavras-chave: Ocupação, Área Central, Pesquisa-Ação, Habitação Popular, Arquitetura, Rio de Janeiro

O acompanhamento das transformações no espaço coletivo de diferentes tipologias de habitação popular, em diferentes estudos de caso, contribuiu para a identificação da produção de práticas individuais e coletivas que resultaram na valorização e criação de espaços de sociabilidade a partir da iniciativa dos próprios habitantes (Machado-Martins, 2014). Assim, esta pesquisa pretende dar continuidade e avançar nos estudos sobre a produção do espaço social e físico, compreendidos como espaço apropriado pelos seus habitantes (Bourdieu, 2013), a partir do estudo da ocupação Manoel Congo, conduzida pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), localizada em um edifício abandonado do INSS, e reconvertido em moradia através de recursos provenientes do PMCMV Entidades, e a Ocupação Mariana Crioula, ainda em fase de construção, situada no bairro da Gamboa, RJ, sob as mesmas condições de realizações e lideranças. Pretende-se analisar o caso da produção de moradia à exemplo da ocupação Manoel Congo, cujo projeto foi realizado pelos seus próprios habitantes com a colaboração de arquitetos urbanistas.

A orientação teórico-metodológica desta pesquisa está ancorada em uma análise transdisciplinar do tema investigado. O campo teórico-metodológico empregado privilegia a etnografia, essencial na análise das práticas sociais e culturais, sendo também a base metodológica das pesquisas que vêm sendo realizadas. Ela compreende a frequência nas duas ocupações, observação e realização de entrevistas com os moradores. As pesquisas de determinados arquitetos, sociólogos e antropólogos (Whyte, 1943 ; Valladares, 1978 ; Santos, 1981) são importantes referências neste campo, por abordarem as práticas sociais a partir da observação direta, contínua e por vezes participante.

A pesquisa registra e analisa o processo de construção coletiva da habitação revelando outra lógica de projeto e relação com o local, que considera questões antropológicas envolvidas no processo de habitar (Segaud, 2016) e a relação da produção de moradia no Centro do Rio de Janeiro, discutindo o significado do habitar essa região, e os benefícios desta localização, questionando a segregação socioespacial que caracteriza cidade do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa levanta questionamentos à respeito do papel do arquiteto e sua forma de proceder enquanto profissional em projetos participativos. Ela baseia-se na realização de uma pesquisa-ação (TRIPP, 2005), onde somos diretamente confrontados com a realidade da vida destes habitantes, seus desejos, expectativas e urgências de habitar, colocando em questão o tempo do projeto de arquitetura, o posicionamento do profissional de arquitetura diante da possibilidade de troca de saberes e da necessidade de escuta de seus clientes. Com a inserção no campo de pesquisa e o envolvimento direto dos pesquisadores com o tema é possível utilizarmos métodos da entrevista aberta, observação e registro (Minayo, 2016) do funcionamento da ocupação e seus processos.

Buscamos demonstrar a importância do método empírico como ferramenta de análise do espaço físico e social, mas também como ferramenta na elaboração de projetos, contribuindo para a formação de arquitetos urbanistas. Busca-se desta forma ampliar o olhar do estudante às práticas profissionais e de pesquisa no campo da Arquitetura e Urbanismo.

ATIVISMO TÁTICO E PLANEJAMENTO URBANO: O ESTUDO DE CASO DA OCUPAÇÃO MANOEL CONGO

Magna Corrêa de Lima Duarte

mag.correa17@hotmail.com

Universidades Candido Mendes e Estácio de Sá

Palavras-chave: Movimentos Sociais - Direito à Cidade - Moradia – Reforma Urbana

A produção do espaço urbano no território da cidade do Rio de Janeiro se fez sob a lógica privilegiada do capital imobiliário e a primazia da concepção privatista do espaço urbano, tendo forte viés excludente, segregacionista, de classe e étnico racial, em contraste com as funções sociais da cidade antevistas na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01). As tensões fundiárias e disputas pela terra urbana reproduzem as múltiplas estratégias de sobrevivência e de resistência da cidadania através dos movimentos sociais de ocupação. A Ocupação Manoel Congo, capitaneada pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), reflete uma singular expressão do urbanismo tático como instrumento de contestação da lógica capitalista de ocupação privada e especulativa do espaço urbano. A estratégia de ocupação de prédios públicos ociosos, nas regiões centrais da cidade e tendo por sustentação teórica o princípio da função social da propriedade urbana e ancorada na captação financeira de recursos do programa de regularização fundiária Minha Casa, Minha Vida – Entidades (Lei 11.977/09) via Caixa Econômica Federal auto legitimam a atuação das 42 famílias moradoras da Ocupação Manoel Congo, em substituição ao protagonismo e hegemonia dos incorporadores imobiliários privados, refletindo uma notável experiência de produção autogestionária de moradia. No plano teórico, os estudos clássicos de Henry Lefebvre e David Harvey são imprescindíveis para a melhor compreensão dos fundamentos essenciais sobre o direito à cidade e a lógica de produção do espaço urbano. Na literatura pátria, destaca-se a relevância dos estudos relativos a problematização conceitual do direito à cidade e do instituto da regularização fundiária de pensadores como Edésio Fernandes, Néelson Saule Júnior, Betânia Alfonsin Aduato Cardoso, Alex Ferreira Magalhães, Enzo Bello, Maria do Carmo Ricalde, Rachel Rolnik, Rute Imanishi Rodrigues, entre outros. A leitura do texto “Insurgências, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano”, de Faranak Miraftab, é relevante para a compreensão das novas formas de planejamento urbano e a posição de centralidade dos movimentos populares em uma nova teorização do planejamento insurgente, de conteúdo mais humano e de inclusão autodeterminada. Destaque-se, ainda, a relevância da obra “O Comum. Um ensaio sobre a revolução no século XXI”, de Christian Laval e Pierre Dardot, além do artigo “Desafios ativistas à democracia deliberativa”, desenvolvido por Iris Marlon Young Estes estudos constituem o núcleo de leituras e narrativas indispensáveis para a compreensão sobre o papel insurgente dos movimentos sociais como instrumentos de pressão na formulação de políticas oficiais de planejamento urbano, especialmente em conjunturas de crise institucional. Além da pertinente pesquisa bibliográfica, o exame de fontes documentais dispostas na legislação urbanística e no sistema de registro de dados do Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal são instrumentais para o presente trabalho. Através dessas fontes busca-se compatibilizar a reflexão sobre as especificidades do processo de regularização fundiária da Ocupação Manoel Congo - suas conquistas e impasses decorrentes da vinculação ao PMCMV- Entidades (Lei 11.977/09) em contraponto as graves implicações sociais e institucionais da Lei 13.465/17 (Medida Provisória 759/16) - e os limites do ativismo urbano de luta pelo direito à moradia na presente conjuntura de banalização de medidas de exceção, repressão e criminalização de movimentos sociais, vide o impacto da Lei Antiterrorismo (Lei 13.260/16) e o trâmite do PLS 272/16. As singularidades da Ocupação Manoel Congo induzem a uma concepção de planejamento urbano que tem por pressuposto a primazia dos movimentos populares na produção do espaço urbano e os princípios de autodeterminação e autogestão na produção de moradia. Em tempos sombrios de criminalização de movimentos sociais via Lei Antiterrorismo, da primazia do mercado sobre o Estado e do aprofundamento do Estado de Exceção Econômico é imperativo evocar o papel dos movimentos populares autônomos de luta por moradia e as estratégias de resistência adequadas a conjuntura de esvaziamento das políticas públicas habitacionais e de regularização fundiária.

A resiliência do MSTC e a Ocupação Nove de Julho

Marcele Piotto (1); Débora Sanches (2)

marcelepiotto0@gmail.com (1); deborasanches@uol.com.br (2)

MSTC (1); FAU Mackenzie/ Centro Universitário Belas Artes de São Paulo (2)

Palavras-chave: Ocupações; Resiliência; Direito à Cidade; Movimentos Sociais de Moradia

A falta de moradia digna para grande parcela da população brasileira está relacionada a renda baixa e a questão imobiliária das cidades, onde a concentração de terra estão nas mãos de poucos. Além do déficit habitacional (mais de 6 milhões de unidades), existe outra parcela que mora em condições com extrema precariedade urbana e habitacional com falta de infraestrutura, habitabilidade e salubridade. A maioria desta parcela da população não consegue acessar o mercado formal de moradia, tampouco, políticas públicas habitacionais e a alternativa é procurar abrigos em qualquer lugar, neste sentido, as opções são as ocupações em favelas, em edifícios vazios, autoconstrução em loteamentos informações, muitas vezes em áreas de risco. São reflexos do tipo de modelo de desenvolvimento urbano. Em contrapartida, na cidade de São Paulo os movimentos sociais de moradia produzem no centro da cidade uma cartografia insurgente, através da luta e da resiliência, ocupando prédios vazios que não cumprem a função social da cidade para protestar por programas habitacionais. Desta forma, o artigo busca despertar o papel e as ações dos movimentos sociais de moradia como agentes urbanos e sociais, também, apresentar a transformação no cenário urbano da área central, as dinâmicas internas das ocupações, e a rede colaborativa de diferentes agentes que participam do processo, a formação dos movimentos sociais de moradia e luta pela conquista do direito à cidade. A experiência vivenciada foi realizada no extenso trabalho de campo e estreita colaboração das autoras, nos últimos 5 anos, nas ocupações de edifícios vazios e acompanhamento às atividades do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), ONGs e coletivos culturais. O recorte do artigo é utilizado o exemplo da Ocupação 9 de julho (prédio do INSS) com as estratégias de luta e a contextualização histórica, tem o intuito de evidenciar os avanços dos movimentos sociais de moradia na conquista da moradia digna, que alcançam a participação pública nos principais conselhos da cidade e na formulação de programas habitacionais reafirmando a construção manual e gradual pelo direito à cidade e os direitos à moradia digna. Um exemplo de ação é o grupo técnico do MSTC, criado para acompanhar as ocupações para ajudar as famílias nas obras de melhorias de segurança contra incêndio, exigidas pela Prefeitura e Defesa Civil. A organização interna da ocupação 9 de julho apresenta os movimentos sociais de moradia como sujeitos coletivos de luta, a rede de colaboradores externos, também a construção de identidade e da representação social e política, estabelecendo a possibilidade de exercer outra forma de se relacionar com a cidade formal por melhores condições de vida.

Assessoria Técnica e Pública para Moradia Popular em Áreas Centrais

Marcello Gaiani Bragatto
marcello.g.bragatto@gmail.com
PPGAU – UFES

Palavras-chave: assessoria técnica; habitação popular; áreas centrais; função social da propriedade.

O mercado imobiliário voltado à produção habitacional, no Brasil, possui estreita relação com o público que possui capacidade de comprometimento da renda para aquisição de financiamento. À população de baixa renda resta a alternativa da autoconstrução, normalmente precária e, em muitas vezes, situadas em áreas inadequadas e afastadas dos serviços públicos em geral.

Na Constituição Federal são garantidos, entre outros, o direito à saúde, à educação e à moradia. O Brasil provê, nas três esferas públicas, serviços de saúde e educação, porém, não se verifica ações públicas concretas de assessoria técnica pública para a produção de moradia voltada à população de baixa renda. Este artigo pretende analisar alternativas para essa temática com foco nas áreas centrais da cidade de Vitória.

Com base na experiência de assessoria técnica do Projeto Terra da Prefeitura de Vitória, e apoiado no modelo colaborativo de construção habitacional através de cooperativas da FUCVAM – Uruguai, pretende-se enumerar as ações que obtiveram resultados significativos para a melhoria da qualidade de vida das famílias assistidas. Apresentar levantamento das ações do coletivo BR Cidades, especificamente do núcleo do Espírito Santo, que conta com ampla participação universitária, e mapear as ações voltadas para a permanência da população no Centro de Vitória.

A insegurança da posse da propriedade para a população de baixa renda obriga que as ocupações dependam de muita organização e apoio, muitas vezes filantrópico, para suas concretizações. Os movimentos de moradia popular têm apresentado ações de sucesso, apoiados por entidades privadas de assessoria técnica, destacando-se as intervenções em São Paulo e Porto Alegre. O cooperativismo, demonstra resultados positivos, com destaque para as práticas no Uruguai.

Recentemente, o coletivo BR Cidades, no núcleo Espírito Santo, elaborou ações de esclarecimento da população sobre o direito social da propriedade e de demarcação de imóveis subutilizados no Centro de Vitória, porém, a influência política do extrato rentista da sociedade ainda impõe dificuldades na aplicação das premissas estabelecidas pelo Estatuto da Cidade, já incorporadas pelo PDU Municipal.

A Norma Brasileira de Avaliação de Bens imóveis possui métodos estatísticos onde o valor da terra pode ser determinado pelo resultado do valor de mercado da habitação subtraídos todos os investimentos necessários, o que poderia acelerar os processos de desapropriação compulsória.

Leis, boas práticas e normas existem aguardando a concatenação necessária para um Programa viável e democrático.

Por meio das leis e instrumentos já disponíveis para a garantia do direito social à propriedade, aliado às ações coletivas da sociedade civil, tais como as iniciativas do coletivo BR Cidades, somados às metodologias de avaliação imobiliária normatizadas e a extensa demanda habitacional da cidade de Vitória, é possível mobilizar o Poder Público na construção, em conjunto com a sociedade em geral, de uma alternativa mais célere e com maior efetividade para a ocupação, com habitação, por diversos extratos sociais, dos imóveis abandonados e subutilizados na região central de Vitória, na busca pelo direito à cidade plural e justa.

Intervenções urbanas: limites do (i) legal no espaço público.

Gabriel de Jesus Zuchi (1); Cristienne Magalhães Pereira Pavez (2)

gabrielzuuchi@gmail.com (1); cristiennep@gmail.com (2)

Unisociesc (1 e 2)

Palavras-chave: Intervenções urbanas; Direito à cidade; Arte urbana; Espaço público.

As cidades contemporâneas são impulsionadas pela participação da sociedade para o desenvolvimento de um espaço urbano democrático. As intervenções estão presentes neste processo que busca modificar o espaço urbano, tendo como agentes de destaque o poder público (plano diretor participativo), iniciativas privadas ou manifestações populares, principalmente por meio da arte urbana. Neste contexto, busca-se através desta pesquisa, definir e discutir as diversas formas de intervir no espaço urbano, identificando de que modo estas contribuem para o desenvolvimento urbanístico e social. Afinal, o que são intervenções urbanas? Quais os tipos de intervenções? Quais os limites (i) legais de intervir no espaço público? Diante destes questionamentos, o desenvolvimento desta pesquisa tem o propósito de compreender a função das intervenções nas cidades, em específico, no espaço público. Os objetivos específicos, buscam uma definição/caracterização para as formas de intervir nos espaços e os limites da legalidade ao intervir no meio urbano, tendo como estudo de caso o centro da cidade de Joinville/SC. O método adotado foi o estudo de caso de abordagem qualitativa, estruturada em uma análise exploratória que consiste na definição teórica dos seguintes tópicos: Diferentes formas de intervir no espaço urbano; Intervenções Urbanas e sua(s) função(ões) sociais e; Os agentes interventores do espaço público. Abordagem explicativa, através da identificação das intervenções em campo, com registros fotográficos e observação direta. E por fim uma análise descritiva, apontando a relação das diversas formas de intervir ao estudo de caso no centro da cidade de Joinville/SC. Através da análise desta pesquisa foi possível mapear e identificar as intervenções da área central de Joinville/SC, que evidenciaram o debate recorrente para questões sociais, econômicas, políticas e culturais da cidade. Foi possível identificar na área de estudo, intervenções de infraestrutura, intervenções arquitetônicas, instalações artísticas, comemorativas e a predominância de intervenções gráficas (de finalidade artística e publicitária). Estas através de pichação, graffiti e cartazes, ilustram a cidade com o objetivo - exceto as de cunho publicitário - de fomentar debates no cotidiano joinvilense, promovendo assuntos como: política, religião, discriminação social, questões raciais e de ideologia de gênero. Transformando assim, o espaço público em um ambiente democrático, contribuindo para o desenvolvimento político-social. As intervenções que ocorrem no espaço público atuam tanto de forma legalizada, ou seja, com a autorização do Estado, como obras de infraestrutura ou até mesmo por meio da arte urbana institucionalizada. Mas principalmente de modo ilegal, contrapondo-se às leis, em busca de visibilidade para determinado assunto, ou até mesmo como um meio de comunicação tribal entre grupos da região. A forma ilegal de intervir no espaço público aponta principalmente para a luta das minorias em busca de seu direito à cidade, através de expressividade socioespacial. Esta pesquisa evidenciou a atuação das intervenções no meio urbano como objeto de manifesto e transformação, apontando de que maneira a cidade debate suas fragilidades e busca desenvolvimento urbanístico e social. O estudo de caso evidenciou uma preocupação da cidade de Joinville/ SC com as intervenções de infraestrutura, com intuito de garantir o funcionamento e a vitalidade do centro. As intervenções visuais apontam um florescer artístico na cidade, através de grafismos e instalações artísticas, além do envolvimento em datas/eventos comemorativos, o que garante um visual urbano em constante transformação. Ademais, observar-se a localização estratégica em que as intervenções publicitárias estão localizadas. Identifica-se também, a ausência de intervenções ilegais em ruas de uso residencial, apontando a possível intimidação de interventores quando se tem "olhos para ruas". Este estudo é ainda limitado e deixa lacunas para novas pesquisas neste campo, como as seguintes questões: Qual o limite do Estado como agente moderador da expressividade da população? Quais modalidades são consideradas arte para a população? Quais são consideradas vandalismo?

Propostas conjunturais para problemas estruturais: Pico Colectivo

Mariana Tealdi Sant'Anna (1); Vera Santana Luz (2)

Palavras-chave: Direito à cidade; Lugar; Projeto Participativo; América Latina; PICO Colectivo

Com o aumento crescente da população urbana e da desigualdade, a cidade agrava seus impasses como território de conflito e segregação. A população de baixa renda, não alcançando insumos para habitar zonas valorizadas pela especulação imobiliária, é levada a se fixar em regiões periféricas ou nas fendas da cidade legal, marcadas pela comum ausência do Estado em políticas públicas para provimento adequado de transportes, saneamento, saúde, educação, sem condições básicas de cidadania e dignidade.

Aposta-se na participação destes grupos sociais vulneráveis em projetos interdisciplinares que buscam criar novos laços entre a população e o território, na tentativa de por em prática teorias de Freire e Sousa Santos, tendo como estudo de caso o Pico Colectivo.

A metodologia pressupõe: o estudo sobre as condicionantes da estratificação urbana, tendo como foco a situação dos países semiperiféricos latinoamericanos, baseando-se em Davis, Kovarick, Maricato, Villaça e Rolnik; a revisão bibliográfica sobre direito à cidade e noção de pertencimento a partir de Sousa Santos, Lefebvre e Freire; a seleção e investigação sistematizada de projetos realizados pelo escritório estudado - PICO Colectivo -, em seus pressupostos, métodos e resultados bem como a análise da possibilidade de réplica metodológica em território brasileiro.

O PICO Colectivo atua mediante projetos participativos em locais caracterizados por fragilidade socioespacial, carência de infraestrutura urbana, equipamentos e espaços públicos de qualidade.

Elencamos, para exposição das premissas da Pesquisa em curso, a obra do Colectivo no Petare (Caracas, Venezuela), área considerada uma das mais perigosas da América Latina, na qual se recuperou uma moradia em estado precário, transformando-a em um espaço poliesportivo e cultural, hoje bastante concorrido pelos jovens do bairro, estimulando novos laços entre a população e o território, anteriormente marcado pelo medo.

Acredita-se, como Santos (2018), na necessidade de uma revolução epistemológica, onde os saberes venham “de baixo”, assim podendo trazer mudanças radicais na estrutura marcada pelo fascismo social tão presente na era contemporânea de globalização e neoliberalismo. Discute-se se esta revolução está presente na essência das obras do Colectivo, uma vez que a população é peça indissociável no processo projetual, no canteiro de obras e na apropriação dos espaços.

A hipótese de Pesquisa entende ações projetuais conjunturais - de pequeno ou médio porte -, com participação comunitária, como potencializadoras do território, capazes de apontar para transformações estruturais, em especial no contexto da América Latina, podendo constituir uma direção de resistência à hegemonia internacional do capital.

Como princípio para o estudo de caso, buscamos investigar pressupostos teóricos indivisíveis da práxis nos projetos analisados, em seus processos fomentadores de novos laços com o território e da população com ela mesma, em luta por sua identidade e direito, não somente de existência, mas de viver a cidade como agente social, de pertencimento e desfrute.

A ressignificação da Empena cega como elemento de transformação da paisagem urbana através da arte e inclusão social

Mariana Fernandes Mello Vieira (1); Laís de Andrade Costelha (2)

marianamello.arq@gmail.com (1); laiscostelha@poli.ufrj.br (2)
IPPUR/UFRJ(1);POLI/UFRJ (2)

Palavras-chave: Empena cega; paisagem; arte; grafite; inclusão social; produção da cidade.

As empenas cegas, faces externas dos edifícios sem abertura alguma, tornaram-se presentes nas cidades médias e grandes, em decorrência da legislação urbanística. Como efeito, a paisagem urbana ganhou superfícies inexpressivas que impactam negativamente na percepção do espaço. Neste sentido, o grafite, expressão artística historicamente de resistência de camadas sociais populares, surge como opção de ressignificação das empenas cegas a partir de um novo olhar sobre o ambiente urbano que, além de possibilitar que questões sociais e políticas sejam expostas, também transforma a paisagem e a experiência urbana.

Baseado no pressuposto da produção da cidade a partir da lógica de mercado, o planejamento urbano não se mantém numa posição de neutralidade quanto às demandas do sistema econômico vigente, pelo contrário, as políticas públicas são extremamente influenciadas pelos interesses privados (TOPALOV, 1988). Historicamente, o planejamento urbano surge com o objetivo de tratar das questões que a produção capitalista transfere às cidades, as políticas públicas são criadas no intuito de atenuar esses efeitos negativos provenientes da produção, e sua resolução é atribuída ao Estado (LOJKINE, 1981). Por conseguinte, a legislação urbanística se mostra condescendente com as pressões do mercado imobiliário ao definir parâmetros construtivos que visam o máximo aproveitamento das áreas disponíveis do terreno, podendo em muitos casos comprometer a qualidade da arquitetura e a relação edifício cidade. Diante disso, as empenas cegas surgem nas cidades, principalmente em suas regiões centrais, onde o valor da terra é mais elevado, repercutindo na percepção da paisagem e na experiência urbana.

Portanto, neste trabalho propõe-se inicialmente uma análise dos aspectos sociais e econômicos que delineiam a ocorrência das empenas cegas nas cidades a partir da permissividade da legislação urbanística. Em seguida, busca-se analisar o potencial paisagístico da empena cega na configuração da cidade, correlacionando à arte urbana e inclusão social através do uso do grafite. Para tanto, pretende-se melhor compreender o processo de formação das empenas cegas a partir do estudo de caso de Duque de Caxias, Baixada Fluminense. Para embasar a discussão sobre a produção da cidade e relação com planejamento urbano/ legislação urbanística, utilizou-se os seguintes autores: Lojkine (1981), Topalov (1988), Harvey (2005), Choay (1965) e Rolnik (1998). Já sobre a temática da percepção da paisagem e experiência urbana os autores citados foram Cullen (1983), Sussman & Ward (2017) e Tuan (1983). Além disso, foram analisados casos de diferentes cidades da América Latina, que utilizaram a arte urbana para ressignificar suas empenas cegas e, por fim foi realizada a pesquisa de campo com levantamento fotográfico e mapeamento das principais empenas cegas de edifícios no centro de Duque de Caxias.

Dessa forma, de acordo com os resultados encontrados e da experiência de outras cidades, este trabalho possibilitou o melhor entendimento de como a legislação urbanística atua na configuração final da cidade. Ademais, foi possível compreender que Duque de Caxias detém um cenário social e histórico propenso a ressignificação das empenas cegas através do grafite, considerado neste contexto como uma ferramenta de incentivo à experiência urbana, um convite à apropriação do espaço público e ao empoderamento social, ao invés de mais uma estratégia de marketing para o incentivo à competitividade interurbana.

Requalificação ambiental e social em Área de Preservação Permanente em estado de degradação.

Daniela Maroni(1); Caliane Christie Oliveira de Almeida (2)

danimaroni92@gmail.com (1); caliane.silva@imed.edu.br(2)
IMED (1 e 2)

Palavras-chave: Agenda 2030; Área de Preservação Permanente; Ocupações Irregulares; Requalificação; Resiliência; Sustentabilidade.

Em junho de 2019 a Organização das Nações Unidas (ONU) levou a público o novo relatório referente à perspectiva do crescimento populacional para os próximos trinta anos, projetando um aumento de 2 bilhões de pessoas atingindo uma população de quase 10 bilhões de habitantes. Estados membros da ONU, reuniram-se para discutir e projetar um plano de ações que objetivava colocar o mundo em um caminho de crescimento resiliente e sustentável até o ano 2030, a curto prazo, e até 2050 a longo prazo, por meio de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, descritos na Agenda 2030. É necessário analisar criticamente o atual cenário das cidades brasileiras, concebidas por um crescimento muitas vezes sem planejamento adequado, ocasionando problemas que impactam nos três pilares da sustentabilidade (econômico, social e ambiental), para propor ações mitigadoras, melhorias e/ou adequações, a fim de proporcionar ambientes mais adequados e resilientes. Nesse contexto, ter-se-ia como resultado, o aumento na qualidade de vida das pessoas que habitam as cidades, sobretudo em áreas de vulnerabilidades, na mitigação dos impactos ambientais e na redução das mudanças climáticas. Diante deste cenário, o presente artigo busca analisar os impactos ambientais e sociais da ocupação urbana, conhecida como beira rio, na cidade de Passo Fundo, situada ao norte do estado do Rio Grande do Sul/Brasil. Tal ocupação encontra-se em situação irregular, em faixa de Preservação Permanente às margens do rio Passo Fundo, com 4,8 mil quilômetros na região norte do estado. As ocupações estão locadas na faixa de Preservação Permanente, de acordo com a Lei Federal nº 12.651/2011, o que resulta no agravamento em problemas ambientais, tais como, o despejo de dejetos sólidos sem qualquer tratamento no supramencionado braço de água, ocasionando na degradação da gestão sustentável da água, no saneamento básico e na higiene. Para a implantação das residências, ocorreu a supressão da mata ciliar que realizava a proteção do rio, aumentando a vulnerabilidade ambiental, dispendo as residências a riscos, como inundações, deslizamentos e alagamentos em dias de grande índice pluvial. No local, a infraestrutura urbana é bastante precária, impactando em problemas sociais, sobretudo relacionados à saúde. Em se tratando dos procedimentos metodológicos, o artigo foi concebido por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e de campo, com visitas in loco, para coleta de informações relacionadas às características físicas e morfológicas da área delimitada, aplicação de questionários para os moradores a fim de compreender a realidade e a dinâmica social do local e as necessidades demandadas para melhoria das atuais condições. Na sequência foram concebidas propostas de requalificação, tanto no âmbito social quanto ambiental, a fim de atender os objetivos e metas propostas que foram definidas a partir do diagnóstico.

Sociedade e Cidade: Reflexões do Estúdio Urbanismo 4 – FAU MACKENZIE

Débora Sanches (1); Viviane Manzione Rubio (2); Volia Regina Kato (3); Ana Paula Calvo (4)
debora.sanches@mackenzie.br (1); viviane.rubio@mackenzie.br (2); voliaregina.kato@mackenzie.br (3); anapaula.calvo@mackenzie.br (4)

FAU Mackenzie e Belas Artes de São Paulo (1); FAU Mackenzie (2, 3 e 4)

Palavras-chave: Sociedade e Cidade; Precariedade urbana e habitacional; Vulnerabilidade Urbana; Intervenções Urbanas; Componente Curricular.

O artigo apresenta reflexões sobre conteúdos e práticas pedagógicas do Estúdio Urbanismo - Sociedade e Cidade, componente curricular da 4ª etapa do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, inserido na reforma do projeto pedagógico em 2017, com o propósito de articular duas áreas de conhecimento - ciências sociais e urbanismo, tendo como tema a precariedade urbana e habitacional, com ênfase na cidade de São Paulo. A componente é ministrada por um grupo de seis professores especialistas nas áreas de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, no campo dos Estudos Socioeconômicos e do Urbanismo, utilizando instrumentos metodológicos à luz de conceitos de Paulo Freire, e desenvolvida por meio de aulas expositivas, palestras, visitas a campo, dinâmicas e exercícios práticos em sala de aula realizados pelos estudantes reunidos em grupo com orientação dos professores, para fixação dos conteúdos ministrados. No primeiro módulo, a partir da aproximação no território objeto de estudo, da discussão em sala de aula e, de conteúdo teórico acerca dos conceitos relativos, os estudantes produzem uma análise subjetiva com a elaboração de um cartaz perceptivo. Na sequência, a partir do levantamento de dados em fontes primárias e secundárias, da observação de campo, do contato com os moradores, os estudantes apresentam o produto do segundo módulo, denominado leitura urbana fundamentado em uma análise crítica. O produto do terceiro módulo da componente consiste em uma proposta de intervenção urbanística no território a partir de metodologias construídas e escalas escolhidas pelos estudantes. Nesta componente se articulam elementos teóricos e empíricos voltados à compreensão das especificidades das áreas precárias à luz dos processos de transformação histórica e da forma urbana e das configurações atuais de segregação e desigualdade socioespacial da cidade. Nesta perspectiva, o conteúdo programático incorpora conceitos e discussões sobre a urbanização contemporânea e suas implicações socioeconômicas e espaciais, considerando as singularidades dos processos brasileiros e suas expressões concentradas de precariedade urbana e habitacional. Nesse processo o aluno obtém as ferramentas de identificação, compreensão e interpretação do processo de produção e leitura da cidade, do ponto de vista da precariedade urbana e habitacional, com sua inerente complexidade e diversidade. Os conceitos teóricos que fundamentam a percepção destas dinâmicas, incluídas as noções de precariedade e vulnerabilidade e tipologias das ocupações precárias, são cotejados desde o início com aproximações empíricas nas áreas objeto de estudo e em propostas de intervenção, destacando a dimensão cotidiana de vida e os sujeitos moradores das áreas. Busca-se, assim, promover a capacidade de compreensão, análise e sensibilização para os problemas urbanos e, para as dinâmicas cotidianas no contexto da realidade dos assentamentos precários na cidade contemporânea, pelos estudantes do curso.

Museus Sociais como Ferramentas de Luta por Moradia

Táisa de Oliveira Amendola Sanches

taisasanches@gmail.com

PUC-Rio

Palavras-chave: Museus sociais, luta por moradia, Rio de Janeiro, remoções.

Os movimentos sociais de luta por moradia no Brasil são tradicionalmente reconhecidos por suas ocupações a prédios abandonados e acampamentos em terrenos vazios localizados em grandes cidades. No Rio de Janeiro, no entanto, os museus sociais localizados nas favelas e comunidades com risco de remoção podem ser compreendidos como importantes repertórios de ação na luta por moradia.

A partir de pesquisa realizada em dois desses espaços – Museu das Remoções, na Vila Autódromo, e Museu do Horto, na Comunidade do Horto – este artigo explora como as categorias memória, pertencimento e história de vida são usadas como ferramentas de resistência e permanência das comunidades.

Este artigo apresenta os resultados de uma extensa pesquisa-ação realizada com estes dois Museus, buscando apresentá-los como repertórios de ação de enfrentamento adotados pelos movimentos sociais de moradia levados a cabo nos dois bairros.

O Museu das Remoções foi criado em meio às remoções realizadas durante a preparação da cidade para os Jogos Olímpicos de 2016 e está diretamente relacionado à luta pela permanência e contra as remoções. Os ativistas recorrem às ruínas deixadas no território e a fotografias e história oral para demonstrar sua história de vida no local.

O Museu do Horto nasce também da luta contra as remoções, às quais são ameaçados há mais de uma década. O museu, ademais, constitui uma importante ferramenta de conscientização dos próprios moradores da região, que passam a conhecer mais a história do bairro a partir das informações expostas pela iniciativa.

A análise apresentada neste artigo procura relacionar os enquadramentos analíticos de relacionados a movimentos sociais à teoria urbana. Desta forma, procura-se expor como a luta por direito à cidade pode ser compreendida a partir de distintos ângulos – de serviços e infraestrutura, à demanda por memória.

Os museus sociais da cidade do Rio de Janeiro constituem-se como interessantes focos de análise da luta por moradia. Ao institucionalizarem-se através de uma linguagem reconhecida por uma ampla camada da sociedade, através do apoio de universidades e pesquisadores, são capazes de tornar sua luta legível e agregar colaboradores que se unem à luta por uma “solidariedade de repertório”.

Ações transformadoras? Ocupações e despejos na Área Metropolitana de Lisboa

Saila-Maria Saaristo

saila.saaristo@helsinki.fi

Development Studies / Universidade de Helsinque;
Centro de Estudos Sociais / Universidade de Coimbra

Palavras-chave: Ocupações, Despejos, Movimentos sociais, Direito à Habitação, Portugal.

O presente artigo analisa as ocupações nos bairros sociais e a mobilização contra os despejos na Área Metropolitana de Lisboa, Portugal. O objetivo é identificar e analisar práticas da mobilização pelo direito à habitação, tendo como referências tanto as práticas dos moradores como as dos movimentos sociais que apoiam a sua causa. O contexto é o processo de conversão da cidade que assume novos significados e “novas centralidades” no marco da lógica neoliberal de gestão do território. As crises habitacionais em Lisboa podem ser agrupadas em “crises antigas”, englobando a desvantagem comparativa que os imigrantes provenientes das ex-colónias Portuguesas sofreram ao chegar a Lisboa, frente aos migrantes rurais Portugueses e aos “retornados”. Por outro lado, a “nova crise” habitacional envolve políticas de austeridade, especulação imobiliária e gentrificação transnacional e turística. Estas crises traduzem-se na falta de acesso à habitação, despejos e remoções em zonas centrais e comunidades marginais.

Este artigo baseia-se num projeto doutoral em curso. A pesquisa etnográfica e ativista (Hale 2006) foi realizada durante 1 ano e meio, junto à Associação Habita! que é um coletivo que luta pelo Direito à Habitação e pelo Direito à Cidade em Portugal desde 2014. Adicionalmente, foram realizadas entrevistas formais (25) e informais com famílias, com representantes das Câmaras Municipais de Lisboa e de Loures, e com ativistas de diversas associações.

O artigo foca-se na questão do enquadramento conceitual das ocupações. Nas análises académicas, existe muitas vezes uma distinção entre as ocupações “políticas”, por um lado, e as ocupações “baseadas nas necessidades”, por outro (Pruijt 2013). Porém, o fato de uma atividade estar baseada nas necessidades não a torna apolítica per se (Miraftab 2006). Por outro lado, a resistência contra os despejos é uma parte importante no fenómeno das ocupações, quando estas são feitas para afirmar a direito à habitação. No entanto, muitas famílias que ocupam, não se consideram “militantes”, mas antes, famílias sem alternativas habitacionais. Neste caso, as ocupações não se manifestam como um movimento, mas como uma prática através da qual a vida cotidiana é assegurada, contestada e reconstruída (McFarlane&Vasudevan 2013).

Argumento que na literatura académica é muitas vezes criada uma diferenciação artificial entre ocupações “políticas” e ocupações “baseadas na necessidade”. No entanto, estas duas categorias misturam-se frequentemente, apresentando facetas variadas, dependendo por exemplo, da estratégia adotada pelas famílias e do momento político. A reflexão sobre a literatura que analisa as práticas do dia-a-dia dos moradores de favelas (Miraftab 2009, Caldeira 2015, Bayat 2015) pode ajudar consideravelmente na análise sobre as ocupações nos bairros sociais. Deste modo, a análise sobre as formas pelas quais as ocupações se tornam gradualmente mais politizadas pode ser aprofundada.

Conflitos entre a realidade e as posturas camarárias urbanas, Caso do Bairro de Chamaculo (Moçambique)

Francisca Ludovina Salomão Langa (1) e Ana Wamir da Conceição (2)

francilanga@yahoo.com.br (1), 45awamir@gmail.com (2)

Universidade Pedagógica, Docente na Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente (1), Universidade Pedagógica, docente na Faculdade de Ciências Naturais e Matemática (2)

Palavras-chave: Bairro de Chamaculo, vulnerabilidade, saneamento do meio, resiliência.

O Bairro Chamanculo surgiu em 1919, nos arredores da Cidade de Maputo. Trata-se de um bairro suburbano, não ordenado, localizado numa área inundável, e que constitui espaço para albergar social e urbanisticamente os trabalhadores de baixa renda, os nativos e os provenientes das zonas ruais de outras províncias de Moçambique. O surgimento de Chamanculo e de outros bairros da época, na Cidade de Maputo, deve ser visto num contexto funcional e cultural africano, subsidiado por um desenho remanescente do ordenamento colonial, de matriz anglo-saxónica e portuguesa, que continuou até ao término do conflito armado em 1992.

Porém, nas transformações que ocorrem no espaço urbano, particularmente no centro urbano de Maputo, assiste-se a uma progressiva e ténue reabilitação e (re) funcionalização das áreas urbanas, tradicionalmente formadas. O estudo visa analisar o conflito entre as posturas camarárias e a realidade vivida no Bairro de Chamanculo, alicerçada pela ausência de planeamento territorial e gestão ambiental, o que culmina com graves problemas de saneamento do meio.

A questão que se levanta é que a precaridade das condições de vida dos residentes do Bairro de Chamanculo, afecta a dos moradores de outros bairros circunvizinhos, embora considerados melhor urbanizados. A metodologia usada baseou-se em fontes secundárias censitárias e fontes primárias, com recurso a entrevistas e observação não participante, durante períodos diferentes (período chuvoso nos meses de janeiro-fevereiro e períodos seco de junho-julho de 2018). As entrevistas semiestruturadas foram feitas a 25 membros de agregados familiares, residentes no bairro há mais de 30 anos.

Os resultados revelam que o modelo de crescimento urbano horizontal é inadequado para o bairro de Chamanculo, pois este tem elevada procura de habitação. O estudo constatou ainda que existe necessidade de requalificação do Bairro de Chamanculo para diminuir a vulnerabilidade estrutural, aumentar a resiliência e garantir um saneamento do meio que contribua para um ambiente humano saudável, evitando riscos de doenças infecciosas e parasitoses.



EIXO 4

Arquitetura de favela e suas dimensões

Habitação de interesse social em container: uma alternativa para a construção no Sol Nascente – DF

Sarah Alves de Souza (1); Nathália Louise Macêdo Leal (2); João Renato Carneiro de Aguiar (3)
sarahalvess.1602@gmail.com (1); arq.nathalya.leal@gmail.com (2); joao.re@hotmail.com (3)

Uniplan

Palavras-chave: déficit habitacional, construção alternativa, metodologia projetual, dimensões morfológicas, diretrizes projetuais.

Este artigo é fruto da monografia do curso de Arquitetura e Urbanismo no âmbito do Centro Universitário Planalto do Distrito Federal - Uniplan. Trata da aplicação da análise das dimensões morfológicas para a geração de diretrizes para a Habitação de interesse social, situada no Sol Nascente. A problemática gira em torno da seguinte pergunta: como o container pode ser utilizado na habitação social de forma a minimizar o déficit habitacional e assegurar a qualidade arquitetônica e espacial? Dessa forma o recorte territorial de estudo é o bairro Sol Nascente na Região administrativa da Ceilândia do Distrito Federal. A proposta é discutir a metodologia de projeto e as diretrizes projetuais adequadas para atender as quadras 700 do Sol Nascente e levar à população moradia digna, habitações acessíveis e de baixo custo. O objetivo é testar conceitualmente uma solução projetual e compreender de que forma a habitação social em container pode incorporar dimensões de análise urbana (funcional, bioclimática, simbólica, topoceptiva e econômica) para melhorar a oferta de moradia adequada, aliando-se à sustentabilidade na construção e à redução dos impactos ambientais. O trabalho está dividido em três seções principais. Será tratado inicialmente o déficit habitacional e suas diferentes modalidades e os programas de Política habitacional geridos pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEGETH, que visam solucionar problemas de carência habitacional da população de baixa renda. Ainda no âmbito da contextualização teórica, será abordado o problema da grande quantidade de resíduos gerados na construção civil. O trabalho irá se aprofundar na utilização de containers na construção da habitação social, analisando as vantagens e desvantagens da sua utilização, e tratando das possíveis soluções de moradia social para a cidade do Sol Nascente. Posteriormente, serão tratados os casos de construções em container na forma de estudos de casos. Serão analisados o “Sheltainer”, projeto de habitação social localizada no Egito e a Cidade Container, localizada no México. Na terceira seção serão levantados os estudos urbanos relativos às quadras 700 do Sol Nascente. A análise territorial somada à análise das dimensões morfológicas urbanas geram diretrizes para o projeto de arquitetura e urbanismo apresentado no Trabalho de Conclusão de Curso.

Recuperação urbana e ambiental após remoções forçadas: desafio para desenho e gestão.

Helena Bonfante Dal Bianco (1); Laura Machado de Mello Bueno (2)
helena_bonf@hotmail.com (1); laurab@puc-campinas.edu.br (2)
PUC – Campinas

Palavras-chave: Assentamentos precários; águas urbanas; remoções forçadas; urbanismo ecológico.

Com um panorama historicamente desigual e o alto valor das terras nos grandes centros, famílias de menor poder aquisitivo se deslocaram para as periferias e áreas subutilizadas, como é o caso de muitas APPs em Campinas – SP, dentre elas, as margens do Córrego do Laranja e do Ribeirão Piçarrão. Classificados esses locais como área de risco, em 2013, as famílias, de renda inferior a 3 salários mínimos, foram realocadas para conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida, distantes dos locais de origem. As antigas habitações foram demolidas e o entulho foi deixado nas margens de ambos os córregos na intenção de se impedir novas ocupações. A metodologia se deu através da revisão bibliográfica, compreendendo o processo de gentrificação das cidades, o déficit habitacional, o surgimento das favelas, o processo de remoção em áreas de risco, os locais de origem das famílias e os conjuntos habitacionais para onde foram realocadas. Para entender a atual situação desses espaços foram realizadas visitas a campo, e, posteriormente, coleta de depoimentos de profissionais da Prefeitura de Campinas que poderiam ter conhecimento sobre o processo em questão. Por fim, foi feita a análise dos resultados obtidos, além de reuniões periódicas com o grupo de pesquisa e mestrandos e doutorandos sob mesma orientação.

Os depoimentos de funcionários da Prefeitura mostraram a complexidade de se aplicar projetos de revitalização de maneira integrada, após as remoções. A falta de planejamento continuado, de investimentos e iniciativas torna tais áreas ainda mais inóspitas, propiciando a proliferação de vetores de doenças e impedindo novos usos e possibilidades. Em ambas áreas de estudo é notória a presença de entulho das demolições nas margens, além de algumas construções que ali permaneceram. Na APP do Córrego do Laranja, parte dos bairros Jardim Anchieta e Jardim Pauliceia, foi construída uma via e, por isso, sua mata ciliar se encontra escassa. Identificou-se, também, o despejo de esgoto do bairro no córrego, próximo ao desague no Ribeirão Piçarrão. Já nas proximidades dos bairros Jardim Florence e o Jardim Três Estrelas, observa-se a presença de vazios urbanos e de grandes espaços arborizados próximos ao Ribeirão Piçarrão, além da segregação da área a partir da antiga linha férrea, da Avenida John Boyd Dunlop e do próprio curso d'água. A falta de planejamento habitacional para obras públicas induz novas situações de risco e urbanização precária. Assim, ao analisar as margens dos cursos d'água, não se verificam ações de recuperação. Mas as áreas apresentam potencialidades, como criar um cinturão verde que auxilie na drenagem e na proteção das encostas do Córrego do Laranja, e desenvolver um parque municipal, próximo às Estações do BRT, que permita contato com a água e qualidade de vida aos moradores da região.

Qualidade de vida dos moradores de Rio das Pedras, uma análise acerca dos aspectos físicos e sociais da favela.

José Roberto Oliveira (1); Ana Beatriz Jardim Alves (2); Lilian Silva Costa (3); Thayná Jerônimo de Araújo (4); Vanessa Carla Sayão Cortez (5);

prof.jose.roberto@soulasalle.com.br (1); biajardim.arq@gmail.com (2); lilianscosta.arq@gmail.com (3); thayna.jeronimo.araujo@gmail.com (4); vanessacortez178@gmail.com (5);

Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro (1) e Universidade Estácio de Sá (2 a 5)

Palavras-chave: Favela, Formalidade, Informalidade, Rio das Pedras, Rio de Janeiro.

Este trabalho apresenta uma reflexão acerca da qualidade de vida dos moradores da favela de Rio das Pedras, no Rio de Janeiro. Almeja-se observar questões pertinentes às dimensões socioeconômicas, a partir da ótica das tipologias habitacionais encontradas na favela, dos aspectos construtivos e através de entrevistas. Entende-se a relevância deste estudo em função desta ser a segunda maior da cidade e pela consolidação de um polo de comércios e serviços especializados.

A partir de tais particularidades visualiza-se uma certa formalidade na favela, tanto proporcionada através de comércios formais de empresas, como pelo bom acabamento de certas construções, e por último pelo pagamento formal das contas de luz em toda comunidade, ocasionando um dualismo presente em toda comunidade: o formal versus, o informal.

A partir de visitas à campo, caracterizou-se a área, através de mapas de uso do solo, ocupações e gabaritos, com o intuito de entender a formação atual da comunidade. Contando com levantamento iconográfico identificando as diversas tipologias existentes foram e ainda estão sendo realizadas entrevistas com moradores de forma a conhecer o perfil socioeconômico da favela, bem como buscar compreender a singular dinâmica de consolidação e expansão da comunidade. A pesquisa busca entender como a renda familiar, quando há acréscimo, influência na melhora na qualidade de vida do morador da favela.

Verificou-se em entrevistas com moradores informações referentes a seus hábitos alimentares, bens de consumo, lazer, formação educacional e por fim características da habitação desses moradores, a fim de visualizar se existe uma relação entre este e sua casa, seus hábitos alimentares [o que alguns estudos citam como a “Nova Classe média”] e a renda. Ou seja, o morador que possui bens de consumo e adquire produtos normalmente utilizados por classes mais altas e ainda possuem uma moradia com bons acabamentos possui uma boa qualidade habitacional? Os resultados parciais indicam que não necessariamente existe esta correlação.

Desta forma, os resultados preliminares da pesquisa aponta para sentidos de qualidade habitacional que podem estar passando despercebidos por técnicos e pesquisadores. A qualidade habitacional que é percebida e desejada pelo morador, não passa necessariamente pela renda, nem tampouco pela existência de bens de consumo e de novos hábitos alimentares, como propagada recentemente. A “nova favela” está inserida na “nova Classe média”. Contudo ela deseja mais do que o saneamento básico, a infraestrutura e a rua asfaltada. Almeja-se trocar o revestimento de sua casa, quer um quintal ou um terreno em que possa se sentir à vontade [nas palavras dos moradores]. Soma-se a isto a falta de políticas públicas voltadas para os assentamentos precários existentes ao longo do país. E Rio das Pedras, como tantas outras favelas mereceria um Plano Diretor que a norteasse, orientasse, fiscalizasse e solucionasse os diversos problemas urbanos e arquitetônicos encontrados na comunidade. As políticas públicas em habitação de interesse social devem ser abrangentes para atender às casas através de assistência técnica, mas sobretudo que possa atender as demandas da cidade.

Vulnerabilidades Urbanas: Diretrizes para urbanização de um trecho da Favela Sururu de Capote, Maceió – AL

Luanne de Andrade Brandão (1); Débora de Barros Cavalcanti Fonseca (2)

brandaoluanne@gmail.com (1); debora_cavalcanti@hotmail.com (2)

Universidade Federal de Alagoas

Palavras-chave: Vulnerabilidade; Moradia; Cidade; Favela Sururu de Capote; Mariscagem; Zona Especial de Interesse Social.

A vulnerabilidade social em áreas urbanas com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) está atrelada a aspectos socioeconômicos, ambientais, deficiência de moradia, ausência de infraestrutura urbana, violência, entre outros fatores que afetam um determinado grupo ou indivíduo. Dentre estes fatores, a moradia se constitui como um direito humano universal básico. Para que a moradia seja considerada adequada é necessário que se garantam aspectos como: regularização fundiária e urbanística, acesso a serviços básicos, infraestrutura urbana, habitabilidade e boa localização, entre outras condicionantes que corroboram para inserção dessa população na cidade. O presente trabalho visa levantar questões acerca do modo de vida dos moradores de um trecho da Favela Sururu de Capote, situada na orla lagunar (às margens da Lagoa Mundaú) de Maceió, Alagoas, no bairro Ponta Grossa, – que desde o início de sua povoação consolidou-se como área de habitação popular e formação de favelas –, e assim propor soluções que resultem em um espaço adequado para a moradia, o lazer e a realização do trabalho da população, a pesca artesanal/mariscagem do sururu. Para atingir o objetivo proposto, a metodologia foi realizada em três etapas: revisão bibliográfica, onde analisou-se o tema da vulnerabilidade urbana, do direito à moradia e à cidade, das políticas públicas habitacionais e de urbanização e da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) como instrumento urbanístico aplicável à área de intervenção, além de reconhecer, demarcar e caracterizar a área de intervenção, do ponto vista histórico, físico-ambiental, da legislação urbanística, do uso e ocupação do solo e dos aspectos socioeconômicos e culturais; reconhecimento da área de intervenção por meio do trabalho de campo – através de visitas, conversas e entrevistas com a população, levantamentos fotográfico e de dados, aplicação de dinâmica colaborativa – por fim, culminando com a proposição de diretrizes urbanísticas ilustradas, como parte de um Plano de Urbanização, visando a implementação de uma ZEIS, por meio de um projeto de lei, fomentando a regularização fundiária. Ao analisar o processo de formação espacial da orla lagunar – palco de diversas intervenções urbanas, principalmente da década de 1970 até o início dos anos 2000 –, foi observado como essas intervenções governamentais insuficientes, por meio de projetos inacabados, não considerando o contexto histórico, econômico, social e ambiental da região, contribuíram para a construção de um espaço subutilizado e ocioso, dando margem para o surgimento dos assentamentos precários, acelerando o estado de degradação e abandono da região e da população. Durante a aplicação da metodologia, foi fundamental o reconhecimento do público alvo, do local e de seu entorno imediato, observando suas potencialidades, problemas e tendências futuras, de maneira que fossem adotadas metodologias participativas de concepção e implementação de propostas, se adequando às características locais e culturais da população, de modo a produzir um lugar digno para as pessoas.

Ativismo Urbano e Resistências coletivas em grandes conjuntos de favelas no Rio de Janeiro, 2011-2015

Carlos Henrique Magalhães de Lima (1); Laila Beatriz da Rocha Loddi (2)
carloshenrique@unb.br (1); lailaloddi@gmail.com (2)

Universidade de Brasília, UnB (1); Universidade Estadual de Goiás, UEG (2)

Palavras-chave: *ativismo urbano, resistências urbanas, práticas urbanísticas, favelas, Rio de Janeiro*

Novas formas de ativismos adquiriram relevância nos estudos sobre cidade e urbanismo em décadas recentes. Tratamos de ações críticas elaboradas por coletividades diante de situações com as quais não podem estar conformes. Nas cidades, diversas mobilizações de caráter emancipatório e prospectivo passaram a dividir espaço com lutas de longo prazo de movimentos sociais. Em metrópoles mundo afora, formou-se um ativismo heterogêneo e complexo acentuadamente crítico a um conjunto expressivo de projetos urbanos conduzidos por governos e instituições, algo que repercute nas práticas do urbanismo e em suas orientações teóricas, metodológicas e de projeto. Especulamos neste trabalho sobre o ciclo recente de manifestações em áreas de favelas na região metropolitana do Rio de Janeiro. São ações conduzidas por coletivos formados majoritariamente por jovens com o propósito de questionar contradições apresentadas nas políticas urbanas em todos os níveis de governo. O trabalho está organizado em torno de análise de casos e confrontação de referenciais metodológicos. Empiricamente, o argumento foi construído a partir de: a) análise de características e aspectos das práticas urbanísticas em grandes conjuntos de favelas no Rio de Janeiro, entre 2011 e 2015; b) mapeamento de formas coletivas organizadas com o propósito de confrontar um conjunto de práticas urbanísticas. Do ponto de vista teórico, recorremos às noções elaboradas por diversos autores a respeito de: a) o que dispara a mobilização e organiza as demandas; b) as maneiras pelas quais os ativistas se expressam. Até 2011, muito dos grandes complexos de favelas no Rio de Janeiro não haviam recebido qualquer projeto urbano de maior envergadura. Com o PAC Comunidades, áreas como Rocinha e Complexo do Alemão receberam infraestrutura urbana, equipamentos coletivos e novas habitações. Porém, o que se identifica nas manifestações de ativistas é que estes projetos urbanos foram conduzidos de forma parcial e mercantilizada, muitas vezes seguidos por práticas coercitivas de controle. No Complexo do Alemão, tipos particulares de agregação solidária surgiram: coletivos com baixo número de participantes, formados por sujeitos com trajetória social relativamente diversa e que expressam ambições muito diversificadas no curso contencioso. Acreditamos que este ativismo é elemento potencialmente capaz de deslocar as apreensões e sentidos que se têm a respeito da cidade. Consideramos a necessidade premente de se levar a sério as expressões e experiências de atores coletivos como forma de aprofundar o debate sobre práticas urbanísticas recentes no país. Sem desconsiderar que a ações destes coletivos está entranhada numa configuração geral de lutas urbanas, entendemos que, ao se remeterem às condições locais, estes ativistas misturam resistência política e expressões culturais, envolvendo trocas de experiências e conhecimentos voltadas sobretudo para a inclusão social e a participação cidadã.

Resistência no espaço urbano e saúde mental: o caso da comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, Salvador – Bahia

Adriana Teixeira Bahia (1); Luiz Augusto Maia Costa (2)

abahia.arquitetura@gmail.com (1); luiz.augusto@puc-campinas.edu.br (2)

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Palavras-chave: Favela; Salvador; Resistência; Saúde Mental.

Esse trabalho busca estabelecer relações entre saúde mental e o espaço urbano. Visa compreender de que modo às condições sócio espaciais podem interferir na saúde mental dos indivíduos. Basear-nos-emos em Milton Santos (2000) que aborda as dinâmicas do espaço local de modo que este afete o comportamento humano, ponto de partida para perceber elos entre cidade e saúde mental.

O estudo se dará na comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, em Salvador, Bahia, onde 41 famílias que habitam o local há 15 anos enfrentam um processo de reintegração de posse movido pela Prefeitura de Salvador, colocando os habitantes em uma situação, entendida por Zygmunt Bauman (1997), como característica da contemporaneidade, a insegurança; nesse caso a insegurança de posse.

O suporte teórico será interdisciplinar com autores como: Milton Santos, Zygmunt Bauman, Paula Santana e Trudy Harpham. Paralelamente dar-se-á a pesquisa de campo, quando aplicação do SRQ-20 da OMS - questionário que rastreia possíveis transtornos mentais. Este fundamentará as análises empíricas cotejando-o com a compreensão do espaço urbano, fruto das pesquisas in loco. Inter-relacionando a análise do espaço urbano, os resultados dos questionários e os relatos dos moradores e apoiado pela teoria, se estabelecerá relações entre cidade e saúde mental.

Dado o contexto urbano no Brasil e, conseqüentemente, em Salvador, inúmeras limitações – déficit habitacional, omissão do Estado, os embates com o mercado imobiliário e a questão fundiária – são impostas às populações de baixa renda para conseguir habitar na cidade. Como não possuem recurso para adquirir moradia via mercado formal, lhes resta, resistir no espaço urbano, através da produção informal. É dessa forma, resistindo, que se dá a história da comunidade em estudo, assim como de inúmeras outras no Brasil. A primeira resistência é a ocupação. Enfrentando a falta de onde morar, um grupo faz valer o seu direito a terra e a moradia, ocupando um espaço e lhe atribuindo uma função social. O segundo enfrentamento é a autoconstrução e o terceiro, e atual, a manutenção das conquistas, frente a processos de reintegração de posse. Entende-se que o processo vivido agrava a sensação de insegurança da comunidade e seu bem-estar diário, afetando sua saúde mental.

Entendendo a busca e a manutenção da saúde mental como características da contemporaneidade, conclui-se pontuando a importância de discutir o tema sob diversas óticas: da produção social do espaço construído, da sociologia, da psicologia e da geografia da saúde.

Sabido as relações entre a pobreza e a precariedade como agravantes para o desenvolvimento de distúrbios mentais. Posto isto, aponta-se como algumas parcelas da sociedade, devido às resistências que precisam exercer para existir no espaço urbano, têm um peso a mais atribuído ao seu estado mental.

Experiências de cocriação em espaços públicos precários

Maria Luiza Dia Viana

mluizaviana@gmail.com

FAU/USP – Universidade de São Paulo

Palavras-chave: Favela; cocriação; urbanidade; participação; potência; cultura popular.

O conteúdo deste artigo integra parte da pesquisa de doutorado que venho desenvolvendo na FAUUSP. Apresenta reflexões a partir da articulação de conceitos da arquitetura, do design, das ciências sociais e da antropologia, com uma experiência que há muitos anos ocorre no Morro do Papagaio, favela localizada em Belo Horizonte. Trata-se do estudo acerca das ações de intervenção urbana do projeto Favela Bela, coletivo de caráter artístico que organiza junto aos moradores, artistas e parceiros a resignificação de espaços públicos locais, por meio de pinturas e jardinagem. Sem recursos financeiros, a iniciativa conta somente com a doação de materiais por comerciantes e parceiros e organiza-se em torno de pinturas de lugares do Morro, como escadarias, fachadas, muros, becos e vilas, escolhidos a partir de demandas e referências de localização, de uso, da circulação, da memória e da identidade local.

O foco é refletir acerca da potência desse projeto, no contexto deste território, no que tange a sua capacidade de incorporar pessoas, demandas e interesses coletivos para a transformação dos espaços locais e levantar questões acerca do envolvimento desta população nestas atividades.

O texto fundamenta-se em entrevistas feitas com moradores (as), no período de junho a setembro de 2019 e nos registros etnográficos da autora que revelam a sua imersão nas atividades deste projeto e o envolvimento com os agentes locais. Para isso, tem-se como referência fundamentos da observação participativa, a partir de autores como William Foote Whyte e Carlos Rodrigues Brandão.

A participação popular, aspecto inerente à história e à cultura desta comunidade, será discutida, no que tange ao contexto global e local em que se inserem as experiências de afirmação de direitos sociais e a participação na vida política dos cidadãos, a partir de aspectos apontados por Boaventura Souza Santos. Perpassa também o texto, a perspectiva dialógica de autonomia emancipatória de Paulo Freire e de Arturo Escobar e a compreensão das falas dos agentes envolvidos em torno das suas práticas populares, à luz de Victor Vincent Valla. Outro recorte teórico, é a noção de “comunidades criativas” do designer Ézio Manzini. Para este autor, as “comunidades criativas”, são constituídas por grupos de indivíduos que colaboram entre si na cocriação de valores comumente reconhecidos e compartilhados, onde os valores produzidos emergem das qualidades relacionais que possuem.

Ressalta-se a importância de voltarmos nossa atenção para essas práticas coletivas que ocorrem nestes contextos sociais complexos e com infraestrutura urbana precária e entendê-las como um modo potente de articular sujeitos, linguagens, sentidos, lugares e sociabilidades. Essas experiências de cocriação, ocorrem numa escala arquitetônica micro da cidade, no entanto, podem revelar perspectivas para os estudos urbanos e para o campo do design, no que tange a participação, a cidadania e a transformação de espaços públicos.

Cartografias para uma outra Curitiba: o papel da Universidade para forjar novos mecanismos de representação e reconhecimento da produção social do espaço urbano.

Maria Carolina Maziviero (1); Marcelo Caetano Andreoli (2)
mcarolmazi@hotmail.com (1); marcelocandreoli@gmail.com (2)

DAU UFPR - Universidade Federal do Paraná

Palavras-chave: Práticas Insurgentes; Espaço Vivido; Lutas Urbanas; Estratégias Pedagógicas; Papel Político da Universidade

O artigo apresenta e discute uma metodologia docente fruto do encontro entre questionamentos teóricos e práticas de ensino. A disciplina “Cartografias para uma outra Curitiba”, realizada no primeiro semestre de 2019, teve como objetivo introduzir um amplo debate sobre a cidade de Curitiba, através de uma dimensão prático-sensível, aliando saberes, fazeres e lutas em curso à aproximações teórico conceituais. Esta dinâmica permitiu uma dupla abordagem sobre os temas, pois ampliou as possibilidades de entendimento do fenômeno urbano para além das métricas técnicas observadas dentro da academia, destacando os movimentos da vida como fundamentações centrais do pensamento urbanístico. Assim, as reflexões sobre as forças de dominação sobre os corpos tornavam-se evidentes, posicionando as práticas insurgentes como ação vinculada ao conceito profundo do direito à cidade.

A disciplina está apoiada na tríade dialética de Henry Lefebvre ao refletir acerca da produção social do espaço: espaço percebido – espaço concebido - espaço vivido, cuja interação conduz à produção de uma totalidade (o espaço urbano) em permanente transformação. As aulas foram divididas em etapas cumulativas: i) apresentação dos mapeamentos relacionados a cada uma das temáticas; ii) aproximações do paradigma teórico a partir de textos indicados pelos professores; iii) palestras com convidado externo, atuante nas lutas; iv) debate com apontamentos das ações atuais na cidade.

A disciplina elaborou um mapeamento de iniciativas de cidadania ativa, orientadas pelo esforço de ampliação do Direito à Cidade em Curitiba. O reconhecimento das práticas insurgentes e a aproximação com sujeitos atuante nas lutas, que expunham suas percepções sobre as práticas em curso na cidade, fez parte do entendimento amplo e complexo do espaço urbano que o curso procurou construir. Foi fundamental a percepção da materialização das práticas políticas que confrontam a imagem da cidade de Curitiba como “cidade modelo”, fruto de discurso unilateral. Diante disso, mapear e cartografar é método de visibilização das vozes ocultas que corporificam o espaço urbano. Nossa apropriação desse mecanismo se deu não só como método de reconhecimento das práticas insurgentes, explicitando tensões e conflitos sobretudo quanto à distribuição dos recursos públicos, mas também nos valendo de sua potência para afirmação identitária e territorial dos alunos/sujeitos cartografantes com relação aos aspectos ocultos da sua própria experiência histórica, que o discurso oficial insiste em invisibilizar.

A disciplina com caráter de extensão foi necessária para absorver diferentes campos do conhecimento e construir dinâmicas complexas de múltiplos entendimentos da relação com o espaço vivido e habitado. Fenômenos como as práticas urbanas insurgentes são casos interessantes do ponto de vista da experimentação comunitária e estético-política, pois sua presença e permanência em áreas onde há forte controle do planejamento institucional já consiste numa transgressão, uma vez que propõem uma utilização anômala ao processo em curso. A experiência do curso forjou novos mecanismos de representação e reconhecimento da produção social do espaço urbano, compondo estratégias que se mostram aptas a fortalecer reivindicações locais e ampliar os debates sobre a questão urbana contemporânea.

Implantação de rotas acessíveis e políticas urbanas: estudo a partir de Medellín (Colômbia) e Campinas (Brasil)

Beatriz Helena Bueno Brandão (1); Laura Machado de Mello Bueno (2)

biabrandao@unintaflorida.com (1); laurab@puc-campinas.edu.br (2)

Centro Universitário INTA (1); POSURB PUC-Campinas (2)

Palavras-chave: Microacessibilidade. Equipamentos públicos. Rotas acessíveis. Cidades latino americanas. Pessoas com deficiência.

Este artigo objetiva apresentar criticamente a avaliação da microacessibilidade de equipamentos públicos recentes, e indicar as possibilidades de intervenção visando alcançar a universalização do acesso. Debruça-se sobre a existência, qualidade e viabilidade de rotas acessíveis externas em locais selecionados de duas cidades latino americanas: Medellín (Colômbia) e Campinas (Brasil). O trajeto de conexão livre de barreiras em ambientes construídos compõe a rota acessível, instituída na legislação brasileira e mencionada na colombiana, e configura a integração entre mobilidade urbana e desenho universal. Melhorar a caminhabilidade na cidade existente apresenta dificuldades e mesmo conflitos entre prioridades setoriais, regulamentações legais, grupos de usuários, mas é uma necessidade fundamental para superar os desafios do espaço público urbano contemporâneo, sejam os bairros históricos, os novos bairros formais, ou os assentamentos populares. Andar a pé é reconhecidamente um fator de preservação da saúde física e mental, bem como um modo de deslocamento bastante utilizado pela população, em especial, os estratos de baixa renda, atestado nos relatórios da Alcaldía de Medellín e da ANTP - Brasil. Através de metodologia própria baseada na APO, foi realizada pesquisa com visitas de campo, registros fotográficos e depoimentos de gestores e técnicos. Realizou-se revisão bibliográfica do tema, das áreas estudadas, análise da legislação dos países e cidades. As diversas informações e características encontradas foram anotadas em fichas de avaliação das rotas, e sintetizadas gerando mapas. Desta forma, foi possível avaliar as condições encontradas, classificar as rotas segundo condição de adequação, bem como indicar as possibilidades de intervenção visando alcançar a universalização do acesso. Em Medellín, foram pesquisados seis equipamentos públicos de cultura, esportes e lazer, em duas localidades geográficas e socioeconômicas distintas. Em Campinas, foram pesquisados cinco equipamentos de educação e um esportivo/cultural em duas periferias. Nos equipamentos analisados em Medellín, existe uma estratégia de gestão de planejamento integrado que rege localização, projeto, execução, manutenção e acesso a estes. O mesmo não pode ser dito em relação aos exemplares campineiros. A análise comparativa da rota acessível externa dos equipamentos demonstra que, embora seja mais fácil a adequação em sítios mais planos do que em regiões montanhosas, isso não é garantia de êxito na conexão e continuidade do trajeto. De maneira geral, a rota acessível resume-se ao entorno imediato dos equipamentos analisados, sem se estender em direção às quadras lindeiras, e, via de regra, não configurando conexões acessíveis entre duas ou mais unidades de um mesmo bairro, setor ou região. Entretanto, as adequações poderiam se estender a um raio de ação mais abrangente, de maneira a estabelecer ou complementar uma conexão do tecido urbano entre esses lugares. Nos casos analisados, como são equipamentos de categorias distintas, cultura/educação e esportes, acredita-se que a conexão entre eles possa trazer benefícios para todos. Essa percepção levou à realização dos percursos entre os equipamentos e à verificação da existência e possibilidades de uma rota acessível entre eles. Os resultados obtidos apontam que a implantação de rotas acessíveis como política pública é viável com poucos recursos, através de intervenções complementares. As intervenções podem ser realizadas para estabelecer continuidade dos trajetos, segurança no percurso e autonomia das pessoas em seus deslocamentos.

Remoções/resistências: palavras em combate na formação e no cotidiano de Ceilândia.

Laila Beatriz da Rocha Loddi (1); Carlos Henrique Magalhães de Lima (2)

lailaloddi@gmail.com ⁹¹; carloshenrique@unb.br (2)

Universidade Estadual de Goiás, UEG(1); Universidade de Brasília (2)

Palavras-chave: Remoções, práticas urbanísticas, resistências urbanas, ativismo, Ceilândia, Brasília

Remoções de favelas são recorrentemente reeditadas com propósitos associados à dinâmicas imobiliárias. Diante de alegadas melhorias habitacionais, escondem-se propósitos que nem sempre são elaborados com vistas a uma cidade mais justa. Estas práticas vêm seguidas de manifestações organizadas por associações solidárias dos mais variados tipos como associações de moradores ou ações ativistas sem base social delimitada, o que confere aspecto amplo e heterogêneo às resistências decorrentes destes processos.

O artigo foi realizado por meio de levantamento e análise dos discursos utilizados pelo Estado para justificar a remoção das milhares de famílias assentadas nas proximidades do Plano Piloto para a nova Região Administrativa de Ceilândia em 1970. E, por outro lado, as expressões reivindicadas e defendidas na atualidade por ativistas nos campos da educação, da cultura e da arte urbana como forma de afirmação de seu protagonismo cidadão e de superação das desigualdades. Assim, a análise foi desenvolvida por meio de: a) análise documental a respeito da Campanha de Erradicação de Invasões e do projeto urbanístico de Ceilândia; b) identificação das contra-hegemonias e atores em disputa nesse processo, em especial as coletividades organizadas; c) análise de referenciais teóricos e reflexão crítica sobre estratégias urbanas realizadas pelo Estado através de remoções e a potência de resistências e práticas insurgentes de coletivos ativistas.

Brasília, cidade símbolo do processo de modernização do território, apresenta episódios de subtração e apagamento não só de pré-existências (caso das comunidades quilombolas), como dos assentamentos constituídos exigidos pelas grandes obras realizadas (Vilas Operárias). Por meio de ações declaradamente civilizatórias, governos e instituições conduzem processos de domínio, classificação social e normatização. A Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) realizada pelo Estado em 1970 removeu cerca de 100.000 pessoas das proximidades do Plano Piloto para um loteamento distante 30km de seu centro. Surgia uma nova cidade, Ceilândia. Sabe-se que as palavras não são neutras: carregam sentidos e são campos em disputa. Esta pesquisa busca realizar uma investigação de caráter histórico-analítico dos termos mobilizados tanto pelo Estado quanto pelas coletividades organizadas no curso deste processo. A genealogia dos termos registrados em normas técnicas e campanhas disciplinares revela a naturalização de situações de violência empenhadas sobre populações pobres. Se por um lado a linguagem oficial pode ocultar processos biopolíticos (FOUCAULT), de pacificação (PACHECO, 2014), de criminalização e violência (BUTLER, 2011) contra populações periféricas, o vocabulário ativista é marcado pela afirmação de protagonismo, autonomia, cooperação e resistência. Desta forma, percebe-se diferentes discursos em circulação e em disputa.

Há no curso desta história potências transformadoras que confrontam a supressão das diferentes percepções de mundo apresentadas em projetos urbanos em que se supõe uma experiência conjunta comum a despeito da pleora de conflitos que a cidade apresenta. Com este objetivo detido e vertical, é feita uma crítica a segmentos das práticas urbanísticas na década de 1970 em Brasília em paralelo com o presente em andamento, em que se identifica graves desacordos entre a imagem urbana propagandeada pelos discursos oficiais e aquela que se manifesta no cotidiano.

Território, corpo e narrativa: uma análise dos efeitos do Programa Minha Casa Minha Vida em Juiz de Fora sob a perspectiva de gênero

Amanda Ribeiro Magalhães (1); Letícia Maria de Araújo Zambrano (2)
amanda.magalhaes@arquitetura.ufjf.br (1); zambranoleticia@gmail.com (2)
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Palavras-chave: Gênero; Planejamento Urbano; Habitação de Interesse Social; Programa Minha Casa Minha Vida.

A invisibilidade feminina na cidade é histórica, sempre marcada pela assimetria, hegemonia e legitimação de saberes e narradores. Por meio da divisão cultural sobre cada papel de gênero e da divisão sexual do trabalho, o feminino foi excluído do discurso urbano. As cidades nivelaram sujeitos, suas vivências e relegaram as desigualdades estruturais presentes na sociedade ocidental contemporânea.

O sistema capitalista, como elemento contextual indispensável, corroborou para a afirmação deste caráter não neutro do planejamento urbano, a reprodução das dinâmicas sociais existentes na sociedade e a organização dos espaços produtivos e reprodutivos. A habitação, na medida que o capital passou a exercer o protagonismo sobre as escolhas territoriais, se estabeleceu como elemento revelador da profundidade da questão social.

É sob essa lógica que o Programa Minha Casa Minha Vida se insere. Regulamentado desde 2009 e considerado hoje o maior programa de produção de moradia, estabelece desde sua origem, a preferência da titularidade feminina do imóvel como maneira de se buscar garantir o direito à moradia da mulher.

Deste modo, por meio dos focos narrativos, utilizando entrevistas semiestruturadas, cartografias de esboço e método dos itinerários como instrumentos metodológicos, o trabalho descreve os aspectos cotidianos que caracterizam a vivência das mulheres em três empreendimentos faixa 1 do PMCMV na cidade de Juiz de Fora, traçando aspectos emancipatórios a partir de lutas individuais e/ou coletivas, fazendo emergir as subjetividades colocadas na vivência feminina nos espaços construídos.

O que se observa é a execução de uma política dissociada de uma política habitacional municipal ampla e de suas especificidades, bem como de articulação com demais políticas sociais que têm gênero como centralidade. Ao estabelecer o protagonismo do capital sobre as escolhas de onde construir, o quê e como, o Programa contribui na conformação de um novo padrão de espacialização da pobreza (CASSAB e PINTO, 2014), que, no contexto também de uma produção androcêntrica do espaço, estabelece não só divisões de classe, mas de gênero, raça e demais categorias sociais, mantendo à margem os segmentos de população mais frágeis e historicamente excluídos.

São perceptíveis as convergências temáticas nos discursos sobre mobilidade, dificuldade de acesso a serviços e equipamentos, violência, inadequação do espaço arquitetônico às necessidades familiares e incremento de algumas despesas após inserção na nova moradia.

É mediante tal contexto que o presente trabalho traça o debate sobre as manifestações de desigualdade de gênero no âmbito do PMCMV. Avalia-se, para além da impressão da marca classista no território, a acentuação das desigualdades de gênero, a restrição do acesso e a participação íntegra das mulheres na cidade. Espera-se contribuir na reflexão para o desenvolvimento de políticas públicas de gênero, em especial às políticas habitacionais, trazendo à luz a experiência das mulheres beneficiárias do PMCMV.



EIXO 5

O papel de arquitetas/os e equipes mistas de ONGs nas favelas

Assessoria técnica e pedagogia sócio-espacial

Ana Paula Baltazar dos Santos
baltazar.ana@gmail.com
Universidade Federal de Minas Gerais

Palavras-chave: assessoria técnica; assistência técnica; pedagogia sócio-espacial; emancipação; autonomia; ambientes vulneráveis

Esse artigo apresenta a distinção entre assessoria e assistência técnicas e aponta a pedagogia sócio-espacial como possibilidade de longo prazo para práticas sócio-espaciais emancipatórias em ambientes vulneráveis como favelas, ocupações urbanas e rururbanas, e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ciganas etc.). A assistência, combatida aqui, é voltada para o enquadramento de indivíduos e grupos em padrões prescritos de necessidades e maneiras de satisfazê-las, usualmente pautada por um profissional de arquitetura que atua como missionário (bem intencionado, mas reproduzindo sua própria cultura). Já a assessoria é voltada para o ideal de que as pessoas articulem suas próprias demandas e decidam como satisfazê-las a partir de sua própria cultura, com acesso à informação técnica. Para viabilizar a assessoria nossas pesquisas têm se ocupado de questionar e reformular a prática convencional e, no lugar de prescrever espaços, desenvolver interfaces com as quais as pessoas possam dar continuidade na produção do espaço com acesso à informação técnica. Contudo, a assessoria deve acontecer quando necessária e demandada pelo grupo sócio-espacial (segundo Silke Kapp grupo que constitui o espaço e é constituído pelo espaço). Isso indica a importância de uma pedagogia sócio-espacial emancipatória, para que o grupo seja crítico o suficiente para tomada de decisão autônoma.

A abordagem principal da pesquisa é o desenvolvimento crítico da atuação dos profissionais que lidam com o espaço em ambientes vulneráveis, por meio de pesquisa-ação (Michel Thiollent). Partimos da Teoria Ator-Rede (Bruno Latour, John Law, Michel Callon), que visa entender as relações sócio-espaciais entre os principais atores (humanos e não-humanos), para aprender com diversos grupos sócio-espaciais e informar o desenvolvimento de interfaces para assessoria técnica e propostas de pedagogia sócio-espacial emancipatórias (Paulo Freire, Ivan Illich, bell hooks, Seymour Papert). A pesquisa-ação possibilita não só informar os grupos sócio-espaciais para que vislumbrem sua auto-organização continuada e eventualmente sua emancipação, como também informar os pesquisadores para continuidade do desenvolvimento da pesquisa crítica.

Nesse artigo serão apresentadas diversas interfaces testadas com diferentes grupos sócio-espaciais e será discutido o processo de pedagogia sócio-espacial em andamento na Escola Municipal Benedito Xavier, em Glaura (distrito de Ouro Preto). Nos diversos casos estudados, ficou claro que há uma inércia que interdita o engajamento da maioria dos adultos com as questões sócio-espaciais que chamamos 'silenciosas', aquelas que não ameaçam direta e aparentemente a vida cotidiana, mesmo que tenham graves impactos futuros. Atribuímos tal apatia dos adultos ao costume de delegar a outros as decisões sobre o coletivo, hábito forjado pela democracia representativa (criticada por Andityas da Costa Matos) e que interdita a possibilidade do comum (de formação do que Marx chama de comunidade real). Por outro lado, as crianças se mostram muito mais engajadas e preocupadas com os impactos sócio-espaciais futuros, pois ainda não estão totalmente habituadas a serem representadas e preservam, em certa medida, a prática da ação direta. Ficou evidente também que grupos não previamente organizados têm grande dificuldade de mobilização contra ações externas que podem causar impactos distintos, por não terem ainda sofrido os impactos e esperarem uma resposta institucional do Estado para sua 'proteção'. Assim, mais do que sistematizar um método de assessoria técnica com interfaces, é preciso sistematizar diretrizes para assessoria e catalisar a auto-organização sócio-espacial de grupos por meio do que chamamos pedagogia sócio-espacial, que pode começar pelas crianças.

As principais diretrizes que já pudemos sistematizar a partir de pesquisa-ação em diversos ambientes vulneráveis são: uma assimetria assumida entre técnicos e assessorados em vez de uma pretensa simetria; a abertura para algum ganho de autonomia, individual e coletiva, em vez da criação de novas dependências; a ampliação do imaginário sócio-espacial em vez da adesão a pressupostos abstratos e soluções técnicas que desqualificam conhecimentos e práticas dos assessorados; e a rearticulação do que Hannah Arendt chama de esfera pública, diferente da esfera privada e da esfera social, para retomada do político. Ressaltamos o papel da universidade para além da prestação de serviço, desenvolvendo pesquisa para informar práticas sócio-espaciais de assessoria técnica (distinta da usual assistência) e pedagogia sócio-espacial.

Atividade de extensão na comunidade do Moinho

Daniela Getlinger

daniela.getlinger@mackenzie.br

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Palavras-chave: Atividade de extensão; experiência na comunidade; processo participativo

Este artigo discorre sobre uma atividade de extensão desenvolvida em uma favela por alunos e professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. O recorte territorial é a comunidade do Moinho, localizada no centro de São Paulo, composta por cerca de 480 famílias e um número expressivo de crianças. Argumenta-se que a compreensão dos desafios que envolvem a intervenção em áreas precárias demanda uma experiência ativa na comunidade, o que possibilita a identificação de estratégias e caminhos de transformação, a partir de um diagnóstico que inclua processo participativo. Para tanto, organizou-se uma atividade de extensão envolvendo alunos da FAU-Mackenzie e as crianças frequentadoras do CCA (Centro da criança e do adolescente) Oratório São Domingos Sávio, localizado na comunidade do Moinho, que procura garantir proteção social a crianças e adolescentes em situação de extrema vulnerabilidade e risco social. Buscou-se identificar e registrar a percepção e as perspectivas de transformação que as crianças têm do local onde vivem, o que resultou no projeto arquitetônico de uma quadra esportiva, elaborado por meio de processo participativo.

Tendo como base a metodologia apresentada em ' Growing up in an urbanized world (CHAWLA, 2001) empreendeu-se as seguintes dinâmicas: (a) a partir de foto aérea da comunidade, reconhecimento dos lugares importantes para as crianças; (b) visita aos lugares indicados e registros fotográficos; (c) oficina de desenho para identificação das brincadeiras e dos cenários onde estas ocorrem; (d) escuta dos desejos expressos nas atividades lúdicas e discussão sobre programas possíveis para áreas com potencial de transformação; (e) levantamento das dimensões físicas de área escolhida para transformação; (f) desenvolvimento de projeto arquitetônico para a área escolhida.

A atividade de extensão desenvolvida com as crianças possibilitou que os alunos experimentassem um processo de aproximação e compreensão da real dimensão da problemática inerente desses territórios informais – questão de grande relevância na atualidade dos grandes centros urbanos e ainda por contemplar na grade curricular do curso de arquitetura e urbanismo da FAU-Mackenzie. A partir dos relatórios elaborados pelos estudantes sobre a atividade na favela do Moinho, pode-se constatar que a aproximação de uma realidade tão presente e, ao mesmo tempo, tão oculta do cotidiano da maioria deles foi de grande produtividade e inspiração. As crianças frequentadoras do CCA mostraram-se muito receptivas à abordagem da equipe e engajadas em todas as atividades propostas. Observou-se que o processo participativo previsto na metodologia empregada foi de grande eficácia na identificação das necessidades e premissas que subsidiaram o projeto arquitetônico de uma quadra esportiva, desenvolvido com a colaboração das crianças da comunidade.

Verificada a urgência de transformações efetivas em áreas de grande vulnerabilidade social, conclui-se pela necessidade de convocar arquitetos, urbanistas e profissionais do ensino, pesquisa e extensão das mais variadas áreas de conhecimento a desenvolver, com seus alunos, competências e habilidades para atuar nos territórios vulneráveis.

Assistência técnica para habitação de interesse social: a experiência da ONG Habitat Para A Humanidade em Heliópolis

Mariana Sylvia de Souza Silva

marianassylvia@gmail.com

PPGAU/FAU-Mackenzie

Palavras-chave: Assistência Técnica, Habitação de Interesse Social, Favela, Melhorias Habitacionais, Organização Não Governamental (ONG)

A demanda por habitação é uma constante no Brasil, e ao longo das últimas décadas observa-se um crescente interesse em discutir a função do profissional arquiteto e urbanista na provisão de assistência técnica para a população de baixa renda, em especial desde que a lei 11.888/2008 foi sancionada. Este artigo se insere no debate sobre assistência técnica para habitação de interesse social, e apresenta uma discussão sobre o trabalho desenvolvido pela Organização Não Governamental (ONG) Habitat para a Humanidade na favela de Heliópolis, no município de São Paulo. O objetivo é voltar o olhar para a ONG em questão, e analisar quais são as estratégias utilizadas que viabilizam alternativas para adequações de moradia para população de baixa renda, as formas de financiamento para as construções e as limitações e dificuldades da instituição. Visa-se, assim, contribuir com o reconhecimento e disseminação de ações de melhorias habitacionais.

Para alcançar tal fim, o estudo é baseado na análise de dados empíricos coletados de fontes primárias e secundárias, observação in loco e revisão bibliográfica. A pesquisa, de caráter qualitativo, examinou arquivos e dados internos da ONG, como formulários, fichas cadastrais, fotos e balanços financeiros, além da experiência e conhecimentos práticos obtidos na época em que a autora atuou como arquiteta voluntária na instituição.

É necessário e urgente o estudo sobre as mobilizações que surgem no país em prol da causa, e que, mesmo em menor escala, resultam em modificações relevantes na produção da cidade e na vida de pessoas que estão à margem das políticas públicas de habitação. Esse é o contexto no qual a Habitat para a Humanidade se insere e realiza suas atividades em São Paulo, na favela de Heliópolis. A Habitat é uma organização global não governamental e sem fins lucrativos, que desenvolve ações que visam proporcionar moradia digna para pessoas que vivem em situação de pobreza. 85% do público que busca o atendimento dessa ONG são mulheres chefes de família.

Solucionar a questão da moradia não é tarefa simples, e envolve políticas públicas com ações coordenadas inclusive de regularização fundiária, mas está atrelada ao problema de distribuição de renda e segregação espacial e socioeconômica, assim como diversas outras mazelas sociais. Trabalhos pontuais como os desenvolvidos pela ONG Habitat para a Humanidade mostram que existe uma conscientização por parte da população e interesse em se discutir e agir em prol de quem é mais vulnerável socialmente. Apesar das dificuldades, o trabalho realizado pela Habitat em Heliópolis deve ser reconhecido no sentido que atende à uma demanda real da população, e cria instrumentos que possibilitam as melhorias habitacionais em um país no qual o déficit quantitativo e qualitativo é tão expressivo.

Resgate da arquitetura vernacular do povo indígena Kariri-Xocó no setor Noroeste/DF, como processo de promover o fortalecimento da comunidade.

Alessandra Masuda (1); Elaine Marinho (2); Ivana Jalowitzki (3); Luciana Navarro (4)

afgpi@uol.com.br(1); elainekellenmarinho@gmail.com(2); ivana.jalowitzki@gmail.com(3);
lu.jobimnavarro@gmail.com(4)

Centro Universitário Planalto do Distrito Federal

Palavras-chave: Migração Indígena, Kariri-Xocó, Liderança Feminina, Arquitetura Vernacular

Este trabalho busca apresentar um breve panorama das ocupações indígenas dentro do Distrito Federal (DF). Aborda o distanciamento desses povos da sua cultura original, os conflitos que os cercam no processo da luta pelo direito à moradia, assim como evidencia a presença feminina na liderança de um povo indígena. O debate ressalta como a migração e o processo de urbanização contribuíram para o distanciamento desses povos das suas raízes e, conseqüentemente, promoveu a absorção de uma cultura que não é originalmente sua. Traça um panorama sobre a tribo indígena Kariri-Xocó, apresentando sua história e a da sua cacique Ivanice Tononé (umas das primeiras lideranças indígenas femininas). A pesquisa fundamentou-se em revisão bibliográfica de conteúdos de artigos científicos, sites e reportagens. Ademais, buscou-se ampliar o embasamento teórico em material disponível no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Finalmente, para melhor compreensão do processo de ocupação indígena na área, foram realizadas pesquisas de campo e entrevistas na comunidade indígena dos Kariri-Xocó. Os resultados revelam um cenário complexo, que atualmente envolve a tribo, devido à miscigenação, ao processo de urbanização, além das dificuldades enfrentadas na luta pela terra de um povo indígena migratório, de origem sergipana, dentro do DF. Foi possível entender a problemática de como técnicas construtivas vernaculares tradicionais dos povos indígenas podem promover um cenário de fortalecimento da cultura, resultando em um desenvolvimento social e econômico da comunidade. Hoje, a permanência dos povos indígenas no DF passa despercebida pelas demais comunidades. Por esse motivo, a valorização dos costumes, a difusão do artesanato e o resgate da arquitetura desse povo, podem tornar essa história mais evidente, chamando atenção para as necessidades e fortalecendo dessa comunidade. Assim, num primeiro momento foi necessário fazer uma avaliação crítica sobre o processo de urbanização indígena, traçando a contextualização dos indígenas e do santuário dos Pajés dentro do DF. Para tanto, torna-se necessária uma apresentação da arquitetura vernacular indígena com suas técnicas tradicionais apontar possíveis caminhos para o processo de reintegração da cultura indígena. Por fim, foi analisado como uma ação, de um mutirão realizado para a bioconstrução de uma loja para a venda de artesanato produzidos pelos indígenas, podem estimular a valorização da cultura desse povo.

Habitação de emergência: a sociedade civil organizada como catalisadora de transformações no atendimento público às famílias em situação de vulnerabilidade no Município de São Paulo

Indalécia Sergia Almeida Brandao Escudero (1); Cintia de Castro Marino (2)
indarq@escuderoconsultoria.com.br (1); cintiamarino@gmail.com (2)
Universidade Nove de Julho

Palavras-chave: Habitação de emergência; Habitação de interesse social; OnG Teto; Voluntariado; Sociedade civil Organizada.

Um olhar sobre a realidade da sociedade e condições de vida das pessoas, sobretudo em segmentos mais vulneráveis, legitima a urgência na abordagem do tema “habitação de emergência”, que merece atenção especial no planejamento urbano de São Paulo na busca de prover condições às famílias em situação de extrema pobreza. Sob esse panorama de crise silenciosa, a OnG TETO, há dez anos no Brasil, tem o propósito de superar a pobreza pela formulação de ações conjuntas com os moradores, jovens voluntários e outros atores. Nesse contexto, surgiu a pergunta de pesquisa: Como a OnG TETO, que atua na construção de habitação de emergência, pode contribuir como uma entidade intermediária entre o governo e população vulnerável?

O trabalho utiliza método de pesquisa exploratório (Vergara, 2016) com base em levantamento bibliográfico sobre “habitação de emergência” e instrumentos de políticas públicas referentes ao tema, sua relevância para a cidade e a aceitação da tipologia. A coleta de dados foi esquematizada em planilha separados por categorização (utilizando o método adaptado de Baldin, 2016). Continuando, a análise debruça-se sobre o Estudo de Caso (Yin, 2015) de método qualitativo, por meio de visitas, levantamento de campo e aplicação de entrevistas, de modo a aprofundar o entendimento e incluir ações da Ong Teto.

O IBGE (2018), trouxe índices alarmantes para o município de São Paulo e, dentre os 12 milhões de habitantes, apontou que mais de dois milhões de pessoas vivem em aglomerados subnormais, o que representa 17% da população paulistana. A presente investigação analisa o marco regulatório de políticas públicas habitacionais, se propõe a identificar os diferentes instrumentos indutores e sua eficácia emergencial. Diante dessa projeção, o poder público tornar-se-ia um agente facilitador e regulador de ações sociais: dando início a um novo ciclo que amplia a gama de possibilidades para o planejamento urbano. A segunda etapa de análise inclinar-se sobre a Ong Teto com o propósito de extrair ações conjuntas com os moradores, jovens voluntários e outros atores. A moradia construída pela Ong é uma moradia de emergência de módulo pré-fabricado. Todas as casas são iguais e modulares, possuem três janelas, uma porta e um banheiro a seco, não detém acesso água ou luz. A análise do caso comprovou que, mesmo apresentando infraestrutura limitada, a casa produzida pela Teto representa uma mudança real na vida da família beneficiada.

A aliança entre a sociedade civil organizada e o Estado, como sequência de um ciclo de mediações, figura no sentido de fomentar soluções de “habitação de emergência”. O principal ponto defendido é a necessidade de inserção de políticas públicas de atendimento a curto prazo e com baixo custo dentro do leque de ações governamentais. A Ong TETO atua com moradia de emergência de madeira e mobilização de voluntariado para o engajamento cidadão. A catalisação de ações por meio de regulamentação de parcerias de cunho público-social pode promover o atendimento de famílias a curto prazo.

Arquitetura da Ponte: atravessamentos entre as políticas urbanas e a construção de outra(s) Nova(s) República(s) possível(is), Salvador/BA

Ana Clara Oliveira de Araújo (1); Mariana Ribeiro Pardo (2); Gabriela Leandro Pereira (3)
clara.oliveiradearaujo@gmail.com (1); ribeiropardo.mariana@gmail.com (2); gabrielagaiaa@gmail.com (3)

Universidade Federal da Bahia

Palavras-chave: Produção de cidade, Nova República, Nordeste de Amaralina, Salvador, Violência, Políticas não-institucionalizadas.

No âmbito da produção contemporânea das cidades brasileiras, notadamente marcada por presenças e intervenções desiguais do Estado nos distintos territórios urbanos, este trabalho propõe uma reflexão sobre as possibilidades de construir alternativas de planejamento e ação no espaço, a partir de um processo de interlocução em campo. A proposição aqui apresentada, refere-se a uma atuação compartilhada entre comunidade e universidade, desenvolvida através de dois trabalhos finais de graduação da Faculdade de Arquitetura da UFBA, em articulação com a Associação de Moradores da Nova República, localizada no bairro de Santa Cruz, na região do Nordeste de Amaralina, em Salvador. Esse espaço da cidade configura-se como um local predominantemente *negro*, com renda familiar média inferior à um salário mínimo, onde se interseccionam violências de diferentes ordens, condensando desigualdades, precariedades, opressões e constrangimentos, além de uma questionável política de segurança que resulta no extermínio de sua juventude. Metodologicamente, desenvolveu-se uma abordagem que possibilitasse pensar e construir, de forma sensível, uma atuação conjunta, emergindo a potência da criação de pontes entre as demandas apresentadas pela comunidade, os ensinamentos propiciados pela formação acadêmica e as ações presentes nesse espaço, que se configuram como políticas não-institucionalizadas que regem outros modos de produção de cidade. Adotou-se, como conceito elementar para a prática em campo, a assessora técnica popular, buscando referenciais de diferentes campos teóricos - Arquitetura e Urbanismo, Direito, Sociologia, Geografia, Pedagogia, entre outros. Nesse sentido, foram realizadas reuniões, oficinas, caminhadas e levantamentos, além da presença semanal na Nova República, através de atividades desenvolvidas com as crianças e os adolescentes da comunidade, na Biblioteca Comunitária. Ao longo desse processo de atuação com a comunidade, o tema da violência colocou-se como uma questão persistente, refletido também na presença diária do policiamento nesse espaço, instaurando um estado de controle e vigilância dos que habitam a Nova República. Essa condição é evidenciada através das narrativas das crianças e dos adolescentes, e na preocupação dos mais velhos quanto ao trânsito deles pela comunidade, ressaltando uma imposição de alguns limites de circulação que não podem ser ultrapassados. Este estado de monitoramento reflete no planejamento do território, que maneja presenças e ausências de determinados equipamentos a partir dessa lógica, como é o caso da instalação de uma Base Comunitária de Segurança entre duas escolas, e a relocação de alguns mobiliários urbanos por estarem em uma rota estratégica para as incursões da polícia. Dessa forma, o processo buscou contribuir para as reivindicações dos moradores, potencializando a mobilização que já ocorre nesse espaço, através da Associação de Moradores, e das práticas sociais e culturais que são realizadas na comunidade. Assim, foram produzidas cartografias coletivas sobre esse local, buscando identificar e dar visibilidade demandas dos moradores para a Nova República, que se desdobraram em planos, projetos e relatórios que possibilitam a reivindicação dessas questões junto aos poderes públicos. Essas ações despontam como potenciais para pensar outras Novas República possíveis, pautadas na incorporação de saberes, narrativas e sujeitos historicamente preteridos pelo pensamento hegemônico.

Minimizando a Vulnerabilidade nos Espaços em Situações de Pós-Desastres Através da Cultura e da Participação dos Refugiados

Hanna Riyanto
hanna.riyanto@outlook.com
University of The Arts London

Palavras-chave: pós-catástrofe, vulnerabilidade, identidade cultural, resiliência, participação de refugiados, kit

Os desastres ambientais ocorrem frequentemente na Indonésia e podem levar as pessoas a procurar refúgio durante dias, semanas, meses ou mesmo anos. Os espaços dentro dos abrigos e casas temporárias pós-desastre são muitas vezes separados da identidade cultural dos refugiados, limitando seus hábitos culturais e modo de vida, levando-os à vulnerabilidade. Minhas preocupações são como criar um método para projetar espaços de vida culturalmente apropriados na Indonésia, tendo em mente que ao ter mais de 17.000 ilhas, este país tem uma variedade de culturas e que cada uma afeta seus hábitos espaciais diferentemente. O meu objetivo é minimizar a vulnerabilidade, fornecendo um guia sobre como criar espaços culturalmente apropriados que possam ser aplicados nos abrigos existentes ou na reconstrução de habitações pós-desastre, permitindo ao mesmo tempo a participação dos refugiados no processo.

O método desta pesquisa é uma análise empírica, através de métodos qualitativos e quantitativos. Em 2018 visitei a Vila Sukameriah em North Sumatera, Indonésia para entrevistar os refugiados sobre os espaços dentro de sua casa atual e casa antiga que foi destruída e como isso afeta suas atividades diárias. Vídeos, fotografias e medições dos espaços dentro das casas também foram feitos durante a visita. A maioria das casas de 36 m² foram ampliadas para 50-70 m². Cerca de 6 em cada 12 casas em cada rua expandiram seu perímetro. Uma refugiada afirmou que construiu outro quarto, cozinha e banheiro na parte de trás da casa para que toda a sua família pudesse viver juntos. Esta aldeia foi realojada pelo governo, estava outrora localizada num raio de 3 km do Monte Sinabung, o que restou do assentamento está agora enterrado sob os escombros vulcânicos da erupção. A forma como os refugiados acrescentaram estruturas de madeira improvisadas nas suas novas casas, mostram semelhanças com a tipologia das casas da aldeia onde viveram antes. Esses espaços improvisados são principalmente a área da cozinha que as refugiadas, especialmente as mulheres, consideram insuficiente porque eram muito pequenas para preparar comida, cozinhar e observar as crianças ao mesmo tempo, como em suas casas anteriores. Ao possibilitar a participação dos refugiados no processo, podemos minimizar a vulnerabilidade dos mesmos ao empoderá-los e ajudá-los a construir uma moradia adequada ou uma auto construção dirigida. Este método é entregue na forma de um 'Kit de Resiliência' que consiste em um conjunto de modelos interativos que os refugiados podem usar como uma ferramenta de comunicação para expressar suas necessidades espaciais. Ele também vem com um Diagrama de Resiliência e uma Árvore de Decisão que atua como um guia sobre como projetar moradias culturalmente conscientes com base nas peculiaridades culturais de uma determinada região. Fui visitar os refugiados nas suas novas casas para me sentar com eles e testar o Kit de Resiliência. A partir dessa prática e ver a casa de uma forma tridimensional eles podem comparar os tamanhos dos espaços e ver quais os elementos que faltavam, permitindo-lhes corrigir os seus erros e aperfeiçoar o modelo. Eles também se sentem familiarizados com os materiais, pois são fáceis de inserir, dobrar e cortar. Foi possível ajudá-los a rastrear suas memórias sobre a aldeia destruída para reproduzir alguns desenhos de suas casas e layout da aldeia, já que não há muita informação disponível sobre essas aldeias. O próximo passo será transformar o kit em um embalagem plana (flatpack) que possa ser entregue no local de desastre ou dos campos de refugiados, onde as ONG ou designers espaciais possam obter informações sobre as necessidades habitacionais dos refugiados e tomar decisões sobre a reconstrução de uma habitação pós-desastre.

Habitabilidade em Habitação de Interesse Social. Favela Monte Alegre – Ribeirão Preto, S.P.

Rose Elaine Borges de Melo (1); Maurício Estellita (2); Sebastian Beck (3)

rose.borges@baraodemaua.br (1); mauricio.estellita@baraodemaua.br (2); info@sebastianbeck.com (3)

Palavras-chave: Habitabilidade. Conforto Ambiental. Sustentabilidade. Ações Colaborativas.

O trabalho foi desenvolvido no âmbito do Programa de Atividades de Extensão do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Barão de Mauá por alunos de diferentes períodos sob a coordenação de professores das disciplinas de projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo no período de março de 2017 a junho de 2019 com o intuito de estudar as condições de habitabilidade com ênfase no conforto ambiental, apresentar soluções projetuais e promover oficinas para a construção de protótipos considerando o conceito de sustentabilidade na favela Monte Alegre localizada em área pública municipal no setor oeste da cidade de Ribeirão Preto, S.P.. Elaborado com a participação dos moradores e viabilizado com ações colaborativas do setor público municipal através das secretarias de Planejamento e Gestão Pública, Meio Ambiente e Infraestrutura. A área de estudo, definida em conjunto com os arquitetos da secretaria de Planejamento e Gestão Pública, contempla quatro lotes (seis residências com vinte e quatro moradores) e áreas “livres” (calçadas, vielas e praças) remanescentes do processo de ocupação. O trabalho foi realizado em três etapas: Habitação, Espaço Público e Oficinas. Na primeira etapa foram levantados *in loco* a organização espacial, o dimensionamento, o sistema construtivo e as aberturas para iluminação e ventilação através de instrumentos específicos de medição (temperatura, ruído e iluminação), mapeamento, registro fotográfico e entrevistas com os moradores. Na segunda etapa foi realizado o inventário *in loco* das áreas “livres”, observando-se a paisagem, mobiliário urbano, arborização e acessibilidade através do mapeamento, registro fotográfico e entrevistas com os moradores, assim como, visitas técnicas ao Horto Municipal da cidade de Ribeirão Preto monitoradas pelos engenheiros das secretarias do Meio Ambiente e Infraestrutura para definir e viabilizar a implantação das espécies. Na sequência, as informações foram analisadas e sistematizadas para que fosse possível o estabelecimento de soluções projetuais, factíveis, de fácil acesso e baixo custo que pudessem ser implantadas pelos próprios moradores. Soluções que foram apresentadas aos moradores por meio de imagens e modelo “físico” – maquete e viabilizadas em protótipos a partir de materiais reciclados como garrafas PET para a confecção de painéis para iluminação e ventilação nas habitações e pneus para a confecção de mobiliário urbano nas praças desenvolvidos nas oficinas realizadas na terceira etapa com a participação de alunos, moradores, artesãos, ambientalistas e engenheiros das secretarias do Meio Ambiente e Infraestrutura do município de Ribeirão Preto. O trabalho possibilitou aos alunos aplicar e ampliar os conhecimentos adquiridos em sala de aula, partindo do entendimento das problemáticas vivenciadas em uma realidade concreta aproximando a área acadêmica da comunidade; contribuiu para conscientizar os moradores sobre a influência da qualidade do espaço construído no bem-estar da família e mostrou a importância das ações colaborativas em todo o processo de desenvolvimento do trabalho.



EIXO 6

Geografias da saúde, do risco e o uso de novas tecnologias

Des[abrigo]: Habitação Temporária Emergencial em Rio do Sul/SC

Rafaela Dalcanale Araujo(1); Marina Bernardes(2); Patricia Tondelo(3); Maristela Poleza(4)
rafaela.dalcanale@unidavi.edu.br(1); marina.bernardes@unidavi.edu.br(2); ptondelo@unidavi.edu.br(3); maristela@unidavi.edu.br(4)

UNIDAVI

Palavras-chave: Habitação Temporária Emergencial, Arquitetura Efêmera, Enchentes, Áreas de Risco, Arquitetura Humanitária, Arquitetura de Emergência.

Rio do Sul-SC, assim como várias cidades do Vale do Itajaí, foi ocupada obedecendo projetos de desenhos estruturados nos recursos hídricos. Tal proposta, intensificou alterações no ecossistema, potencializadas pelo desmatamento, crescimento urbano e adensamento populacional. O sistema hídrico composto pela bacia do Rio Itajaí, sofre com aterros, represamentos, ocupações desordenadas, desmatamentos, ocupação de áreas de várzeas, e expõe sua fragilidade em inundações que impactam por assumirem altas cotas de transbordamento. Para o rio Itajaí-Açu, no trecho que corta Rio do Sul, a cota de 6,50m acima do nível considerado normal passa a atingir cerca de 92% dos bairros da cidade. Com a elevação da frequência das enchentes após o ano de 2011, houve um crescimento urbano e adensamento nas áreas de cotas mais altas, sendo assim, áreas baixas e afastadas do centro perderam seu valor imobiliário e passaram a abrigar mais famílias de baixa renda, ou adequaram - se a gabaritos mais elevados. No ano de 2017 cerca de 1090 pessoas necessitaram de abrigos cedidos pela prefeitura municipal. Neste contexto há também uma grande complicação psicológica, pois a residência é um dos primeiros lugares em que as pessoas constroem um sentido de proteção e segurança e durante a necessidade de deixar sua residência para refugiar-se, este sentido acaba se perdendo. Considerando que estes abrigos oferecidos pela prefeitura não oferecem as condições mínimas de moradia, como: privacidade, infraestrutura e conforto básico, este trabalho propõe a elaboração de uma pesquisa como subsídio para a concepção de um projeto de habitações temporárias emergenciais. O método adotado aplicado neste estudo desenvolveu-se em duas etapas: pesquisa documental e bibliográfica e análises de projetos correlatos. A primeira etapa envolveu analisar historicamente os desastres naturais na cidade de Rio do Sul, e o seu contexto com relação às cheias, assim como, compreender conceitos acerca de técnicas construtivas sustentáveis, leves, de fácil montagem. Além de análises sobre parâmetros adotados na Arquitetura Efêmera de Emergência e de habitações temporárias e emergenciais. Já na segunda etapa envolveu análises arquitetônicas e urbanísticas de projetos nacionais e internacionais específicos a este tema. Os resultados obtidos contribuíram para conhecer melhor o período e a situação em que a cidade de Rio do Sul se encontra durante as cheias, para entendimento das técnicas a serem utilizadas, e para evidenciar elementos projetuais em comum. Como conclusão, percebeu-se a necessidade de projetar uma habitação temporária através da Arquitetura Efêmera de Emergência utilizando as condições de habitabilidade que respondem rapidamente a situações de emergência. Quanto a aplicabilidade de projeto, foram considerados desastres socioambientais frequentes na cidade e também presentes no Plano de Contingência Municipal, tais como, enchentes e deslizamentos de terra. Dentre estas condições há a possibilidade de oferecer às famílias desamparadas um melhor acolhimento durante este período.

Enhancing map-literacy through participatory mapping to improve community resilience: a case study in Rio Branco, Brazil

Mario Martins(1); Fernanda Lima-Silva(2); Carolin Klooner(3); Vangelis Pitidis(4); João Porto de Albuquerque(5); Maria Alexandra Cunha(6)

martins.mariodamata@gmail.com(1); emaildefernandalima@gmail.com(2); c.klonner@uni-heidelberg.de(3); V.Pitidis@warwick.ac.uk(4); j.porto@warwick.ac.uk(5); alexandra.cunha@fgv.br(6)

FGV (1, 2 e 6); Universidade de Heidelberg (3); Universidade de Warwick (4 e 5); Fundação Getulio Vargas Escola de Administração de Empresas (6)

Palavras-chave: Map literacy, participatory mapping, critical discourse analyze, community resilience

Participatory mapping has received growing attention by scholars and practitioners involved with urban issues in the last decades. Building on local knowledge and personal experiences, participatory mapping methods utilize appropriate tools to gather detailed, updated and high resolution information, particularly in areas where spatial data is scarce. Despite recent advances in participatory mapping literature, not much is known about the effects of the discourses of those leading to this process. This paper discusses a method to compare two discursive strategies to engage stakeholders in flood risk mapping through capturing flood risk perception. We present a method to analyze the content and form of statements produced within two groups – each group is composed by state government employees, civil defense representatives and dwellers of neighborhoods with flood history - invited to map flood prone areas. This activity was carried out in Rio Branco, Acre, Brazil in June 2019. OpenStreetMap (OSM) Field Papers are used as base maps. OSM is a collaborative project and participants can contribute, edit and use map data. Discourse practices produced during the activity are analyzed using critical discourse analysis and discussed against Freire's principles on critical pedagogy. Early results show that knowing how to read a map is an essential skill for any participatory mapping activity. Moreover, engaging local residents in group mapping via connecting the map to their personal spatial experiences, such as asking them to locate their homes on the map, has proven to be an effective strategy. Nevertheless, lack of contextualization of the map leads to long silences in the group discussion and to the monopolization of the activity by people with better reading and map-reading skills. Finally, this paper concludes by emphasizing the need for researchers to carefully re-evaluate the features of their own discourses while trying to engage multiple stakeholders on risk perception mapping and additionally appreciate contextual particularities in the attempt to enhance community resilience.

Fitorremediação para precariedade urbana: estudo de caso como piloto replicável

Vera Santana Luz(1); Wesley Alves da Silva (2)
veraluz@puc-campinas.edu.br (1); alves.wesley96mec@gmail.com (2)

PPGAU -PUC Campinas.

Palavras-chave: fitorremediação; fragilidade socioespacial e ambiental; soluções baseadas na natureza; cidade educadora; pedagogia escola-comunidade.

O trabalho realiza uma investigação de sistema de fitorremediação como alternativa de saneamento, aplicada em estudo de caso como piloto replicável: uma Escola de Educação Infantil localizada no Jardim Ângela - São Paulo, distrito periférico da Região Metropolitana de São Paulo, caracterizado pela ocupação informal de população em situação de fragilidade socioespacial e ambiental, cujos habitantes vivem em condições insalubres, onde grande parte das edificações vertem seus efluentes diretamente nos córregos a céu aberto. Essa condição sistêmica afeta as áreas de proteção dos mananciais das represas Guarapiranga e Billings incluindo aproximadamente duas milhões de pessoas, que vivem predominantemente em abrigos autoconstruídos, sem garantia fundiária ou suprimento suficiente de infraestrutura, equipamentos e espaços públicos de qualidade. É notável a predominância de mulheres sozinhas responsáveis pela família. A impotência do estado em atender às demandas de baixa renda é condição histórica, mesmo em gestões progressistas, democráticas e participativas. Considera-se a hipótese em constituir alternativas de pequena e média escala para o tratamento de esgoto em bases comunitárias e associativas, como uma alternativa válida de urgência.

A Pesquisa se baseou em referências relacionadas a problemas da urbanização brasileira, à situação periférica da RMSP e às lutas pela Reforma Urbana, que culminaram com a Constituição de 1988, o Estatuto da Cidade e a criação do Ministério das Cidades, refletindo sobre impasses atuais desse processo. Deteve-se sobre o sítio de investigação e suas características, à legislação relacionada à habitação de interesse social e à proteção ambiental. Estudos de alternativas técnicas de fitorremediação foram cotejados a partir de trabalhos acadêmicos e exemplos de empresas, visando elencar possibilidades mais adequadas. Procedeu-se ao levantamento do edifício escolar a partir de documentos da prefeitura municipal e delimitou-se a micro-bacia referente ao território imediato e, sucessivamente, as demais sub-bacias até o desague na Represa Guarapiranga, buscando-se uma visão sistêmica do problema.

Técnicas de fitorremediação – tanques de evapotranspiração, vermifiltros, fossas sépticas, círculos de macrófitas, jardins filtrantes e *wetlands* - têm sido realizadas em situações domésticas, equipamentos comunitários, bairros e setores urbanos, adaptadas às situações e demandas, configurando possibilidades de incremento da saúde pública e qualificadores de paisagens, cujo potencial educador se dá do ponto de vista ambiental, técnico e comunitário. Laços de colaboração academia-comunidade foram constituídos, relacionados à escola estudo de caso, dada sua capacidade de articulação comunitária como centro de excelência reconhecido, cuja proposta pedagógica e prática, tem ações orientadas pelos conceitos de “cidade educadora” e “escola-comunidade”.

Sistemas de tratamento alternativos, destarte atualmente recomendados pela ONU como “soluções baseadas na natureza”, não constituem impedimento à associação a sistemas convencionais. Pretendemos que baixas tecnologias articuladas a altas tecnologias, em certas circunstâncias sejam uma possibilidade em moldes menos prejudiciais ao meio ambiente e em uma abordagem mais humanística, especialmente em situações de urgência.

Monitoramento colaborativo das ilhas de calor a partir de estações meteorológicas de baixo-custo

Carolina Hartmann Galeazzi
galeazzi.carolina@gmail.com
PROURB-UFRJ

Palavras-chave: Ilhas de calor, microclima, monitoramento colaborativo, ciência aberta, compartilhamento de dados, baixo-custo

A urbanização rápida e não planejada vem acompanhada de uma série de problemas sociais e ambientais, como a favelização e as modificações climáticas. O aumento da temperatura nas cidades, conhecido como ilha de calor, é a principal manifestação do impacto urbano no clima e um dos principais problemas ambientais do século XXI, podendo causar danos à produtividade e à saúde humana, especialmente nas populações de maior vulnerabilidade.

Neste contexto, é importante compreender a influência da ocupação urbana e das atividades antrópicas, possível por meio de monitoramento da variação da temperatura intraurbana através da coleta de dados climáticos de maneira local. Este estudo propõe identificar as variações da temperatura intraurbana, inicialmente no Complexo da Maré e em Bonsucesso, no Rio de Janeiro, por meio de uma microestação meteorológica de baixo-custo, criada a partir da ideia do faça você mesmo (DIY), da tecnologia de dados abertos e do compartilhamento de dados através de uma plataforma *IoT*. Formada, principalmente, por uma placa Esp8266 com wifi integrado e sensor de temperatura e umidade DHT22, possibilita o acesso público aos dados em tempo real. As estações foram instaladas em quatro pontos de tipologias urbanas de características distintas: Nova Holanda, (22°51'15,6"S 43°14'32,9"W e 22°51'21,8"S 43°14'49,2"W) Baixa do Sapateiro (22°51'41,3"S 43°14'25,8"W) e Bonsucesso (22°52'00,8"S 43°15'14,7"W). Os dados são medidos continuamente, permitindo o monitoramento em todas as épocas do ano. Para uma primeira amostragem, foram utilizados dados recolhidos no dia mais quente do verão (31/01/2019).

A estação criada pode apresentar algumas deficiências, tais como certa imprecisão dos dados, instabilidade com relação à cobertura de internet, possível mau contato dos cabos de ligação e instabilidade no recebimento de energia elétrica. Apesar disso, foi possível realizar leituras e identificar diferenças nos dados relativos à condição urbana dos microclimas. Comparadas a uma estação meteorológica do município (Alerta Rio), localizada em bairro próximo (São Cristóvão), as quatro estações revelaram dias mais quentes. A média das temperaturas registrada em São Cristóvão foi de 31,8°C, em Bonsucesso, 37,14°C, enquanto no Complexo da Maré, na Nova Holanda, foi de 33,6°C, em ponto próximo à Avenida Brasil – ponto que também registrou a umidade mais baixa. Os valores de temperatura do ar mais baixos com umidade mais elevada foram observados na Baixa do Sapateiro, bairro de forma urbana orgânica.

Posteriormente, os resultados serão relacionados à forma urbana, identificando causas e propondo mitigação de características climáticas que possam causar desconforto térmico. Assim, a partir da pesquisa e monitoramento do micro e topoclima urbanos com estações de baixo-custo, prevenir e mitigar as mudanças climáticas poderá se tornar viável a partir de intervenções pontuais locais, trazendo maior autonomia aos agentes envolvidos e contribuindo para a construção de conhecimento de maneira colaborativa com os moradores aplicado a melhores condições de vida.

Economia Solidária e Tecnologia Social aplicadas à melhoria de habitações populares

Aline Rocha de Souza
aline_rocha@id.uff.br
PPGAU/UFF

Palavras-chave: Economia Solidária; Tecnologia Social; Resíduos Sólidos Urbanos; Melhoria Habitacional; ATHIS.

No Brasil, aproximadamente 942 mil habitações são consideradas precárias. Entre estas, 425 mil estão localizadas em área urbana e integram o déficit habitacional qualitativo urbano. Esse tipo de edificação pode ocasionar doenças físicas e mentais às famílias e oferece riscos à população e ao ambiente. Este artigo pretende analisar como a aplicação de princípios da Economia Solidária, no âmbito da gestão de resíduos sólidos urbanos, é capaz de disponibilizar insumos para obras previstas por equipes de Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social (ATHIS) para melhoria de moradias precárias, visando a promoção de direitos e redução de vulnerabilidades, configurando assim um tema de Tecnologia Social. A fim de ilustrar, será analisada a Feira de Trocas Solidárias, uma estratégia para aquisição de material de obra com uso de moeda social pelas famílias atendidas projeto Arquiteto de Família-Morro Vital Brazil, Niterói/RJ, onde atuei como assistente social inserida em equipe multidisciplinar.

Para compreensão dos princípios da Economia Solidária e da Tecnologia Social este trabalho utilizou o método da revisão bibliográfica. A partir desta revisão, buscou-se identificar convergências ideológicas entre as duas temáticas, enfatizando: a) a gestão dos resíduos sólidos urbanos e; b) os modos de produção da moradia e ocupação de cidades. Por fim, o acúmulo destas reflexões embasou a análise da Feira de Trocas Solidárias, pretendendo-se, com isto, estabelecer relação entre teoria e prática, isto é, pautar a práxis transformadora.

A ampliação dos debates públicos sobre Economia Solidária e Tecnologia Social no Brasil ocorre na passagem para o século XXI e tem estreita relação com ações de combate à pobreza; promoção da inclusão social e preservação do meio ambiente. Neste sentido, comungam com demandas históricas colocadas por populações faveladas, por exemplo, o pleito por Moradia Adequada. Em 2012, a equipe da ONG Soluções Urbanas – responsável pelo projeto Arquiteto de Família-Morro Vital Brazil, cujo objetivo era oferecer assistência técnica gratuita para mobilização comunitária e melhoria habitacional – e as famílias participantes do projeto depararam-se com a ausência de recursos para realizar as reformas projetadas. Para superação do entrave, recorreram à pessoas físicas e jurídicas capazes de doar resíduos passíveis de reutilização na construção civil. Por exemplo, portas e janelas substituídas e produtos demarcados por lojistas. Para distribuição equânime entre as famílias, formularam um conjunto de regras para aquisição dos materiais com uso de moeda social e, por fim, estabeleceram a Feira no centro comunitário local.

As teorias sobre Economia Solidária e Tecnologia Social são convergentes e, quando articuladas em ações concretas, potencializam resultados no combate à pobreza e redução de riscos. No caso Feira de Trocas Solidárias observou-se a prática de princípios como autogestão, respeito à natureza e comércio justo, defendidos pela Economia Solidária, somadas ao compromisso com a transformação social; diálogo entre diferentes saberes e processos participativos, característicos de Tecnologias Sociais. Entre 2012 e 2015 foram realizadas 33 edições da Feira; 60 famílias reformaram suas casas a partir das doações; e 3,5 toneladas de ELV foram retiradas do meio ambiente.

Risco tecnológico e conflitos sócio ambientais: a relação entre mineração e urbanização na cidade de Maceió/AL.

Alexandra Jane de Carvalho Freitas (1) Sérgio Torres Moraes (2) Paula Gabbi Polli (3) Marina Brito de Oliveira Marques (4) Maria Rita Soares (5)
alexandrajanepi@gmail.com (1) stmoraes27@gmail.com (2) paula.polli@gmail.com (3) marina_bom@hotmail.com (4) mariaritasoares@gmail.com (5)
PósARQ UFSC. (1)FAU/UFSC (2) UFSC (3) PósARQ UFSC.(4) PósARQ UFSC (5)

Palavras-chave: transformação urbana, vulnerabilidade socioambiental, gestão de risco, risco tecnológico.

Os desastres tecnológicos no Brasil com significativos impactos socioambientais tem ocorrido com preocupante frequência. O colapso de represas de resíduos tóxicos da mineração de ferro em Minas Gerais – 2015 e 2018 - que resultou em mortes humanas, catástrofe ambiental e desabrigados, expôs a vulnerabilidade socioambiental de populações vizinhas a empreendimentos que colocam em risco o meio ambiente. Neste cenário, este trabalho busca o entendimento de como uma produção da cidade desconectada das estruturas socioambientais amplia a vulnerabilidade e exposição ao risco eminente. Para esse escopo, foram estudadas as comunidades dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, em Maceió/AL, cidade do Nordeste brasileiro, onde está ocorrendo um processo de esvaziamento populacional devido ao risco de colapso estrutural de ruas e edifícios, causado pela desestabilização do solo devido à extração industrial de sal-gema. Para a análise dos aspectos territoriais, sociais e administrativos significativos que podem ter contribuído na produção de uma cidade não compatível com as suas estruturas naturais e sociais, construiu-se um banco de dados a partir de referências de instituições públicas e privadas, e elegeu-se indicadores para o mapeamento de condições de vulnerabilidade socioambiental. Também foi pesquisada a dimensão política a partir da coleta de notícias veiculadas na imprensa e nos debates públicos em fóruns administrativos.

Apesar da legislação urbanística e ambiental brasileira ter estabelecido parâmetros importantes para a gestão do território no que tange a justiça socioambiental, pouco se tem discutido a relação territorial de risco com estabelecimentos industriais potencialmente perigosos. Além das questões de saúde e poluição, supostamente gerenciadas por um Plano Diretor ou mitigadas por Estudos de Impacto de Vizinhança, acidentes/impactos não previstos de desestabilização socioambiental dificilmente entram na pauta de discussão. Neste contexto, os bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro em Maceió sofrem há dois anos com rachaduras nos edifícios e crateras abertas nas vias. Mais de 600 famílias foram evacuadas. O problema foi recentemente diagnosticado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) como efeito direto da extração de sal-gema pela multinacional química Braskem, causando uma desestabilização generalizada do solo. O caso em questão coloca em evidência a necessidade de debates sobre as relações entre produção da cidade, gestão de risco e vulnerabilidade socioambiental. Discutir “vulnerabilidade socioambiental” e “gestão de riscos” no contexto brasileiro nos leva a refletir sobre a desigualdade socioeconômica, moradia social, legislação e gestão urbana e ambiental. As relações territoriais entre as forças econômicas e políticas que constroem as dinâmicas urbanas são diversas e sua análise na perspectiva da produção da cidade devem abordar fatores que facilitem a resiliência dos contextos sociais e ambientais. O estudo do caso de Maceió, ainda que singular, evidenciou lacunas (legislativas, políticas e administrativas) nessas discussões. Também permitiu especular como se deu o processo de gestão de conflitos e as medidas mitigadoras estabelecidas até o momento.

Contribuições geográficas e (geo)tecnológicas na análise dos determinantes sociais da saúde

Giselle Mansur

gisellemansur@usp.br

Universidade de São Paulo (USP)

Palavras-chave: geografia da saúde, determinantes sociais da saúde, favelas, mapeamento colaborativo, sistemas de informação geográfica.

Os determinantes sociais da saúde (DSS) são o alicerce das pesquisas em Geografia da Saúde, uma vez que a variável espacial é fundamental às análises de Saúde. A produção e ocupação do espaço não se dá de forma aleatória e desarticulada, processos como injustiça social, especulação imobiliária, gentrificação, favelização, determinam “quem é quem” nas cidades e quanto esta é inclusiva ou perversa com a sua população. Nesse sentido, processos como infraestrutura urbana, rede de saúde, emprego, lazer, alimentação, renda, mobilidade, violência, etc., são variáveis socioespaciais fundamentais para o entendimento da saúde e adoecimento das pessoas. A fim de cruzar dimensões diversas e proporcionar análises em várias escalas, os sistemas de informação geográfica (SIGs) são suporte fundamental para identificação dos DSS.

A finalidade desse trabalho é, de modo estruturado e reproduzível, identificar a localização de residências e mapear suas condições físicas e do entorno, como: características físicas da habitação, infraestrutura de água e esgoto, lixo, pavimentação das vias, etc. Essas variáveis devem ser lidas em conjunto e à luz dos problemas de saúde da comunidade mapeada. Os trabalhos de campo são intrínsecos ao desenvolvimento da atividade. A participação conjunta de profissionais de geografia associados aos agentes comunitários de saúde (ACS), que são moradores e profissionais da localidade, é imprescindível. São utilizados softwares de geoprocessamento, fotografias aéreas ou imagens de satélite e uma metodologia de campo desenvolvida exclusivamente para esse fim.

Em 1992 foi implantado o Programa Médico de Família em Niterói/RJ, inspirado no modelo cubano de atenção à saúde, no qual a atenção primária é destacada, além da prioridade de instalação das unidades de saúde nas áreas de maior vulnerabilidade socioespacial. Nessa perspectiva, a saúde está para além dos domínios médicos, relacionando-se fortemente com o contexto socioespacial da população. Em 2010 teve início a experiência de análises e ferramentas geográficas nessa instituição, buscando potencializar as análises da situação de saúde com os fatores de contexto, sendo os SIGs fundamentais para tal. Foram mapeadas condições habitacionais, urbanas, de saúde, de epidemias (dengue, zika, chikungunya).

Apesar de um dos IDHs mais altos do país, algo em torno de 25-30% da população niteroiense vive em habitações deveras precárias, o que é lugar-comum pelo país, marcado por ocupações como favelas, cortiços, palafitas. Para além do indivíduo, é preciso enxergar a coletividade, o espaço a que pertence e que o cerca, identificando vulnerabilidades sociais, econômicas e espaciais. Equipes de Geografia articuladas às equipes de saúde, por todo o país, podem sintetizar os efeitos dos DSS nos grupos populacionais, levando à contextualização dos indicadores resultantes, melhoria da prática cotidiana das equipes de saúde, contribuição nas ações de planejamento e gestão, e elaboração de políticas públicas integradas (de saúde, habitação, urbanas, ambientais, etc).

Inundações urbanas: a vulnerabilidade social como efeito da (re)produção urbana excludente

Virginia Amaralinda Calabrez Martins (1); Miguel Fernandes Felipe (2)

viamaralinda@gmail.com (1); miguel.felippe@ich.ufjf.br (2)

Universidade Federal de Juiz de Fora

Palavras-chave: Inundações urbanas – riscos – vulnerabilidade social – justiça ambiental.

Os estudos sobre riscos ambientais não devem ignorar fatores sociais e culturais que se manifestam na vulnerabilidade das comunidades. Isso, pois risco e perigo são frutos da segregação espacial e das desigualdades sociais, (re)produzidas pelo modo de produção capitalista. Assim, entende-se que os danos e os efeitos provocados pelas intervenções no ambiente e também pelos eventos, como de inundação, se dão de forma desigual, onde grupos sociais excluídos sofrem mais com suas consequências.

Metodologicamente o trabalho parte de uma revisão bibliográfica crítica sobre o debate da ocorrência de inundações urbanas a partir do diálogo entre os conceitos de vulnerabilidade social e justiça ambiental. Como caso exemplar utiliza-se a bacia do córrego Humaitá, na zona norte da cidade de Juiz de Fora - MG. A discussão teórica é embasada em autores da geografia urbana, do planejamento urbano e ambiental e demografia. Assim, propõe-se auxiliar na reflexão da justiça ambiental na produção do espaço urbano.

O processo de produção do espaço urbano contemporâneo preconiza a hegemonia do valor de troca, com as relações capitalistas degradando a natureza e o próprio homem. Assim, as mudanças físicas ocorridas no ambiente tendem a aumentar a suscetibilidade à inundação (canalizações de cursos d'água, impermeabilização da terra, retirada de mata ciliar, etc) e repercutem os efeitos dela sobre a população de forma assimétrica, pois a construção do urbano se dá de forma excludente e desigual. A bacia do córrego Humaitá representa uma área de grande exclusão social da cidade de Juiz de Fora.

Defende-se a utilização do conceito de vulnerabilidade social nos estudos de riscos, que para além de uma análise sobre a capacidade dos grupos sociais se prepararem e se recuperarem de um evento, ela também é produzida pela carência do Estado.

Nessa direção, são propostas ferramentas de análise das características da sociedade em risco. O índice de vulnerabilidade social proposto por Cutter (1996), reúne parâmetros sociais, econômicos e culturais em análises qualitativas sobre direitos civis e ambientais de cada grupo social. Esses estudos foram aplicados no Brasil por Hummel *et al* (2016), Armond (2018) e Rodrigues (2016).

Assim, pode-se verificar como os sujeitos se tornaram vulneráveis e visualizar o papel do Estado, das empresas, dos movimentos sociais e da própria população excluída na construção dessa vulnerabilidade.

O conceito de vulnerabilidade social contribui para o estudo de riscos a partir de uma abordagem crítica da dialógica sociedade-natureza, em que os riscos são sócio-espacialmente desiguais, provocados pelas injustiças sociais e ambientais eminentes no modo de produção capitalista. Assim, mostrar que as áreas mais suscetíveis a sofrerem com eventos como de inundação, estão ocupadas pelos grupos sociais mais vulneráveis, não por uma casualidade, mas pela lógica histórica da construção social e política do espaço urbano.

Entre medo e pertencimento: relatos dos moradores de áreas de risco

Jackson Ricardo Rosa (1) Bruna Leticia Lopes (2) Daniela Bodnar(3) Mariane Steiner(4) Daniela Amanda Silva(5) Gratchieva Losi(6) Marina Bernardes(7)

jackson.rosa@unidavi.edu.br (1); brunaleticia@unidavi.edu.br(2); danielabodnar@unidavi.edu.br(3); mariane.steiner@unidavi.edu.br(4); daniela.amanda@unidavi.edu.br(5); gratchieva@unidavi.edu.br(6); marina.bernardes@unidavi.edu.br(7)

Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI

Palavras-chave: Moradia. Inundação. Desastres Naturais. Arquitetura resiliente. Planejamento Urbano.

O território que compreende as cidades de Rio do Sul e Laurentino em Santa Catarina, possui um vasto histórico de ocorrência de inundações. Rio do Sul, a cidade mais antiga do Alto Vale do Itajaí, registrou a primeira grande inundação em 1911, a partir de então, ocorreram muitas outras em um espaço de tempo relativamente curto. A união de dois fatores foi decisiva para o desenvolvimento da vulnerabilidade da região: a ação humana e a pré-disponibilidade física a eventos naturais, visto que, ambas as cidades foram consolidadas seguindo projetos de ocupação urbana estruturados entre rios e morros. Esse modelo ditou a ocupação urbana, que se manteve às margens do rio Itajaí-Açu, e impulsionou alterações no ecossistema, levando ao desmatamento da mata ciliar, ocupação indevida nas encostas, entre outros fatores que agravaram as inundações ao longo dos anos. Deste modo, há diversas áreas de risco ocupadas, as quais são frequentemente atingidas pelas inundações, com destaque para assentamentos precários, acometendo às classes menos favorecidas. Diante disso, esta pesquisa teve como propósito analisar de que forma as inundações afetam o cotidiano dos moradores que residem em áreas de risco nas cidades de Rio do Sul e Laurentino. Os dados foram obtidos por meio de uma Avaliação Pós-Ocupação (APO), visando contemplar a pesquisa dos dois pontos: pessoa e ambiente. Sendo assim, foi realizada a partir de dados coletados com os usuários – entrevistas, seguindo um roteiro semi-estruturado elaborado pelos pesquisadores, com perguntas na escala do bairro e moradia, e analisadas a partir da análise de conteúdo. Assim como, foram coletados dados do ambiente construído, *in loco*, com levantamento de medidas das residências e registros fotográficos do local. Os resultados evidenciaram semelhanças nas respostas dos entrevistados, visto que, muitos relatos caracterizaram-se pelo sentimento de pertencimento e de comunidade, além dos sentimentos negativos trazidos pela inundação, como sensação de pânico e de impotência perante a tragédia. Outros aspectos também puderam ser constatados, como marcas das inundações, desistência de manutenção das moradias por parte dos proprietários, tipologias geralmente sem qualquer padrão, e seus materiais, na maioria de madeira. Além disso, foi possível verificar as alterações e adaptações produzidas pelos moradores, com o objetivo de minimizar os efeitos das inundações em suas moradias, como a elevação da mesma e o emprego de materiais mais resistentes; estratégias comumente propostas para uma arquitetura resiliente à inundação. Como conclusão, destaca-se o impacto negativo que a inundação provoca, principalmente para aqueles que sofrem com isso frequentemente. Os prejuízos, além de financeiros, também afetam o psicológico dos moradores. A pesquisa contribuiu para assegurar que ainda são poucas as ações de planejamento urbano municipal para tratar as áreas ambientalmente frágeis, e os principais investimentos se destinam em prestar socorro para as vítimas, que ainda assim, sofrem com a inexistência de moradias resilientes.

O papel da Universidade na construção da geografia da desigualdade e vulnerabilidade

Renata Bastos da Silva Ricardo José de Azevedo Marinho
renatabastos@ippur.ufrj.br (1); ricardo.marinho@cedae.com.br (2)

IPPUR-UFRRRJ (1); Instituto Devecchi (2)

Palavras-chave: desigualdade; vulnerabilidade; estratificação social; políticas públicas; benefício de prestação continuada (BPC).

A capacitação realizada nas ações colaborativas entre grupos de extensão universitária organizados na UFRJ e a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) do Rio de Janeiro visou a construção de uma cidade mais igualitária e para tanto deu início a elaboração da geografia da desigualdade e vulnerabilidade. Teorias e hipóteses sobre a desigualdade e vulnerabilidade nunca estão longe de discursos morais e políticos e tendem a carregar as marcas de nascença de que falou Tocqueville, impressas nos seus contextos socioeconômico e intelectual. Esse aspecto não será ignorado em uma geografia ancorada em uma perspectiva histórica. O olhar histórico sobre os discursos sobre desigualdade e vulnerabilidade e seus contextos é que justifica as hipóteses que norteiam nossa análise.

O detalhamento dos aspectos metodológicos vinculados ao uso de informações da SMASDH, começando pelas vantagens e desvantagens associadas a essa fonte de dados. Portanto, para dar transparência quanto possível e facilitar a replicação dos resultados, as decisões metodológicas foram construídas de forma colaborativa com a SMASDH. Por isso, se faz uma breve recapitulação da história do benefício de prestação continuada (BPC), enumera as fontes publicamente disponíveis para as estimativas e documenta todos os procedimentos necessários para o tratamento dos dados.

Uma visão geral dos resultados obtidos indica que o BPC foi usado pela Lei 13.846, 18 de junho de 2019, no móvel da campanha eleitoral de 2018 como espaço de combate a fraudes e irregularidades, mas com o fito de revisão dos benefícios, redução da judicialização e dos gastos com os benefícios. A história distributiva do BPC passa a ser a da corrupção entre os mais pobres no Brasil de 1993 a 2019, sem destaque algum para a fração que o recebe ser os mais pobres da população idosa adulta. Além desse contraste entre os pobres e o resto da população, os dados permitem a análise da ausência de repartição de renda entre mais pobres, que serve para deixar claro como, mesmo para o rodapé da população, a existência do BPC sequer arranha a concentração de renda. Por fim, encerramos a análise mostrando a robustez dos resultados.

Por sua própria natureza, as conclusões têm uma dimensão especulativa, exigindo certas qualificações. Dado o recorte temporal deste trabalho, é inevitável que a exposição histórica baseada no percurso de 1993 a 2019 ocupe o primeiro plano, em detrimento de quaisquer afirmações pontuais do período anterior que parte de 1974. De todo modo, pelo menos estamos em boa companhia, como também estivemos nas ações colaborativas do projeto Vida Públicas e nas alianças para as ocupações escolares em 2015, filiando-se a toda literatura sobre desigualdade e vulnerabilidade, que conta os debates recentes sobre a história da desigualdade e vulnerabilidade na Ibero-América.

Da geotecnia para a gestão participativa: uma análise crítica de três projetos de extensão universitária com foco na redução de risco de desastre

Samia Nascimento Sulaiman (1); Fernando Rocha Nogueira (2)

samia.sulaiman@gmail.com (1); fernandorochanogueira2808@gmail.com (2)

Universidade Federal do ABC

Palavras-chave: extensão universitária, gestão de risco, participação social, resiliência

A extensão universitária é o espaço-tempo propício para a articulação direta entre conhecimento científico e sociedade, vinculando inovação e compromisso social da Universidade. Nesse sentido, o Laboratório de Gestão de Riscos (LabGRis) da Universidade Federal do ABC (UFABC), São Paulo, promoveu três projetos de extensão universitária sobre redução de risco de desastre (RRD): em 2012, Gestão de Riscos Geológicos em Ambiente Urbano: Escorregamentos e Processos Correlatos, associado ao PROEXT MEC-SESu 2011; em 2015, Apoio à Construção de Política Pública Regional de Gestão de Risco de Desastres no Grande ABC, financiado pelo PROEXT MEC-SESu 2015; e em 2019, Caminhos participativos para a gestão de risco e desastre, subsidiado pela PROEC-UFABC. Este trabalho analisou e comparou conteúdos e métodos utilizados nos três projetos de forma a verificar o processo de evolução na abordagem teórico-metodológica sobre RRD e na participação social, tendo como referência a linha evolutiva de três marcos internacionais em RRD: Yokohama (1994), Hyogo (2005) e Sendai (2015). O primeiro projeto de extensão ofereceu aos organismos de Defesa Civil dos sete municípios da Região do Grande ABC, São Paulo, oficinas com palestras de especialistas e atividades de campo, dentro do enfoque geotécnico, para qualificar o mapeamento de risco e as intervenções para sua redução. O segundo manteve o formato de palestras mas ampliou tanto o público, formado por servidores de diversas secretarias dos mesmos municípios da região do Grande ABC, quanto a abordagem sobre RRD a partir da perspectiva da governança regional. O terceiro, ainda em andamento, configurou-se como um projeto de pesquisa-ação com foco na construção social do risco e em metodologias participativas, envolvendo lideranças comunitárias e agentes públicos dos cinco municípios da Bacia do Juqueri, também na Região Metropolitana de São Paulo. Constatou-se que os Projetos de Extensão para RRD da UFABC acompanharam as alterações de enfoque dos compromissos internacionais, evoluindo de uma abordagem limitada a aspectos técnicos e científicos para conteúdos e práticas orientadas à governança e à cultura de prevenção e resiliência. Dessa forma, as ações de extensão não apenas promoveram uma articulação do conhecimento científico com a sociedade, mas principalmente possibilitaram um aprimoramento da gestão pública com a ampliação das ações em RRD. Reforça-se, assim, o papel da Universidade em fazer a crítica ao fracasso das metodologias tradicionais, expresso na trágica persistência dos desastres a que se assiste, e apontar para o protagonismo dos atores locais e oportunizar processos de co-produção dos conhecimentos e compartilhamento das tomadas de decisões sobre os riscos como o caminho a seguir para comunidades seguras, resilientes e socialmente justas.

Rural-Urban Moatize: Water Harvesting Design Strategies to Enable Community Driven Development

Júlia de Souza Campos Paiva (1); Eliana Rosa De Queiroz Barbosa (2)

julia.souza.paiva@usp.br (1); queirozeliana@outlook.com (2)

Escola Politécnica - Universidade de São Paulo (1); KU Leuven - Engineering Sciences Architecture(2)

Palavras-chave: water harvesting, vulnerability, community driven development, Zambeze basin, Mozambique

This paper presents a design research on the Tete – Moatize conurbation in the Zambezi basin, Mozambique. This proposal intended to find measures of conserving available resources, supporting reforestation and taking advantage of the riverscape to enlarge the landscape capacity. Starting with a vision of creating resilience through landscape design, the project worked within dualities of extremes: wet versus dry; rural versus urban; endogenous versus exogenous processes. In order to find better territorial responses to the continuous man-made changes imposed on the landscape, this case study presents water as a key element to activate the landscape as a resource and a habitat.

The case study is part of a wider design-based research, organized as a studio, that discussed resilient solutions for Zambezi basin using a multi-scalar approach. It started with a fifteen-day fieldwork as a crucial immersion in the local conditions, when Key stakeholders, members of local communities and authorities were interviewed. Research on local conditions – i.g., fauna and flora, water cycle, geology and soil conditions, among others – and benchmarking of African water management projects were conducted. Moreover, community vulnerability indicators were used.

Moatize rural area is rapidly changing, mostly driven by foreign companies that negatively impact the environment, as well as socio-economical dynamics. Moreover, big disparities in water availability throughout the year result in huge floods and long droughts that impact local communities that live on the basis of subsistence agriculture. The more vulnerable the community, the more it relies on external interventions, which leads to lower capacity of questioning exogenous actions or claiming its agency in the provision of water services. Therefore, dealing with water dynamics can reduce community vulnerability and the reliance on outside interference.

The university, as an uninterested actor, should deal with the issues by taking into consideration the preexistences and cultural dynamics of local communities. By empowering locals through a community driven development approach, it can counterbalance the exogenous forces. Consequently, this project should not be seen as final result, but as a starting point of discussion, a technical guidance, that can be adapted in accordance with community response and implementation results.

The design process was based on learning from local knowledge and applying it to infrastructural solutions based on soft-engineering solutions. It proposes new spatial organizations that increase landscape resilience against climate change. The project proposes a water capture and distribution system, to be built integrated into natural cycles, with small scale elements and scattered management. As a result, the system can be better integrated with the landscape occupation and managed by the local community, facilitating its efficient maintenance. Consequently, there will be a reduction in outside dependency and lower reliance in western models of development.

Telhado Verde como Técnica Compensatória em Drenagem Urbana e Melhoria da Qualidade de Vida em Residência.

Letícia Peixoto (1); Nicolas Stahanov Carvalho; (2); Aparecida Silva Santos Carbone (3); Adriana Aparecida Ambrosio de Souza (4); João Paulo Barbosa Oliveira (5)

leh.peixoto@gmail.com (1); nikolas1stahanov2@gmail.com (2); cinda.carbone.pln@gmail.com.br (3); adriana.souza@unisal.br (4); joao.oliveira@sj.unisal.br(5)

UNISAL

Palavras-chave: Construção sustentável, telhado verde, sustentabilidade.

As moradias representam um bem indispensável para a sobrevivência do homem, um direito exigido que determine comumente um fator de preocupação das cidades. A diminuição da área verde nas grandes cidades e sua substituição por asfalto e cimento, coberturas de material cerâmico ou compósito de cimento e fibras minerais, impermeabiliza a superfície diminuindo a absorção de umidade. Estes fatores aumentam a temperatura ambiente e tem como consequência o uso acentuado de sistemas artificiais de refrigeração das construções. O uso de cobertura verde nas residências e o aumento de áreas ajardinadas poderiam amenizar significativamente a temperatura, além de contribuir para melhoria da qualidade de vida, interferindo na purificação do ar e na redução da poluição sonora. O sistema de coberturas verdes consiste na sobreposição de diversas camadas sobre uma superfície estrutural que, de modo geral, incluem: camada impermeabilizante, sistema drenante, substrato (meio de crescimento das vegetações) e plantas. A fabricação do telhado verde teve como principal parâmetro o método “Modular com Galocha”, pois este formato proporciona uma maior absorção da água e melhor aproveitamento da superfície de escoamento. A água escoada será retida em um tambor sendo analisada para posterior uso em atividades domésticas. Este estudo teve como objetivo principal o reaproveitamento de água de chuva auxiliando na economia e otimização do uso dos recursos disponíveis de um prédio público ou residência. Para obter uma melhor comparação entre os resultados, a estrutura foi dividida em dois módulos, sendo um o telhado verde, onde os moldes previamente fabricados foram colocados e o outro, uma telha utilizada tradicionalmente no mercado nacional, a de fibrocimento. A vegetação a ser cultivada foi muda de bromélia, da espécie NEOREGELIA FIREBALL, pois estas se adaptam muito bem ao sol e a sombra, além de não necessitar de repetidas regas. O protótipo implantado no que diz respeito à questão econômica, é de suma importância, pois torna possível a sua concretização e atrativo para replicá-lo em outros locais. Pode-se explicitar o aumento da vida útil do telhado, isolamento acústico e térmico e certificações sustentáveis, que podem trazer redução de gastos em uma moradia. No momento atual, as atenções estão extremamente voltadas tanto para a sustentabilidade urbana que engloba infraestrutura verde, telhado verde e todos os instrumentos que o urbanismo pode fornecer para reavaliar o comportamento das grandes cidades. Tendo em vista o aspecto ambiental, esse sistema traz um aumento da área verde, melhoria na qualidade do ar, minimiza os efeitos de ilhas de calor, combate ao efeito estufa, redução do escoamento superficial e o consumo de água potável para uso não potável. E sem dúvida, possui uma grande importância social, pois, protagoniza um papel de conscientização do reuso da água e da sustentabilidade em geral.

Memória urbana e o direito à cidade: um estudo de caso da trajetória da comunidade Marião em Contagem-MG.

Ettyenne Junia Maia
maiaenne@gmail.com
Arquitetas Sem Fronteiras Brasil (ASF BRASIL)

Palavras-chave: Urbano, Memória, Cidade, Direito, Etnografia, mapeamento.

Este trabalho traz discussões inerentes de uma investigação da memória sócio espacial para contextualizar a produção do espaço urbano contemporâneo, onde as dinâmicas capitalistas incidem sobre a história da cidade. A busca de uma abordagem historiográfica da produção social do espaço se apoia na possibilidade de recriar a memória dos que foram excluídos da sua visibilidade como sujeitos da urbe. Reconhecendo o direito à memória enquanto dimensão básica da cidadania que deve ser contemplada nas políticas urbanas. O Marião comunidade situada na cidade de Contagem, Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, foi o objeto deste estudo; Como a maioria das periferias existentes nesse país foi relegado à sua própria sorte, autoconstruído, sem regularidade fundiária e à margem da cidade oficial. Diante deste contexto, o objetivo deste estudo é resgatar a história da ocupação a partir dos relatos de seus moradores e também demonstrar a importância da memória sócio espacial para reivindicar o direito à cidade.

Define-se metodologicamente como um mapeamento etnográfico, respaldado pelas construções teóricas de alguns autores, dentre eles, David Harvey, Henri Acselrad e Henri Lefebvre. O mapeamento etnografia tem um olhar intimista do espaço urbano é um método participante onde o relato da população local da representação cartográfica é fundamental para os dados; entende-se que esta escala territorial adquire uma grande pertinência na investigação da cidade, à medida que proporciona uma maior visibilidade do seu cotidiano e de suas transformações morfológicas.

O Marião não é definido apenas por seus limites físicos e administrativos, mas também por sua vida comunitária e seus laços afetivos. Existe um sentimento de pertencimento nos seus moradores, fomentado pelas relações de ocupação e troca, criando uma identidade dentro do traçado da cidade. Assim sendo, a considerar que o direito à cidade está intrinsecamente ligado ao direito à memória. Orienta-se pela produção sócio espacial que não repudie sua própria historicidade, mas que possa dar-se conta dela pela participação nos valores simbólicos da cidade, de sua feitura coletiva; Sendo a dimensão fundamental das transformações urbanas e cidadania.

Como resultado, foi criado um mapa baseado nas experiências relatadas, com suas complexidades e necessidade de aplicar os conceitos apresentado em campo e na análise teórica, ou seja, inferir empiricamente a relação do direito à cidade ao direito à memória sócio espacial, dando voz ao espaço invisível e estabelecendo realidades simbólicas na condição urbana, vulnerável e resiliente.



EIXO 7

O papel da Universidade na construção de uma cidade mais igualitária

A Extensão Universitária na esfera urbana do Projeto “Direitos em Movimento: Territórios e Comunidades”.

Bruno Motta de Vasconcellos¹, Leandro Serra Silva Pereira²

brunodevasconcellos@uol.com.br¹; leandroterra@id.uff.br²

PUC-Rio

Palavras-chave: extensão universitária; assessoria jurídica popular; mutirão jurídico; ameaça de remoção; violação de direitos fundamentais.

Este trabalho tem como objetivo apresentar a atuação na esfera urbana na cidade do Rio de Janeiro do projeto Direitos em Movimento: Territórios e Comunidades, criado em janeiro de 2013, no âmbito do Núcleo de Estudos Constitucionais do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (NEC/PUC-Rio), sendo integrado por docentes e discentes dos cursos de graduação e pós-graduação da referida instituição de ensino. A iniciativa tem como objetivo articular atividades de pesquisa e extensão por meio do acompanhamento, orientação e assessoramento jurídicos de situações de ameaça, violação, denegação ou necessidade de consolidação de direitos fundamentais de comunidades urbanas e rurais; especialmente os direitos à moradia, à posse da terra e à produção autônoma.

A metodologia adotada pelo grupo orienta-se por uma pedagogia emancipadora que propõe relações de horizontalidade entre todos os envolvidos no projeto, de modo a criar oportunidades de interações participativas que possam ampliar leituras de mundo, desenvolver fazeres produtivos e reflexivos numa perspectiva de promoção da justiça social e do bem-estar coletivo. Estas interações pressupõem os participantes como sujeitos históricos imersos em seus contextos e procuram respeitar os saberes de cada comunidade, permitindo uma troca de conhecimentos de caráter interdisciplinar.

Os dois casos a serem apresentados remetem à prática denominada Assessoria Jurídica Popular. O primeiro surgiu pela demanda de moradores do Chapéu-Mangueira e da Babilônia sobre casos de cobranças abusivas nas tarifas de energia elétrica após a instalação das Unidades de Polícia Pacificadoras. Primeiramente, o objetivo foi compreender a situação relatada e analisar as contas apresentadas pelos moradores para posteriormente pensar junto aos mesmos alternativas ao caso concreto. O segundo caso, trabalho ainda em curso na comunidade do Horto Florestal, é sobre o acompanhamento de processos de reintegração de posse, e o processo de diálogo com os moradores sobre a situação judicial da comunidade.

No caso do mutirão do Chapéu-Mangueira-Babilônia, a análise dos dados coletados detectou uma série de cobranças padronizadas, configurando prática abusiva. Com base nisto, o grupo produziu um parecer e encaminhou ao Ministério Público para ser anexado em Ação Civil Pública promovida pelo referido órgão. No Horto Florestal, constatou-se a necessidade de um atendimento continuado enquanto durarem os processos e a situação de ameaça territorial.

FavLab

Verônica Natividade

veronica.natividade@puc-rio.br

DAU/ PUC-Rio

Palavras-chave: Favela; Fab Lab; Fabricação digital; Projeto participativo; Educação; Inclusão digital

Os avanços em inteligência artificial e robotização têm protagonizado os debates sobre o futuro da arquitetura e das cidades. A definição e produção de tecnologia e da agenda tecnológica costumam ser determinadas pelos países desenvolvidos.

As favelas, que hoje representam um terço das cidades latino-americanas, não são reconhecidas como territórios produtores de tecnologia. Ao contrário, são lugares onde design e tecnologia são considerados luxos desnecessários comparados com a ausência do básico. Mas é o mesmo acesso restrito a meios técnicos que promove a 'tecnologia da escassez', que transforma moradores da favela em hackers e makers produtores de tecnologia.

O laboratório digital da favela - FavLab - surge como instrumento para conectar os processos digitais acadêmicos à inventividade tecnológica das favelas. O termo FavLab está diretamente relacionado à rede global de Fablabs originada no MIT Media Lab. Sua primeira iniciativa foi um workshop realizado na Favela da Maré, fruto da colaboração entre Instituto Maria e João Aleixo (IMJA) e DAU/ PUC-Rio.

O workshop foi oferecido para estudantes de arquitetura e jovens residentes de favelas que trabalharam juntos para projetar e construir objetos para o espaço público da Maré. O grupo interdisciplinar foi composto doze alunos do IMJS e dezoito da PUC. O curso decorreu de 28 de janeiro a 8 de fevereiro/ 2019 e foi dividido em três fases: treinamento em modelagem e ferramentas de fabricação digital; concepção; e, fabricação e construção. Na primeira semana, os alunos tiveram aulas de modelagem, fabricação e antropologia urbana, visitaram possíveis locais de intervenção e desenvolveram propostas. Na segunda semana, os alunos realizaram ajustes de projeto para fabricação e montaram a intervenção.

A iconografia digital paramétrica ou "parametricismo", não foi particularmente apelativa para esse grupo. Os participantes estavam mais interessados no design paramétrico como técnica essencial para desenvolver projetos baseados em regras que permitissem adaptações rápidas às especificidades locais do que no seu potencial de criar formas exuberantes.

A proposta realizada foi um brinquedo de tubos trançados, com fitas de led em seu interior, ativadas por som captados por sensores. O conceito era dar voz aos moradores da comunidade, especialmente às crianças. Os alunos tiveram que combinar processos digitais e analógicos de fabricação para construir a instalação, preparar e programar o comportamento dos sensores e montar os circuitos eletrônicos. É importante notar que o conhecimento dos alunos da Maré em elétrica/eletrônica era superior ao dos universitários. O brinquedo funcionou como planejado e foi um grande sucesso.

Nesse experimento bem sucedido, buscamos demonstrar que considerar as técnicas digitais na arquitetura como fenômenos gerais dominados por forças sociais globais é excludente e inadequado para definir o status dos países em desenvolvimento. A inclusão da população favelada na discussão abre um novo debate sem precedentes com as comunidades digitais consolidadas: ouvindo e aprendendo com as favelas, como elas reavaliam a tecnosfera e encontram novos usos e fins para objetos e técnicas. Esta pesquisa por caminhos alternativos iniciados com o FavLab difere da atual subordinação da lógica instrumental, buscando aproximar-se da democratização tecnológica que vai além da barreira da práxis repetitiva rumo à "práxis inventiva" imaginada por Lefebvre.

Empoderamiento de mujeres empresarias: Contribución de la Universidad Politécnica Metropolitana de Hidalgo en México, para una ciudad igualitaria

Dulce Olivia Fosado Martínez

dfosado@upmh.edu.mx

Universidad Politécnica Metropolitana de Hidalgo. México

Palabras-chave: Empoderamiento, Desarrollo Local, Género, Propuesta Universitaria, Ciudad

Este trabajo aporta al debate sobre el empoderamiento de las empresarias mediante el fortalecimiento de su empresa y la efectividad de los esfuerzos del ecosistema empresarial. Es la segunda etapa de un trabajo previo; ahora solo las mujeres empresarias fueron el objeto de estudio y su entorno. Los resultados indican que su participación al frente de una empresa les ha significado una sobrecarga de la jornada laboral e inversamente proporcional hacia su empoderamiento personal como económico, por lo que la propuesta integral de la Universidad puede significar un empoderamiento en el mediano plazo, aprovechando las herramientas metodológicas con las que se cuentan y la proximidad socio-geográfica de la región de estudio y con estudiantes de Administración de Empresas y Arquitectura Bioclimática.

Se utilizó la perspectiva de análisis centrada en el actor (Long, 1992), el trabajo de campo abordó a informantes clave: hombres y mujeres al frente de una Mipyme en un primer acercamiento; tres municipios del Estado de Hidalgo, mediante encuesta, y grupos de enfoque, en un periodo de seis meses. Se hizo una georreferenciación mediante las Área Geo Estadística Básica del INEGI y datos registrados en la UPMH y el Instituto Hidalguense de Competitividad Empresarial. Se analizó cualitativamente y cuantitativamente la voz de las mujeres.

Se analizó la información de las mujeres con énfasis en las relaciones de género en la empresa y sus hogares para apreciar las implicaciones del acceso y control de las mujeres sobre sus ingresos, y transformaciones en procesos de empoderamiento, como la toma de decisiones y los cambios de comportamiento al asumirse ellas como las principales responsables de dicho empoderamiento. En su conjunto no se perciben como un colectivo de empresarias por rama o subsector empresarial, que les permitiera visibilizarse con los mismos obstáculos de acuerdo a la naturaleza de su empresa, dado que no hay un mecanismo que les permita conocerse y posiblemente apoyarse con figuras asociativas. Casi nula autopercepción como empresarias. El uso de tiempo está determinado por la edad de las mujeres, tienen mayor exigencia aquellas con hijos pequeños que al final del día reportan una doble-triple jornada al ser familias monoparentales y asumir la carga solas.

El entorno empresarial es precario y aún más para las mujeres, se halló que algunas de ellas cuentan con rudimentarias buenas prácticas gerenciales y eso resulta prometedor para su empoderamiento económico, son ordenadas y tienen nociones de actividades básicas de administración que en su conjunto es positivo. Es necesario atender la mala práctica de la inexistente cultura del asociacionismo como las cooperativas y compras consolidadas. La propuesta de la Universidad alienta los esfuerzos personales de las empresarias brindando acercamientos por subsector y con su propuesta integral de desarrollo local, que en casos específicos contribuyen al empoderamiento empresarial de las mujeres con mejores ingresos.

Disciplinas extensionistas: em busca de práticas e interações dialógicas para além da sala de aula

Juliana Demartini (1); Lara Alexandrina Amorim Nunes(2)
juliana.demartini@unemat.br(1); lara.nunes@unemat.br(2)
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) (1 e 2)

Palavras-chave: Arquitetura e Urbanismo; Interação Dialógica; Extensão Universitária; Assentamentos Autoproduzidos.

O objetivo desta comunicação é discutir a formação de profissionais de Arquitetura e Urbanismo, por meio de uma experiência acadêmica realizada em Mato Grosso, Brasil. Com base em experiências anteriores, realizadas a partir de Projetos de Extensão em Arquitetura e Urbanismo na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), buscamos promover um exercício com caráter extensionista à disciplina de Urbanismo 1 (turma 2018/2). Deste modo, o exercício de reflexão e projeção foi desenvolvido junto à comunidade de um bairro autoconstruído nas margens urbanas da cidade de Barra do Bugres, em uma gleba que anteriormente foi o “lixão” da cidade. Para isso, as/os estudantes se colocaram no papel de agentes técnicos promotores de processos participativos para a construção de cidade mais acessível àquela população. Para além da aplicação dos instrumentos técnico-normativos, como as Leis Nº 6766/1966 e Nº 10257/2001, por exemplo, as/os estudantes desenvolveram atividades de aproximação com moradoras e moradores do assentamento Jardim Paraguai. Participação e interação dialógica foram os conceitos que fundamentaram o exercício de projeção das propostas de urbanização, tendo como principais referências os autores brasileiros Paulo Freire e Carlos Nelson Ferreira dos Santos. Foram realizadas as seguintes etapas de trabalho: 1ª) levantamento de referências bibliográficas que contemplaram também estudos sistematizados sobre programas de urbanização já realizados no Brasil; 2ª) levantamento dos assentamentos autoproduzidos na cidade e escolha da área de trabalho; 3ª) atividades de interação dialógica para a coleta de dados primários, referente às aspirações de moradoras e moradores locais, incluindo crianças; 4ª) desenvolvimento do desenho urbano; 5ª) apresentação das propostas e debate. Esta experiência introduziu às/aos estudantes referências teórico-metodológicas fundamentais para o enfrentamento das questões urbanas que, em diferentes escalas, caracterizam as cidades brasileiras. Aproximando-se da realidade das moradoras e moradores do Jardim Paraguai, para além da observação, as/os estudantes tiveram a oportunidade de confrontar suas próprias intenções projetuais, ainda muito arraigadas ao pensamento modernista, com os anseios de quem construiu e vive o lugar. Como pontos positivos desta experiência podemos indicar: I) as/os estudantes puderam perceber com maior profundidade a complexidade do nosso ofício e a relevância de saber ouvir a população a qual o projeto se destina; II) nas apresentações dos trabalhos à banca avaliadora as/os estudantes fundamentaram suas propostas de acordo com as referências teóricas, projetuais, normativas e também com base nas narrativas das pessoas que moram no recorte territorial urbano – não mais se tratava de uma população genérica, nomes de moradoras/moradores foram citados nas apresentações das propostas em defesa e respeito às suas dinâmicas sócio-culturais; III) as propostas valorizaram “invenções do cotidiano” (Michel de Certeau), feitas por moradoras e moradores; IV) as/os estudantes quiseram retribuir às moradoras e moradores do assentamento o aprendizado e realizaram um evento com atividades recreativas para as crianças. Instrumentos normativos, como o Estatuto da Cidade e a Lei da Assistência Técnica, por exemplo, elaborados para o enfrentamento das questões urbanas e habitacionais. Precisamos formar agentes técnicos que as conheçam e reivindiquem sua implementação junto aos movimentos sociais. Neste sentido, para além das ações realizadas pelos grupos de Extensão Universitária e de Pesquisa, também a dimensão Ensino precisa proporcionar ao corpo discente em Arquitetura e Urbanismo referências e práticas mais coerentes com a realidade de vida de grande parte da população urbana brasileira, que ainda vive em assentamentos com infraestrutura básica e equipamentos e serviços urbanos ausentes ou precários.

O desenvolvimento de uma visão holística e multidisciplinar na formação do engenheiro comprometido com os valores da sociedade democrática, pluriétnica e racial

Yana dos Santos Moysés(1); Luiz Fernando Flores Cerqueira(2); Leticia de Carvalho Giannell(3)
yanasmoyes@hotmail.com(1); lfernandocerqueira@gmail.com(2); leticiagiannella@gmail.com(3)
Celso Lisboa (1 e 2); ENCE/IBGE(3)

Palavras-chave: engenheiro; formação; papel social; visão multidisciplinar; ensino aprendizagem; Porto Maravilha.

O papel social e a responsabilidade do engenheiro frente aos processos de modificação do espaço urbano e seus desdobramentos socioeconômicos, ambientais, políticos e históricos é notório. Contraditoriamente, a formação acadêmica desses profissionais ainda privilegia uma visão tecnicista e vincula o papel e a responsabilidade dos mesmos, normalmente, às necessidades das organizações onde estes possam atuar. Neste sentido, baseado no pensamento de autores que problematizam a tecnificação e disciplinarização do conhecimento/pensamento, foi concebida uma atividade acadêmica no sentido de contribuir com o desenvolvimento de uma visão holística e multidisciplinar do papel do engenheiro comprometido com os valores da sociedade democrática, pluriétnica e racial. A atividade de ensino-aprendizagem nasce de uma parceria entre três professores de formação multidisciplinar distinta de duas instituições (Celso Lisboa e ENCE/IBGE), os quais, além de transitarem pelas áreas de engenharia, arquitetura, geografia, oceanografia, educação, planejamento e ordenamento ambiental e territorial, possuem histórico de inserções em coletivos urbanos. Na atividade, foram aglutinados estudantes dos cursos de Engenharia Civil, Engenharia Ambiental e Sanitária e Engenharia de Produção. A Região Portuária do Rio de Janeiro foi tomada como espaço de análise. Nesse local, foi desenvolvido o projeto denominado Porto Maravilha inserido em uma lógica de empresariamento urbano, o que definiu os rumos daquele espaço, gerando, todavia, coletivos de resistência acompanhados pelos pesquisadores envolvidos, tais como o Fórum Comunitário do Porto. A atividade planejada proporcionou, inicialmente, a visita da Praça Mauá e o Museu do Amanhã, e do Morro da Conceição, local seminal da cidade. Em seguida, foi realizado um percurso por locais de moradia popular informal e visitado o antigo Cais do Valongo, um dos principais pontos de chegada de escravos no Brasil. Tal estrutura veio à tona durante as escavações para as obras de reurbanização. Por último, foi ainda visitado o Cemitério dos Pretos Novos, centro de difusão da história negra. Este funciona em imóvel assentado sobre um antigo cemitério informal, onde eram depositados os restos mortais daqueles que não sobreviviam à viagem entre a África e o Brasil (em condições sub-humanas). Neste local são desenvolvidas pesquisas arqueológicas que ajudam a explicar o processo de exclusão étnico racial brasileiro. Os alunos foram encorajados a resgatar suas histórias pessoais relacionadas à cidade e os professores as correlacionaram de forma a recompor uma teia capaz de colaborar com uma melhor apreensão dos múltiplos níveis de realidades que perpassam um projeto dessa magnitude. Posteriormente, os alunos produziram um trabalho teórico e iconográfico explicitando as questões que lhes causaram maior mobilização de ideias. Alguns apresentaram estar mais sensibilizados com questões que inicialmente não possuíam um protagonismo na atividade, como por exemplo, aquelas ligadas ao patrimônio histórico. Outros abriram uma janela para apreensão dos aspectos políticos e econômicos que regem as disputas entre os múltiplos atores que operam na cidade. Por fim, a produção acadêmica dos discentes corroborou o potencial da atividade de gerar maior sensibilização na formação do profissional de engenharia, que dentro de alguns anos estará (re) construindo a história da cidade. Assim, o potencial da atividade ultrapassa a dimensão da sensibilização individual dos estudantes de engenharia, considerando-se que, no médio e longo prazo, alguns desses sujeitos poderão estar implicados no desenvolvimento de projetos de reengenharia urbana para os quais uma visão holística e sensibilizada será fundamental no sentido de garantir os direitos e a memória das populações.

Conscientização para participação popular: apoiar as Discussões sobre o Crescimento das cidades e a gestão das águas

Lucas Nakamura Cerejo(1); Décio Pradella(2); Ériclis Freire(3); Bianca Rizk(4)

lucassnakamura@gmail.com(1); decio pradella@yahoo.com.br(2); lucassnakamura@gmail.com(3); bianca.rizk@hotmail.com(4)

PUC de Campinas (1, 2, 3 e 4)

Palavras-chave: Urbanização, Conscientização, Cartilha Digital, Participação Popular.

O cenário da urbanização contemporânea brasileiro apresenta os fenômenos da dispersão e fragmentação em cidades de diferentes escalas, do mesmo modo, é possível constatar o processo de segregação social e ocupação de áreas ambientalmente frágeis em sua maioria pela população carente, apresentando estruturas rudimentares e altos índices de impacto ambiental. A necessidade de conhecimento técnico operacional sobre as águas no meio urbano demanda diversas ferramentas. Para tanto, propomos a criação de uma Cartilha Digital no formato E-book Gratuito para a conscientização da população, alinhada com as determinações do Estatuto da Cidade, sobre questões relacionadas ao crescimento de suas cidades e seus impactos e sobre as áreas de preservação ambiental (APAs) e sua relação com os recursos hídricos, com ênfase na proteção ambiental.

Os caso estudado pelos autores será realizado no municípios de Jundiaí, no interior de São Paulo, considerando sua situação com reservatórios, qualidade das APPs urbanas e das águas pluviais, infiltração do solo, ocupações precárias e projetos sustentáveis, estudo de áreas com alta riqueza ecológica - servem como exemplos. As versões digitais em pdf, jpg, vídeo serão pré-testadas pelos autores no município de Jundiaí que acaba de estabelecer uma apostila física de papel, para em comparação verificar o alcance e resultados do material digital até o final de Dezembro. A formatação gramatical terá caráter coloquial e ilustrações, com dados objetivos e apresentados de maneira simples, facilitando o entendimento do leitor leigo.

A urbanização brasileira é marcada por dispersão e fragmentação, com grande desigualdade de oportunidades e rendimentos. Neste cenário, se mostra essencial a gestão participativa e democrática, prevista no Estatuto da Cidade - Art. 2º, II - e no Decreto presidencial nº 8.243/14 que criou os Conselhos Populares tendo em vista uma maior consciência ambiental, que segue a visão de Sabatini (2000) em relação a capacidade da população em se organizar e reagir à realidade dos grandes projetos urbanos, apoiados por informações sobre a preservação ambiental e gestão das águas que podem auxiliar em debates e na elaboração de propostas. Segundo Nogueira (2017, p.10, apud MARICATO, 2011) O aumento da participação da sociedade na construção dos seus rumos não significa, necessariamente, um aumento da democracia e muito menos que as cidades brasileiras estejam mais adaptadas às necessidades da população local.

Como Resultados, entende-se que o material proposto tem o potencial de ilustrar e comunicar a relação da cidade com as águas de maneira efetiva, podendo ser disseminado durante rodas de conversa e processos participativos para o orçamento municipal, Plano Diretor Participativo, diretrizes viárias, transporte e drenagem, desta forma, a cartilha digital servirá para o entendimento das águas urbanas, debates e questionamentos, além da elaboração de propostas por parte da população.

Bairro 2 de Maio “todos os dias”: a construção partilhada do direito à cidade e os desafios do programa Bip-Zip

Manuela Mendes(1); Gonçalo Folgado(2); Isabel Raposo(3); João Martins(4)

mamendesster@gmail.com(1); goncalofolgado@gmail.com(2); isaraposo52@gmail.com(3);
joaofcmarins@zonmail.pt(4)

CIAUD - FAUL (1, 2, 3 e 4)

Palavras chave: Bairro de habitação social, Programa Bip-Zip, urbanismo de proximidade, participação, direito à cidade

O Bairro 2 de Maio, localizado em Lisboa na freguesia da Ajuda é um bairro que até há bem pouco longe do olhar atento dos poderes públicos e quase invisível para a comunidade académica vizinha. Na sequência de trabalhos de alunos e estagiários da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAUL) e da articulação com atores locais e municipais dinamizada por docentes, foi implementado em 2013 o projeto "2 de Maio Todos os Dias" no âmbito do Programa BIP-ZIP da Câmara Municipal de Lisboa.

Este texto constitui uma reflexão sobre os antecedentes e sobre o processo de implementação deste projeto em particular, tendo o intuito de problematizar as implicações e dilemas que se colocam no quadro da conceção e implementação de um projeto participado e de curta duração num bairro de habitação social e a sua articulação com instrumentos urbanísticos em vigor, integrando as virtualidades do BIP-ZIP e o envolvimento da universidade. A finalidade primordial passou por promover a coesão socio-espacial associada ao empoderamento dos seus habitantes e, em suma, a construção partilhada do direito à cidade.

O programa BIP/ZIP inaugura um novo tipo de abordagem mais interativa, participada e de curta duração, nas áreas de intervenção prioritária, mas a sua articulação com os planos de longa duração é dificultada pelo funcionamento hierárquico burocrático e tecnocrático dos serviços municipais; a agilização desta articulação pode beneficiar da inclusão dos instrumentos de curta duração no sistema de gestão territorial e a mesma pode induzir uma maior participação pública no planeamento.

Fóruns híbridos de participação em projetos urbanos, arquitetônicos e paisagísticos: experiências de reconhecimento da paisagem urbana, de interação dialógica e construção da cidade.

Maíra Machado Martins(1); Patricia Maya Monteiro(2); Ana Carolina Xavier Soares(3); Felipe Berocan Veiga(4); Leticia Chrispim de Souza(5)

mmartins.maira@gmail.com(1); pmmayam@gmail.com(2); xs.anacarol@gmail.com(3); fbveiga@yahoo.com(4);
lchrispim@outlook.com(5)

DAU-PPGARq-PUC-Rio(1); FAU-UFRJ, MPAP-PROURB(2); FAU-UFRJ(3 e 5); PPGA/ICF-UFF(4)

Palavras-chave: metodologias de projeto participativo, projeto urbano, projeto paisagístico, ateliês públicos, baixios de viadutos

Este trabalho apresenta resultados do Projeto de Extensão “A Praça, a Rua e o Bairro”, que tem efetivado experimentos de participação em projetos urbanos, arquitetônicos e paisagísticos, em recortes espaciais diversos. O Projeto busca, através de fóruns híbridos de participação, o desenvolvimento de metodologias colaborativas, uma interação dialógica na elaboração projetual, e o contato entre discentes e sociedade. Visa ampliar a compreensão, para os participantes-moradores, técnicos, discentes - do seu papel como agentes de transformações sócio espaciais; um reconhecimento da cidade. Além disto, busca valorizar o saber local (Milton Santos, 1999), nutrido pelo cotidiano, como chave para a construção da cidade.

Na busca por democracia técnica, desenvolvemos diversas escalas e formas de interação dialógica. Os fóruns, ateliers participativos, tiveram formatos definidos por sua duração e dimensão, pelos tipos de participantes e por sua inserção – nos espaços da rua ou em espaços associativos ou acadêmicos. Na primeira etapa, de reconhecimento, houve deambulações, percursos etnográficos informados e diagnósticos rápidos participativos. Em seguida, os participantes desenvolveram proposições, fomentadas e apoiadas pela equipe da extensão. Por fim, houve avaliações e discussões sobre as propostas.

Em relação ao ensino, o projeto buscou demonstrar que projetar espaços é atribuição central do arquiteto urbanista, que não deve ser tomador de decisões autônomo, criando objetos e espaços não solidários às escalas de convívio e à cidade; nem mero executor de propostas funcionalistas e estandardizadas, subordinadas à lógica do mercado ou alheias ao lugar. Em relação aos recortes espaciais estudados, o projeto buscou reconhecer o contexto, a configuração espacial, os usos e apropriações espaciais, e também os agentes espaciais, e os valores e significados. Para estudar estes processos de produção do espaço (social), consideramos as práticas espaciais, as representações do espaço e os espaços de representação (propostos por Henri Lefebvre, 1974) presentes nos espaços urbanos estudados.

Neste processo, esperamos ter alcançado os seguintes resultados: o desenvolvimento de métodos de compreensão do conteúdo social e da cultural de um lugar, a partir da aplicação de métodos de investigação in situ; a integração destes no processo projetual; a demonstração das potencialidades do projeto como elemento motivador de construção social; o desenvolvimento de processos que envolvam equipes transdisciplinares e estimulem os leigos a passarem de espectadores e receptadores críticos das soluções ao papel de criadores; e assim que haja uma contribuição variada no engajamento e formação de agentes sociais diversos.

Aqui, apresentaremos: (1) as discussões teóricas e metodológicas empreendidas na construção da extensão; (2) as principais questões urbanas e paisagísticas dentro do recorte espacial trabalhado nos baixios dos viadutos do Bairro de Laranjeiras, e (3) o projeto processo, e as propostas já congregadas para este recorte espacial.

Luchas populares por la vivienda, el hábitat y el derecho a la ciudad en Montevideo.

Beatriz Rocco / beitar22@gmail.com

Universidad de la República. Facultad de Ciencias Sociales.

Palabras-chave: Cuestión urbana, cuestión social, derecho a la ciudad, sujetos colectivos.

El artículo busca dar cuenta de las diferentes expresiones de lucha popular urbana que, en torno a la vivienda, el hábitat y el derecho a la ciudad se constituyen en el Uruguay actual, analizando particularmente el caso de Montevideo. Si bien el país se ha caracterizado en estos últimos 19 años por un período de crecimiento económico sostenido, el acceso y permanencia a la vivienda y a un hábitat de calidad continúa siendo una materia pendiente para un gran sector de nuestra población. Procesos de larga data de profundización de modelos neoliberales generaron condiciones para que dicho acceso solo fuera posible vía mercado o, en su defecto, a partir de políticas públicas de carácter residual. Frente esto distintas expresiones de lucha popular se erigen, con diferentes grados de formalización y capacidades de presión y en un diálogo no exento de contradicciones con el Estado. Se parte de los hallazgos obtenidos a partir de las investigaciones llevadas adelante en el marco de las áreas “De-Liberación” y “Hábitat y Territorio” del Departamento de Trabajo Social, Facultad de Ciencias Sociales. A partir de las mismas, en un diálogo que involucra la enseñanza, la investigación y la extensión, se ha podido profundizar en los crecientes procesos de segregación urbano territorial que experimentan nuestras ciudades y sus consecuencias en materia de acceso a vivienda y hábitat de calidad, en especial para los sectores que sufren procesos de desafiliación de larga data. Asimismo, se destacan los insumos obtenidos a partir del Programa de investigación y desarrollo “Sujetos colectivos populares, autonomía y hegemonía: mundo del trabajo y territorios en el Uruguay 2005-2018”, desarrollado entre el 2017 y 2019. La ciudad fue acompañando estos procesos y manifestando sus consecuencias fundamentalmente mediante la consolidación progresiva de procesos segregación socio urbano territorial. En la actualidad en Montevideo esto se expresa mediante un acceso claramente diferencial a la vivienda y hábitat de calidad que, reforzado por otras expresiones de la desigualdad, complejizan las manifestaciones del fenómeno y su abordaje. Así, a pesar de una presencia mayor del Estado en estos temas en este último período, los sectores más empobrecidos de la sociedad siguen padeciendo las consecuencias más duras de los procesos antes señalados. En datos es posible observar como una disminución significativa de los niveles de indigencia y pobreza, así como de la tasa de desempleo, convive con una distribución geográfica desigual e inalterada de estos datos. Así, segregación social y urbanos espacial se encuentran y refuerzan y, de la mano con otras transversalidades que también hacen a la desigualdad (etnia, género, situaciones de discapacidad), nos indican con claridad un ejercicio claramente diferencial del derecho a la ciudad. Este devenir y esta situación da lugar a la emergencia de diferentes expresiones de lucha popular urbana, con distinta historicidad, formalidad, conformación, objetivos, capacidad de presión y reivindicaciones. Luchas con alcances y énfasis diferenciales, en un amplio abanico que incluye la demanda por servicios barriales (urbanos, sociales, culturales) y la gestión de los mismos, el reclamo por el acceso a la vivienda, la reivindicación de perspectivas feministas y ecologistas en el diseño de la ciudad, el freno a los procesos de gentrificación y, más recientemente, la defensa de los bienes comunes. Todas ellas, en un diálogo con gobiernos progresistas que imprime ciertas particularidades a las mismas. La cuestión urbana debe ser leída en diálogo con la cuestión social y las distintas formas que desde el Estado se han promovido para su atención, según diferentes momentos sociohistóricos. El derecho a la ciudad es aún materia pendiente para algunos sectores de la sociedad, o dicho diferencialmente, se ejerce diferencialmente según clase, etnia, género, generación y, en dialogo con todo esto, territorio al que se pertenezca. Como respuesta a estas situaciones, a estas manifestaciones de la desigualdad, social pero también urbana, existen distintas formas de organizarse, diferentes expresiones de lucha popular, que reclaman el acceso a una vivienda y hábitat de calidad. Analizar estas luchas, las de más larga data y las más recientes, las más fuertes y las menos, profundizar en sus demandas y resistencias y en el diálogo que mantienen con el Estado, constituye sin dudas una tarea fundamental desde la academia.

El Programa Integral Metropolitano de la Universidad de la República y los procesos de disputa por el derecho a la ciudad en la región noreste metropolitana de Montevideo.

Marcelo Pérez Sánchez (1), Lucía Abbadie (2), Leticia Folga (3), Lauren Isach (4); Juan Alves (5)
marcelo.perez9@gmail.com(1)

Universidad de la República

Palabras claves: Ciudad - Extensión Crítica - Conflictos Territoriales

El Programa Integral Metropolitano (PIM) es un programa plataforma de la Universidad de la República (UdelaR), que busca promover prácticas integrales de los servicios universitarios en el territorio del noreste de Montevideo, Uruguay. En esta ponencia presentaremos la experiencia del PIM en su territorio de intervención, focalizándose en el trabajo realizado por el núcleo Territorio, Comunidad y Derechos Colectivos. En particular, nos detendremos a reflexionar cómo este núcleo promueve acciones de trabajo junto a los sectores populares y las políticas públicas en pos del derecho a la ciudad, como derecho colectivo que pugna por ciudades más justas.

Analizamos algunas de nuestras prácticas con actores territoriales en relación a las condiciones para el ejercicio del derecho a la ciudad como derecho a decidir cómo habitar y circular por la ciudad, desde la integralidad.

Dialogamos además, como Freire nos interpela a pensar, sobre las dimensiones ético-política, pedagógica y metodológica de estos procesos de trabajo. Consideraremos tres prácticas concretas desarrolladas por el PIM a través de estas dimensiones, para lo cual utilizaremos tanto fuentes secundarias como registros de campo.

Seleccionamos tres prácticas:

Espacio de Formación Integral “Problemas Ambientales y Territorio: abordaje participativo de dos cuencas metropolitanas”, integra actividades de enseñanza, investigación y extensión, problematizando con organizaciones sociales sobre los residuos urbanos, la contaminación del agua y cómo afecta los habitantes de estos espacios.

El Proyecto de Extensión “Cárcel Pueblo” se desarrolla con Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo, y Psicología, promoviendo que actores académicos y personas privadas de libertad pongan en juego sus modos de entender, experimentar y vivir el habitar dentro de una cárcel.

En el curso de educación permanente “Abordajes territoriales en contextos desiguales” confluyen técnicos de política pública e integrantes de organizaciones. Con un formato seminario-taller, se busca problematizar los componentes de la desigualdad y dialogar sobre el territorio a través de cartografías colectivas.

En estas prácticas identificamos aspectos a partir de las dimensiones freirianas antes mencionadas. Desde la dimensión ético-política, las prácticas están orientadas por una ética de la autonomía, que se basa en los procesos de grupalidad y fortalecimiento de los sujetos con los que se trabaja, buscando eludir esquemas de tecnoddependencia. En la dimensión pedagógica, se busca la participación de los sujetos desde alternativas a los modelos aúlicos tradicionales. En cuanto a la dimensión metodológica, se utilizan metodologías participativas para comprender el territorio y abordarlo.

Las prácticas desarrolladas desde el PIM dan cuenta de la búsqueda de una praxis universitaria comprometida socialmente, donde se busca aportar a la reflexión crítica sobre los problemas sentidos por los habitantes del territorio metropolitano, incorporando elementos conceptuales en clave de un ejercicio reflexivo y acciones concretas de transformación de las condiciones y relaciones cotidianas.

A pesquisa participativa e as possibilidades da mediação de conflitos: o caso da atuação da universidade junto aos inquéritos ajuizados em ZEIS na cidade de São Paulo.

Simone Gatti - FAU USP

sifgatti@gmail.com

Palavras-chave: mediação de conflitos, ZEIS, assentamentos populares, habitação.

Este trabalho apresenta um registro da pesquisa realizada através de Acordo de Cooperação entre a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e o Ministério Público do Estado de São Paulo sobre os inquéritos ajuizados nas ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, que possibilitou a mediação de conflitos e comunicação com os diferentes setores da sociedade civil envolvidos na disputa pelo território. A partir da problematização dos processos históricos que envolvem a criação e os desdobramentos da implementação das ZEIS, serão apresentados os conflitos inerentes a três disputas territoriais acompanhadas no decorrer da pesquisa: (i) uma ZEIS 3 de conjunto de quadras ocupadas por moradias precárias em área de intensos conflitos sociais (as quadras 36, 37 e 38 de Campos Elíseos), (ii) uma ZEIS 3 pontual, demarcada sobre um edifício ocupado por famílias de baixa renda (a ZEIS onde está localizada o edifício da Ocupação Mauá), e (iii) uma ZEIS 1 ocupada por diversos conjuntos habitacionais (a ZEIS da Comunidade Água Branca, inserida no perímetro da Operação Urbana Consorciada Água Branca). A cooperação entre Universidade e Ministério Público possibilitou não apenas o cumprimento dos seus objetivos iniciais, que era o recolhimento de dados e informações dos inquéritos para a pesquisa acadêmica e a formatação de diretrizes e recomendações para o Ministério Público a partir de análises qualitativas e quantitativas sobre os temas em questão, mas atuou intensamente na mediação de conflitos e na integração dos diversos atores sociais envolvidos nos processos judiciais. Utilizando a terminologia do Action Research, desenvolvida pelo cientista político Kurt Lewin (1946), foi desenvolvida uma Pesquisa-Ação, feita com pessoas e não somente sobre pessoas ou para pessoas, que organizou condições para uma interação social entre os atores envolvidos nas disputas pelo território, porém com resultados concretos materializados na conquista de seus direitos. A partir da problematização dos processos históricos que envolvem as ZEIS, e com o objetivo de analisar diferenciações do instrumento por tipos de ocupação e/ou localização no território, serão apresentados os conflitos e incidências no processo judicial em três diferentes tipologias de ZEIS. Serão apresentados (i) os desafios das tratativas em áreas de requalificação urbana, onde há a existência de uma ocupação consolidada, (ii) as estratégias de intervenção e de controle social em uma área de intervenção urbana que visa a remoção total dos usos e ocupações existentes e (iii) em uma ZEIS gravada em um único terreno, ocupada por um edifício onde se manifestam conflitos de reintegrações e imissões na posse (inicialmente privadas e depois públicas) frente aos desafios da gestão das ocupações por movimentos de moradia organizados. A pesquisa trabalhou com os desafios que envolvem a efetivação da ZEIS como instrumento de acesso ao atendimento habitacional e garantia de permanência da população de baixa renda em áreas centrais. Os desafios envolveram os processos autoritários de intervenção urbana por parte do poder público municipal e estadual, a extrema vulnerabilidade social dos moradores, a ausência de políticas habitacionais que deem conta das dificuldades de acesso às habitações formais pela população mais vulnerável e as inúmeras dificuldades que envolvem o processo de controle social nos canais institucionais de participação popular. Da cooperação entre as duas instituições, dois efeitos foram identificados como mais significativos. Inicialmente a importância do acesso do Ministério Público aos conflitos sociais cotidianos no território, cujo conhecimento possibilitou uma atuação muito mais efetiva junto às ações dos governos municipal e estadual, não limitada apenas à judicialização mas ao uso de recomendações, oitivas e reuniões periódicas a fim de sanar os conflitos e coibir irregularidades. E também o empoderamento dos moradores que passaram a tomar conhecimento dos seus direitos, ampliaram o debate do interesse individual para o interesse coletivo e passaram a priorizar o diálogo para solução das questões, seja junto aos governos, ao Ministério Público ou entre seus pares. O debate sobre os desafios da efetivação das ZEIS e sobre a sua importância como instrumento indutor da aplicação do direito à moradia se coloca como fundamental no atual contexto de questionamento dos in-

strumentos do Estatuto da Cidade e de efetivação da função social da propriedade, tanto no âmbito acadêmico como político.

O discurso ambiental sob o viés “combate à pobreza” como forma de “exclusão social” em nome da “questão ambiental”: o caso da Comunidade de Itambi

Yana dos Santos Moysés

yanasmoyes@hotmail.com

Celso Lisboa

Palavras-chave: combate à pobreza; desenvolvimento sustentável; Comunidade de Itambi; exclusão social; questão ambiental.

O objetivo aqui é chamar atenção para as intencionalidades da incorporação do viés de “combate à pobreza” no discurso ambiental de determinados grupos sociais, um dos requisitos fundamentais do desenvolvimento sustentável definido na Rio 92, presente no terceiro capítulo da Agenda 21, intitulado, *Combate à pobreza: capacitação dos pobres*. Como forma de ilustração, o presente trabalho analisa o caso de expulsão da comunidade de caranguejeiros localizada em Itambi, distrito do Município de Itaboraí, situado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, especificamente em uma área do município compreendida por manguezais da Baía de Guanabara e sob jurisdição da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim desde 1984.

Para tanto, é realizada uma análise do histórico das políticas ambientais no Brasil e das políticas públicas privilegiadas no território desses sujeitos, de documentos legais e entrevistas com caranguejeiras/os, gestores das unidades de conservação e do PAC. A comunidade em questão, caracterizada com alto grau de parentesco, habitava o local antes da regulamentação da área de proteção ambiental, sempre extraiu recursos do manguezal para sua subsistência e teve seus modos de vida relacionados diretamente com os mangues e os caranguejos. Contudo, no início de 2007, esta vivenciava dois conflitos contraditórios: um com os gestores da APA de Guapimirim, de cunho preservacionista, com a regulamentação da Estação Ecológica da Guanabara; e outro de cunho economicista, dada a chegada do COMPERJ a 6 km da APA, com a ameaça aos mangues e aos povos da Baía de Guanabara.

Entretanto, apesar de contraditórios, tanto a criação da ESEC da Guanabara, como a instalação do COMPERJ representariam ameaças aos territórios de vida dessa população. Esse processo de expulsão, que já se dava de maneira aparentemente “indireta”, é concretizado com o Parecer Técnico 52/2007, que determinava a transferência da comunidade para apartamentos de um conjunto habitacional, inserido em um projeto do PAC do Município de Itaboraí, às margens da BR-493, via do Arco Metropolitano. A retirada das famílias da comunidade, reconhecida pelos documentos oficiais analisados nesta pesquisa como “favela”, representaria a consonância do “progresso”, fundamentado no capital, com a preservação ambiental. Ao elencarem a Comunidade de Itambi na definição generalizada de “favela” ou “ocupação clandestina” e não compreendê-los como os mesmos se autointitulam – uma comunidade tradicional de caranguejeiros e/ou pescadores artesanais, possibilitaram a estigmatização associada à ilegalidade desses sujeitos.

É nesse ponto que o discurso de desenvolvimento sustentável de cunho economicista incorpora perfeitamente o pensamento preservacionista. Não só na defesa de que a criação de determinados espaços intocados está entre uma das soluções para a manutenção do sistema produtivo dominante, mas, sobretudo, na compreensão da pobreza enquanto o principal fator de degradação ambiental. Assim sendo, a retirada da comunidade é legitimada: primeiro, pelo aumento da qualidade de vida que o projeto proporcionaria para a Comunidade de Itambi e para as outras populações que vivem nas proximidades; segundo, em função da construção da ilegalidade dessa ocupação; e, terceiro, pela ideia de uma incompatibilidade entre a comunidade e a preservação da APA de Guapimirim. Esses três pontos presentes nos discursos ambientais de ambos os grupos se entrelaçariam e construiriam um discurso ambiental em comum naquele momento, o qual funciona, não raramente, para legitimar determinadas práticas de “exclusão social” em nome da “questão ambiental”.

Município-Quilombola: métodos e conceitos para a construção do território negro brasileiro. Estudo de Caso: Quilombolas do Piauí – Brasil.

Caio Frederico e Silva (1); Patrícia Macedo Ferreira (2); Muhammad Braga Bazila (3)

caiosilva@unb.br1; patpiaui@gmail.com2; bragabazila@gmail.com3

Universidade de Brasília (1); INCRA (2); UnB / Coletivo Negro de Estudantes da FAU-UNB(3)

Palavras-chave: comunidade quilombola, cidadania, cultura, territorialidade, mapeamento.

O direito de propriedade das comunidades quilombolas só foi reconhecido formalmente um século após a abolição da escravidão no Brasil. As repercussões da conquista desse direito são alvo de debate corriqueiro. No Brasil, há 1696 territórios quilombolas com processo de regularização fundiária em andamento. Neste sentido, o objetivo deste artigo é apresentar o mapeamento dos municípios piauienses que possuem registros quilombolas em todas as escalas de aprovação, problematizando quão ramificada é a inserção dos territórios quilombolas no estado do Piauí. Neste sentido, a discussão passa pela construção do território étnico como espaço construído a partir de referências de identidade e pertencimento territorial onde a população compartilha a origem e a repercute. Por sua vez, o redesenho do território urbano e todo o tecido das cidades dos municípios recebem continuamente influência desses territórios quilombolas, sendo que a representação dessas áreas é desconhecida das escolas de arquitetura e urbanismo.

Este trabalho está organizado em quatro momentos. Inicialmente, discutem-se as lacunas da temática território quilombola na literatura, onde elencam-se critérios para a conceituação do quilombo contemporâneo. Num segundo momento, parte-se para a coleta de dados das comunidades quilombolas piauienses reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares e em processo de regularização fundiária no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Sequencialmente, parte-se para a modelagem computacional via software ARQGIS dos dados municipais onde há algum registro dos assentamentos quilombolas. Por fim, desenvolve-se um mapa ancorado numa reflexão crítica sobre a inserção dessas comunidades no território. O trabalho apresenta, portanto, um novo olhar sobre a inserção das áreas quilombolas no território brasileiro. O faz por meio de um método estruturado de identificação do território quilombola inserido no município, o que está sendo cunhado aqui como Município-Quilombola. Assim, considera-se a construção do quilombo contemporâneo e sua presença no território como um “contribuinte social” para a construção da identidade, da territorialidade e da cultura das próximas gerações. Esse método pode subsidiar a pesquisa de dados demográficos para a sua melhor inserção na academia, por meio da discussão da formação das profissões ligadas ao espaço território, etc. arquitetura, engenharias, geografia, comunicação e turismo. O trabalho elenca pautas para serem discutidas no âmbito da formação do arquiteto e urbanista, levantando a provocação: qual o legado dos povos originários para a formação do arquiteto e urbanista? Qual a contribuição da relação sustentável dos povos quilombolas podemos aprender para a melhoria da produção da arquitetura? Discute-se que a construção do município brasileiro negou historicamente a inserção do território quilombola, e sua retomada que passa a ser questão geopolítica, recuperação e construção de identidades. Assim, o mapa do Brasil precisa ser redesenhado com o registro de todos os territórios quilombolas, o que enriquece a nossa memória. O método também é apoio metodológico para a construção de mapas de outros territórios étnicos. Conclui-se que é emergente a inserção desta pauta nas escolas de produção do espaço seja ele técnico ou cultural: arquitetura, engenharia, geografia, comunicação e artes. Por fim, acredita-se que o mapeamento seja uma estratégia eficaz de resgate cultural e registro de memória, contribuindo como educação e reconhecimento da inserção da população quilombola na formação do Brasil e do brasileiro.



PÔSTERES

Dialética da exclusão. A Urbanização da Desigualdade.

Lincoln Paiva

lp@mobilidadeverde.org

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Palavras-chave: Desigualdade socioespacial, urbanização da pobreza, exclusão social, população em situação de rua, IPTU.

Segundo o economista português António Vale e Vasconcellos (1984), a cidade é o local onde tudo afeta tudo. A dinâmica urbana é um fenômeno econômico socioespacial que contribui para a formação e transformação do solo urbano. A desigualdade socioespacial seria o resultado de padrões de uso do solo motivados por interesses econômicos da produção do espaço abstrato. A localização é um produto das forças econômicas que determinam e condicionam o desenvolvimento da cidade. Dados do IPTU da cidade de São Paulo de 2016 revelaram que menos de 1% dos donos de imóveis da cidade de São Paulo detinham 45% da valorização imobiliária, isso significa que apenas 22 mil pessoas detinham R\$ 749 bilhões em imóveis enquanto no outro extremo da riqueza, 32 mil pessoas viviam em situação de rua. Há uma profunda relação entre a extrema riqueza espacial e a extrema pobreza socioespacial. A característica mais marcante dessas duas realidades é que elas são invisíveis para a sociedade. A falta de coesão das políticas públicas entre desenvolvimento urbano e assistência social agrava o problema.

Análise da evolução da população em situação de rua através das pesquisas censitárias de caracterização socioeconômica da população adulta realizada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), disponibilizada pela prefeitura de São Paulo nos anos de 2.000, 2003, 2006, 2009, 2011 e 2015. Análise dos principais indicadores econômicos de desemprego, déficit habitacional e o índice GINI de desigualdade de renda. Como antítese foi analisada a valorização imobiliária na cidade e a alta concentração de valor imobiliário, através dos dados dos contribuintes de IPTU da cidade de São Paulo. Série Histórica de 1995 a 2019.

A hipótese é que a exclusão socioespacial é resultado das políticas públicas orientadas pelo e para mercado que transfere o ônus da desigualdade espacial, sobretudo às resultantes da extrema pobreza para a assistência social que não atua na organização direta do território. A excessiva valorização da terra, os padrões de utilização do solo, a localização como produto de mercado são geradores de exclusão econômica e socioespacial. A concentração de riqueza cria barreiras que impedem os mais pobres de exercerem suas capacidades para superação da pobreza, levando-as por diversas vias, à vida nômade em áreas periféricas e centrais de alta vulnerabilidade social e para os baixios e sarjetas da cidade condenando a grande parte da população a uma vida miserável, paupérrima e invisível.

Dados da Associação Estadual de Pessoas em Situação de Rua chegam a ser 3 vezes maior do que o censo da Prefeitura de São Paulo, mesmo com recuperação e diminuição da desigualdade de renda na cidade de São Paulo em 2015, porém a população em situação de rua continuou aumentando a cada ano. Especialistas e governo colocam a culpa na crise, no entanto, a explicação mais plausível é que a produção imobiliária que continuou em alta, voltada para as camadas mais ricas da sociedade. Reportagem do Jornal O Estado de São Paulo de 2016, mostrou que há 820 mil imóveis estão nas mãos de menos de menos de 1% dos proprietários mais ricos, cada um tem em média R\$ 33 milhões em patrimônio imobiliário, em termos de localização isso significa 45% de todo o valor imobiliário da cidade, ou seja, cerca de 25% de todos os imóveis da cidade estão nas mãos de menos de 1% dos proprietários. A organização da cidade nos moldes atuais não suficientes para diminuir as distâncias que separam pobres e ricos e amplia ainda mais a extrema riqueza da extrema pobreza que instituiu padrões de uso do solo que são essencialmente motivados por fatores econômicos que visam lucros cada vez maiores, é preciso romper com este ciclo, com os princípios básicos da economia urbana que definem o uso do solo, essencialmente pelo valor de troca, como maximização do lucro para uma economia que visa à maximização do bem estar social.

São Paulo inversa: Periferia é Periferia.

Carina Serra Amancio (1); João Sette Whitaker Ferreira (2)

carinaserra@gmail.com (1); whitaker@usp.br (2)

Universidade de São Paulo

Palavras-chave: urbano, lutas urbanas, periferia, movimentos sociais.

Em quase duas décadas de mudanças citadinas e das condições de vida da população brasileira, a metrópole Paulistana experimentou várias fases de desenvolvimento econômico e social, com impactos territoriais que impactaram e multiplicaram as lutas urbanas. O início do século XXI se caracteriza por um expressivo crescimento econômico, mas com limitado efeito sobre as dinâmicas estruturais brasileiras. As contradições se vêm também no território: pela primeira vez na história os gastos com mobilidade passaram a ocupar o segundo lugar na categoria do orçamento familiar, superando a despesa da alimentação (POF). O preço dos aluguéis também acusa um acirramento das condições de vida urbana: em São Paulo entre 2005 e 2014, o aumento foi de 192% (Oxfam). Em contrapartida, as mobilizações e a multiplicação de iniciativas das periferias indicam uma mudança social e urbana em curso. Dessa análise, depreende-se que um projeto de reestruturação urbana e social implica em considerar essas novas configurações coletivas, o que nos direciona a uma compreensão dos efeitos desses conflitos nas ações coletivas em uma metrópole dispersa e desigual.

Para analisar as mudanças sociais e econômicas em curso, tomando São Paulo como caso de estudo, retomaremos bibliografias do campo da ciência política, assim como levantamentos da renda per capita do brasileiro e o mapeamento de indicadores das condições territoriais. Para compreender a multiplicação das ações coletivas, nos apoiaremos em relatos jornalísticos e trabalhos acadêmicos que vislumbram esse novo quadro de mobilizações periféricas. Por fim, utilizaremos um estudo de caso para assimilar esse sujeito periférico e a relação com o urbano como espaço de disputa: o Movimento Cultural das Periferias.

Essa metodologia tem uma abordagem territorial e socioespacial que enuncia as diversas contradições e complexidades do espaço urbano pela ótica do sujeito periférico urbano. Isso nos permite projetar as características econômicas, políticas e sociais no território. Se nos massivos levantes das décadas de 70 e 80 a matriz discursiva girava em torno da reconstrução democrática e da justiça social, agora as pautas pelo direito à cidade, e o pertencimento democrático do território inauguram e potencializam os discursos e demandas.

Os acirramentos das condições de vida influem nesses discursos; do ponto de vista objetivo, vemos o aumento expressivo do tempo de deslocamento, a expansão geográfica para além dos centros de infraestrutura urbana e a mudança das dinâmicas de trabalho. Já no campo subjetivo, podemos apontar a ressignificação do termo “periferia”, assim como uma nova forma de apreensão do “direito à cidade”, incluindo um conceito de empoderamento, de desmistificação da pobreza e violência, além de um reforço à cultura e potência desses sujeitos frente às problemáticas socioespaciais em que se encontram.

Diante de toda a complexidade e ramificação das novas adversidades urbanas, a notoriedade do sujeito que não só vive a cidade, mas agora se utiliza de seu território como ambiente de disputa, pertencimento e discurso, se torna pertinente e pode nos elucidar quanto aos novos rumos da política urbana. Se as cidades, e em especial a metrópole de São Paulo, se encontram em uma situação de ruptura, essas novas configurações coletivas podem confrontar esse espaço e seus rumos.

Habitar a Caixa Preta

Alexsander de Paula Pereira

pps.alexander@gmail.com

FAU - UFRJ

Palavras-chave: zona-portuária; memória; fenomenologia; imagem; herança-africana

A pesquisa faz parte de um projeto que adotou como campo de estudo as superfícies rugosas da região portuária carioca. As inquietações que dão origem ao trabalho surgem quando, ao realizar um levantamento de dados estatísticos, constatou-se uma discrepância entre a capacidade infraestrutural e a densidade populacional do local. Trata-se de apenas 32 mil habitantes em 5 km², um terço de toda Zona Central da cidade do Rio de Janeiro, a qual possui quase 7 milhões de habitantes. Um verdadeiro paradoxo. Em dados comparados, 5km² na cidade de Barcelona abrigam 251 mil pessoas. Ao questionar-se os motivos que levam a região a tal configuração, um abismo de estratégias políticas, planos urbanísticos, memórias e esquecimentos se abre.

Um retorno aos primeiros traçados de ocupação dessa superfície se faz necessário. É quando, então, se esbarra na tragédia humanitária do Cais do Valongo, naquele que hoje é tombado como patrimônio da humanidade pela UNESCO, habitam os destroços que construíram a história desse país. Racismo, intolerância, desigualdade e marginalidade configuram o quadro atual do Brasil, contudo, muito mais do que um momento político, são resultados de um longo processo que reverbera os séculos de extermínio praticado na sociedade brasileira, e tudo foi gestado ali, nas palavras de Dodô Azevedo, nesse "útero de pedra, sangue e rotina".

Busca-se, através de um intenso estudo teórico e observações práticas, uma análise apurada dos processos de formação da Zona Portuária e como a mesma converteu-se no centro de transformação e criação da cultural e identidade carioca, configurando-se como Pequena África brasileira. Para tal, adota-se um embate entre a paisagem programada por planos urbanísticos e a paisagem imaginada pelo vivido, a partir de três instâncias: a apresentação, que constitui um quadro de histórias, memórias e esquecimentos cartografados; a representação, elaborada através de uma investigação de projetos alternativos com um olhar desviado sobre a região; e a presentificação, que consistiu em alguns ensaios práticos feitos in loco.

Os autores e conceitos relevantes envolvem o discurso do escritor e cineasta Dodô Azevedo sobre o Cais do Valongo, o cruzamento dos discursos sobre memória de Halbwachs, Ricoeur e Huyssen, as maneiras de fazer e caracterizar o cotidiano de Michel de Certeau, o estudo da fenomenologia da percepção dos corpos em extensão de Merleau-Ponty e a Filosofia da Caixa Preta de Vilém Flusser, que norteia os desdobramentos deste estudo.

Com a pesquisa, o objetivo é articular os conceitos necessário para fazer do Cais do Valongo um lugar que transpasse sua função turística atual, e o configure como uma espécie de ágora grega, um plenário aberto à inelutável necessidade de discussões políticas, sociais, ambientais e culturais, um espaço que exala passados presentes e que anseia pelo que será do futuro da cidade carioca e do país como um todo.

Análise do impacto da exploração imobiliária de autoconstruções em áreas degradadas: O caso da Favela Nova Jaguaré

Bárbara Barioni (1); Hamilton Carraro Jr. (2)

barbaracavalcanteandrade@gmail.com (1); hcarrarojr@uol.com.br (2)

Centro Universitário Anhaguera de São Paulo

Palavras-chave: Ocupação irregular; Habitação Social; Verticalização.

Este trabalho reflete sobre o crescimento vertical das favelas no contexto da autoconstrução, como resultado da apropriação irregular de espaços não edificados, nos interstícios de empreendimentos de habitação de interesse social, motivado pela exploração comercial para a criação de áreas destinadas a usos diversos, tais como residencial, comercial ou de serviços de apoio a moradia, uma vez que, os usos não residenciais, embora não sejam contemplados pela legislação vigente e portanto, não previstos nos projetos de arquitetura propostos para a habitações de interesse social ou intervenções urbanísticas em zonas correlatas, são de fato, necessidades objetivas dos moradores da comunidade. Para tanto, foi estudado o caso da Favela Nova Jaguaré, comunidade localizada na zona sul da cidade de São Paulo.

Às margens da Marginal Pinheiros, a comunidade se encontra em uma área de risco, devido a topografia acentuada e a precariedade do assentamento. As primeiras construções irregulares datam da década de 1960, em terreno destinado à implantação de área ajardinada, em uma gleba loteada pela Companhia Imobiliária Jaguaré. No início da década de 1990 a região recebeu seu primeiro empreendimento dedicado à habitação social no programa Cingapura, além de obras de contenção da encosta. Posteriormente as áreas comuns do conjunto habitacional foram ocupadas por outras famílias, em construções irregulares. No ano de 2005 a região recebeu novas intervenções da prefeitura pelo Programa 3R's, que trata da recuperação do crédito, revitalização dos empreendimentos e regularização fundiária e tem como finalidade o enfrentamento da degradação dos conjuntos habitacionais de interesse social.

Como metodologia de pesquisa utiliza-se estudo teórico à luz dos conceitos de Incremental House, que se valida na observação da ocupação Nova Jaguaré, no sentido de que os ocupantes, embora desconheçam a teoria, desenvolvam os mecanismos necessários para ampliar e customizar as soluções espaciais e urbanísticas do território com base nas próprias necessidades. A elaboração de cartografia, com base em levantamentos *in loco* e remoto, abordando diferentes períodos, permitiu analisar a verticalização progressiva da região. A partir da leitura do território o estudo identifica novas ocupações, situadas em áreas de interstício dos empreendimentos de habitação de interesse social localizados na região, onde percebe-se inclusive o crescimento vertical dessas ocupações.

Neste sentido, também verifica que a verticalização, muito além de mitigar o problema habitacional familiar, passou a representar uma estratégia financeira informal, baseada na locação de cômodos, consolidando a ocupação como uma importante fonte de receitas aos proprietários dos edifícios.

Essa análise passa pela verificação do efeito de políticas sócio-econômicas, como micro-financeiros destinados a apoiar o processo de autoconstrução como o Programa Cartão Reforma (Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017), que concede subsídio financeiro para a aquisição de materiais de construção. Especula-se então que o impacto econômico dessa medida produziu os meios necessários para a expansão dessa atividade.

A ontologia do ser social nas emergentes formas de apropriação do espaço público urbano em grandes cidades

Maria Gabriela Lisboa
mgabrielalisboa@gmail.com
Universidade do Estado de Mato Grosso

Palavras-chave: Espaço público; apropriação; ressignificados; ser social; transformações.

O espaço urbano é composto por um conjunto de lugares, públicos e privados, com diferentes significações próprias. Por meio da apropriação o ser atribui novos significados aos lugares, sendo estes, uma forma de representação da sua própria existência. A espécie humana é composta por indivíduos que têm um modo de vida em sociedade, sendo então, os indivíduos, seres sociais. O urbano, sobretudo o espaço público, se apresenta como local de convergência social, desempenhando um meio para sociabilidade e desenvolvimento cultural, acolhendo necessidades e vontades subjetivas dos indivíduos que nele habitam, possibilitando a consolidação de diferentes modos de utilização, modos estes, que atravessam o planejamento urbanístico e as normatizações, como é o caso das práticas aqui abarcadas.

Por meio de uma pesquisa teórica buscou-se compreender a relação entre ser e espaço, reunindo conceitos que envolvem estes dois elementos e como ambos atuam entre si, nos processos de formação e transformação urbana. Para que, posteriormente, e com base nestes conceitos, seja possível entender o que as apropriações aqui apresentadas representam diante da presente realidade socioespacial. Adotando-se, além da arquitetura e do urbanismo, a filosofia, geografia, sociologia, antropologia, entre outras áreas do conhecimento, com objetivo de se estabelecer transversalidades contextuais. De modo qualitativo, foram explorados os fatos e objetos sociais envolvidos na temática a partir de bibliografias pertinentes à mesma.

Os espaços públicos, como sendo local de sociabilidade, passaram por diversas metamorfoses em conjunto com a sociedade, desempenhando diferentes papéis e usos, em diferentes culturas e tempos. Os processos econômicos foram determinantes para essas transformações, pois influenciaram também no modo de vida dos indivíduos. Traz-se uma análise sobre como o capitalismo associado à industrialização colaborou para o estado de urbanidade atual, refletindo nas maneiras de utilização dos espaços públicos. E como as apropriações destes espaços são ações que manifestam as constantes metamorfoses do ser social e do surgimento de novos desejos adaptados às condições existentes. Quatro emergentes formas de apropriação são destacadas neste trabalho, sendo elas: o streetskate e o parkour, que se apropriam de elementos da materialidade urbana, ressignificando-os, e tornando a cidade como um campo para a prática das mesmas; também o grafite e o pixo, que se apropriam das superfícies das cidades como meio para expressão individual e/ou coletiva, intervindo visualmente nos espaços e atribuindo novos significados à paisagem urbana.

A apropriação dos lugares rompe com as formas de domínio e coação existentes na estrutura social e no plano territorial, que concebem e catalisam ações que insurgem à tal realidade. Por meio destas ações, o ser social reivindica um papel ativo na vivência urbana, obtendo, assim, uma nova ótica sob o espaço. Tais práticas revelam as constantes transformações do ser e as contradições presentes na cotidianidade. A partir destes aspectos, por meio do conteúdo reunido neste estudo, busca-se trazer novas reflexões a respeito dos espaços urbanos produzidos, apropriados e ressignificados pela apropriação.

Enfrentamento da Segregação Socioespacial no ensino da Arquitetura e Urbanismo.

Felipe da Motta Bueno (1); Wilson Ribeiro do Santos Junior (2)
felipemottabueno@gmail.com (1); wilson@puc-campinas.edu.br (2)

Palavras-chave: Segregação socioespacial; Ensino de Arquitetura e Urbanismo; Papel social da Arquitetura e Urbanismo; Atualização crítica da atuação profissional.

A combinação do constante crescimento populacional e urbano, somado à repercussão do capital financeiro globalizado associado ao mercado imobiliário, tem efeito nocivo no território, trazendo consequências degradativas na condição de vida das populações de baixa renda, como a precarização das moradias e do meio urbano. Assim reflete as diferenças sociais no espaço urbano, representadas pela segregação socioespacial no contexto latinoamericano, o que potencializa as condições de miséria, e que impede famílias inseridas nesta situação consigam emergir a uma vida melhor. Partindo desta premissa, o atual trabalho visa incitar a discussão do papel das Faculdades de Arquitetura e Urbanismo, no enfrentamento das problemáticas contemporâneas que são causa e consequência do meio urbano criado a luz da confluência citada acima. Discutindo se tais profissionais estão conscientes dessa problemática urbana, ou melhor, estão sendo conscientizados pelas entidades de formação ou representativas?

O método de investigação pressupõe análise documental, com estudos de revisão bibliográfica da literatura especializada sobre segregação, baseando-se em SABATINI/BRAIN e GUEVARA. A visão sobre a pedagogia se baseia em FREIRE, refletindo o ensino da pedagogia dos homens em luta por sua libertação. Discutindo a abordagem pedagógica da Segregação socioespacial no contexto brasileiro dentro dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, se utilizando do conhecimento/experiência própria dos autores deste trabalho. Valorizamos a condição financeira, independente da condição de ser humano, ou valorizamos o ser humano, independente da condição financeira? Esta pergunta lança o âmago desta pesquisa que pretende traçar um parâmetro sobre a papel das Faculdades de Arquitetura e Urbanismo e a responsabilidade dos profissionais formados egressos no enfrentamento das reais questões urbanas contemporâneas potencializadas pela globalização e pela hegemonia do capital neoliberal.

A Segregação socioespacial é fruto do sistema capitalista que repercute no território a exclusão das classes de baixa renda, relegando a estas moradias em condições precárias e segregadas da “cidade legal”, em lugares que perseveram a condição de miséria dessas famílias.

As faculdades nacionais estão preparando adequadamente os arquitetos urbanistas para o enfrentamento dos problemas urbanos? Ou privilegiam a formação de profissionais focados em uma arquitetura “autoral”, na maioria das vezes desprovidas de cunho social, voltadas para a classe de maior renda, uma arquitetura identificada pela sociedade como de “sucesso”, treinando os futuros profissionais para se sujeitarem às fórmulas de produção do mercado imobiliário e do capital financeiro globalizado, sem maiores preocupações sobre os impactos na malha urbana?

Pretende-se incitar uma discussão que possibilite enriquecer o debate sobre a formação e o ensino oferecidos nos atuais cursos de Arquitetura e Urbanismo, para que estes considerem o conjunto dos meios urbanos englobando toda sua população, e não somente os mais abastados socioeconomicamente, além dos sistemas e dispositivos que, de certa forma, regem a produção do espaço urbano. Assim, almeja criar uma faísca sobre a importância no estudo da Segregação, principalmente a socioespacial no caso brasileiro, visando uma produção urbana sustentável, focando na diminuição das misérias e desigualdades sociais, e não somente em projetos autorais, para serem divulgados como imagem da profissão.

Rio Favela Imobiliária, uma experiência lúdica das favelas no tabuleiro.

Antônio Francisco dos Santos Neto

antonionetoarqurb@gmail.com

PROURB/UFRJ

Palavras-chave: Favelas; Jogo; Lúdico; Cultura; Representação; Sociedade.

Diante de inúmeras questões pertinentes às cidades e ao crescimento urbano destacado principalmente a partir do século XX, a dinâmica urbana passou a evidenciar características espaciais que reforçam a desigualdade em suas mais variadas formas. Essas diferenças destacam uma classe econômica de baixíssima renda, que é empurrada às mazelas da cidade, e impulsiona transformações na paisagem urbana em função de reivindicações pelos seus direitos com a construção de favelas. Partindo então dessas observações e apropriando-se da imersão imagética dos jogos, o trabalho busca representar as favelas cariocas de maneira lúdica, numa abordagem que remete à sua dinâmica socioespacial, resultando num produto que constitui um instrumento de discussão e reflexão crítica sobre o assunto ao reproduzir o cotidiano desses espaços no tabuleiro.

Assim, é proposta aqui uma metáfora do jogo 'Banco imobiliário' por meio de um ensaio intitulado de 'Rio Favela Imobiliária', que ao invés de basear-se nas forças do mercado capitalista do original destacando áreas valorizadas da cidade, tem como substrato 20 favelas cariocas das diferentes zonas da capital rebatidas no tabuleiro, evidenciando também, a diferente posição que cada uma ocupa no mercado imobiliário informal, e sua dinâmica própria de infraestrutura e serviços, em vista de um processo de exclusão e reivindicação social, ao fazer uso de todo um conjunto de símbolos e tipografias que aludem o tema.

A produção de favelas se desdobra como resposta a falta de políticas habitacionais configurando um fenômeno predatório de ocupações ilegais na terra urbana. Nesse contexto, o Rio de Janeiro, não diferente, apresenta suas favelas como expressão de suas disparidades sociais, que demonstram inúmeros fatores políticos e econômicos refletidos no seu espaço e, por consequência, nas suas relações. A fim então de elucidar o assunto de forma original, ao destoar da usual debate, o trabalho objetiva uma discussão lúdica ao chamar atenção para as desigualdades socioespaciais numa experiência simulada constituída por meio de um jogo voltado para o amplo público, desde os que vivem em favelas, ao criar um elemento de representatividade, até aqueles que vivem na cidade formal, convidando-os a compreender a dinâmica das comunidades por meio de um entretenimento de imersão.

Assim, o trabalho retrata as favelas de maneira alternativa, apresentando elementos que expressam a ampla realidade das comunidades, a fim de romper com a tônica de um ideário estigmatizado ao abrir-se para uma abordagem que visa tratar do tema de maneira sem colocar os aspectos negativos como protagonistas do estudo. Dessa forma, o jogador é colocado numa reflexão social que evidencia as favelas ao destacar sua dinâmica urbana, valores culturais e sistema de símbolos próprios, como expressão de resistência de um nicho que necessita de maior atenção da sociedade.

O imaginário da favela através do cinema: uma análise dos estereótipos reproduzidos no filme “Cidade De Deus”.

Antônio Francisco dos Santos Neto

antonionetoarqurb@gmail.com

PROURB/UFRJ

Palavras-chave: Favelas; Cinema; Filme; Estereótipo.

Em meio às diversas tipologias de representações como forma de concepção simbólica do mundo, o cinema pode ser destacado como uma ferramenta de alto poder imersivo para a efetiva absorção de uma mensagem por um grupo de indivíduos. Em vista disso, o presente estudo tem por objetivo a reflexão crítica do discurso fílmico como retrato construído por um espaço real ou virtual, com capacidade de moldar pensamentos, opiniões e ações. Partindo dessas observações, o trabalho discute as favelas por meio do filme “Cidade de Deus”, frente a teoria de Valladares (2006) ao destacá-lo como instrumento de reprodução de um imaginário homogeneizante.

Dessa forma, é construída aqui uma análise sobre os estereótipos imagéticos das favelas, apoiados nos dogmas da tese de Valladares (2006), como categorias analíticas de um discurso que reforça preconceitos concebendo as favelas por: singularidade espacial, pobreza e unidade social. Diante disso, desenvolve-se uma crítica à narrativa do filme “Cidade de Deus”, lançado em 2002, que relata a dinâmica da vida periférica da favela homônima da Zona Oeste do Rio de Janeiro e seus conflitos sociais em torno da ocupação de uma área segregada da malha urbana consolidada da cidade para aquela época.

Ante a compreensão da informalidade desses espaços, que são reflexo de uma urbanidade espontânea de autoconstruções que desenham um processo de exclusão socioeconômico, e estabelecendo um paralelismo com a cidade formal, o discurso fílmico pode se mostrar como instrumento utilizado para representar as favelas, que em associação com o imaginário social, a partir da construção de signos, têm o poder de influenciar e/ou reproduzir a realidade pelo meio simulacional do sistema audiovisual, no qual suscita uma reflexão de como o cinema pode ser uma ferramenta de caráter revelador desses cenários e de sua dimensão cultural. Para isso, o trabalho busca analisar a narrativa do objeto de estudo, como produto cinematográfico que personifica uma visão estereotipada das favelas e de seus moradores.

Assim, ao discutir o rebatimento dos dogmas no discurso audiovisual, reflete-se também sobre a conveniência e permanência deles, ainda de acordo com a teoria adotada, que atua como um catalisador da estrutura midiática capitalista, com base num discurso que constrói uma aproximação rasa entre indivíduo e espaço ao desenhar a narrativa do filme, sustentando um imaginário social e simbólico arraigado de estigmas generalizantes. Nesse sentido é preciso ampliar esse diálogo, em vista do papel social do cinema, como ferramenta de imersão por meio de sua narrativa simulada, de forma que se possa romper com preconceitos homogeneizadores, ainda que essa seja uma tarefa difícil.

Assessoria Técnica: O papel de profissionais e estudantes de arquitetura em Ocupações

Maíra Machado Martins (1); Andressa Heredia de Sá (2)
mmartins.maira@gmail.com (1); andressadeluca@gmail.com (2)

Palavras-chave: Assessoria Técnica; autogestão habitacional; PMCMV- Entidades; Habitação de Interesse Social; Movimentos sociais urbanos; Ocupação Vito Giannotti.

De acordo com a Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional do Rio de Janeiro é da ordem de 220.000, enquanto há 600 edifícios abandonados na região central da cidade. É notável a existência de uma demanda em contraposição aos vazios urbanos. Diante deste quadro, como lidar com esta situação e qual o papel do arquiteto neste processo?

Esta pesquisa surge de questionamentos relativos ao programa de habitação social implementados pelo Estado, o Programa Minha Casa Minha vida (PMCMV), frente à disponibilidade de imóveis vacantes. O trabalho parte de estudos teóricos e empíricos que propõem uma reflexão sobre metodologias para a realização da reconversão de imóveis abandonados na área central do Rio de Janeiro, e sobre a contribuição do arquiteto urbanista neste processo, através da assessoria técnica.

A metodologia para realização desta pesquisa reúne: 1) visitas e entrevistas em duas Ocupações e dois Conjuntos habitacionais do PMCMV, localizados em São Paulo; 2) mapeamento histórico de Ocupações de imóveis ociosos na área central do Rio de Janeiro; 3) trabalho voluntário em assessoria técnica na Ocupação Vito Giannotti. Com as experiências in loco, foram vivenciados os processos de reconversão de imóveis para moradia popular e as estratégias desenvolvidas por seus moradores para adaptar os espaços às suas necessidades junto aos arquitetos e profissionais da construção civil.

Assim, o trabalho se inicia a partir das visitas aos empreendimentos do PMCMV e da autogestão, referências em São Paulo, para o entendimento dos efeitos positivos do projeto participativo, resultando em um posterior mapeamento das ocupações do Rio de Janeiro vinculadas aos movimentos sociais. Através deste mapeamento histórico, foi possível identificar a presença de remoções em massa na cidade, sobretudo a partir do anúncio da Cidade do Rio de Janeiro como sede dos JO de 2016. As ocupações que resistiram a esse processo carecem de assessoria técnica para sua participação no PMCMV-Entidades, o que proporcionou a experiência voluntária na Ocupação Vito Giannotti.

Com base na vivência propiciada pelo trabalho de campo, a reconversão do imóvel em moradia, por meio deste Programa, revela um resultado mais significativo para as famílias beneficiadas, visto que a modalidade conta com um processo de autogestão, sendo o profissional de arquitetura também um mediador das decisões. Pode-se afirmar, portanto, que a aplicabilidade do PMCMV-Entidades contribui positivamente para o desenvolvimento da cidade, na medida em que supre a demanda, tanto de déficit habitacional, quanto de ressignificar funcionalmente uma área potencial da cidade, que perdeu seu uso residencial ao longo do século XX. O PMCMV-Entidades coloca-se contrapõe-se, assim, à modalidade Padrão que representa um pacote de crescimento para construção civil e que não responde às demandas habitacionais de seus moradores.

Nesta pesquisa, o estudo de caso da Ocupação Vito Giannotti demonstra que é fundamental o envolvimento do ambiente acadêmico com a Assessoria Técnica, no sentido de que a experiência permite agregar, na formação profissional do arquiteto, a capacidade de interlocução e mediação, no lugar da imposição do projeto arquitetônico, e possibilitando alternativas habitacionais com melhores resultados.

Projeto de desenho urbano para a ocupação de terreno na OUC Água Espreada

Francine Gramacho Sakata (1); Vitória de Mendonça (2); Gabriela Yumi Takase (3); Anna Luiza Zanata Xavier (4)

francesakata@gmail.com (1); vitoria.mendonca@usp.br (2); gabriela.takase@usp.br (3); anna.xavier@usp.br (4)

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP)

Palavras-chave: Projeto. Desenho urbano. OUC Água Espreada. Provisão habitacional. Favela Vietnã

Na área abrangida pela Operação Urbana Consorciada Água Espreada (2001), na cidade de São Paulo, fica claro que o Poder Público não tem sido eficiente na provisão habitacional: havia a promessa de que os recursos obtidos na venda de potencial construtivo pela OUC em áreas valorizadas fossem empregados na construção de moradias mas isto não se concretizou. As obras viárias e as desapropriações consumiram quase a totalidade dos recursos. Segundo planilha da prefeitura de janeiro de 2019, dos mais de 3,180 milhões de reais arrecadados e gastos, cerca de 440 mil reais (13%) foram gastos entre as obras dos conjuntos habitacionais, gerenciamento e auxílio aluguel. A população desalojada ou abrigada nas favelas ainda existentes na região arca com o ônus da incapacidade da prefeitura em produzir as unidades necessárias. Uma vez que os terrenos existem e estão vagos aguardando estas obras que não chegam, seria possível organizar uma nova ocupação, feita com qualidade urbanística e arquitetônica, a revelia da legislação. Os moradores através de uma representação poderiam organizar a ocupação e negociar com o poder municipal.

No âmbito da disciplina AUP 0654/2019 Projeto da Paisagem, foi proposto pela professora Francine Sakata a uma equipe de alunas que desenvolvesse este projeto de ocupação que não seguiria os caminhos oficiais, mas que poderia ter partido dos moradores, cansados da precariedade em que se encontram e das promessas e das ações contraditórias do Poder Público. O grupo já havia escolhido como objeto de trabalho, a requalificação da Favela Vietnã. A disciplina, do 4º. Ano, foi desenvolvida de forma integrada com uma disciplina de planejamento, a AUP 0282/2019. Desenho Urbano e Projeto dos Espaços da Cidade. Assim, o exercício se desenvolveu com preocupações tanto em relação ao desenho urbano e a conformação dos espaços livres como em relação às possíveis estratégias para sua execução.

A equipe de alunas desenvolve, então, um projeto adotando tipologia habitacional e sistema construtivo econômico, de fácil execução e versátil, que possibilita aos moradores a expansão e mudança de layout. As circulações entre as unidades são desenhadas de segundo uma hierarquia: dos espaços públicos da cidade até pequenos pátios de uso coletivo local. Desta forma, mantém-se a riqueza das dinâmicas sociais. Também foram pensadas a drenagem pluvial, a coleta de lixo, a revegetação das margens do córrego, e, entre outras estratégias para a implantação, foi idealizado o faseamento da obra de forma que a remoção da favela existente seja o último passo.

Ao longo do exercício, as alunas divergiram da proposta da professora, especialmente em relação à construção por mutirão, entendendo que seria mais justo o emprego de mão-de-obra profissional, contratada por pequenas construtoras. De toda forma, a experiência mostrou que a Universidade tem uma contribuição a dar para além da legislação e dos processos oficiais de provisão habitacional, que não tem dado conta da realidade. E, dentre todos os grupos, foi uma equipe de alunas que teve a sensibilidade para enxergar prioritariamente esta questão habitacional e a coragem e a capacidade para desenvolvê-la como fizeram. O resultado deste exercício deve ser divulgado e pode ser tomado como referência para outras ações.

Pedagogia sócio-espacial: uma abordagem por meio dos jogos

Ana Paula Silva de Assis
ap.assis@gmail.com
Universidade Federal de Minas Gerais

Palavras-chave: Pedagogia sócio-espacial, jogos, emancipação, dissenso, imaginários urbanos.

O trabalho propõe uma reflexão sobre o uso de jogos de tabuleiro como uma interface de comunicação para promover o diálogo e a troca de experiências sobre a cidade. Será apresentada a experiência das Oficinas de Jogos Co-habitar a Cidade, uma série de quatro oficinas, baseadas em jogos desenvolvidos por estudantes de arquitetura e urbanismo, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), para serem jogados com grupos de jovens moradores de favelas na periferia de Belo Horizonte. A partir da reflexão sobre os resultados das oficinas, discute-se as possibilidades do jogo enquanto ferramentas para uma pedagogia sócio-espacial.

A pedagogia sócio-espacial tem como objetivo a democratização do conhecimento espacial, tendo como horizonte a emancipação de grupos sociais. Em contraste com as práticas assistencialistas, a pedagogia sócio-espacial propõe processos que tem como foco a autonomia dos grupos envolvidos, bem como o fortalecimento da resistência ao pensamento hegemônico sobre as formas de produção, apropriação e uso do espaço. Os jogos propostos nas oficinas simulam algumas situações urbanas nas quais os jogadores são convidados a refletir sobre seus hábitos e rotinas na cidade e as implicações de suas escolhas no espaço coletivo, nos recursos naturais e no sistema infraestrutural da cidade.

Os jogos propostos nas oficinas são entendidos como ferramentas comunicativas ativadoras de um processo constitutivo da relação entre sujeito e espaço. Tal processo pode ser apreendido por meio das ações e diálogos estabelecidos entre os jogadores. Portanto, em lugar de uma “análise de resultados”, este estudo propõe a análise dos processos ativados pelo jogo. O desempenho e opções dos participantes são discutidos à luz do uso e percepção do espaço da cidade, revelando os distintos modos de apropriação do território, o conflito entre interesses individuais e coletivos e os processos de desidentificação com o espaço hegemônico.

A pedagogia sócio-espacial é pensada em uma relação interdisciplinar que aproxima a noção de uma educação emancipatória – presente no pensamento de Paulo Freire – da abordagem estético/política elaborada por Jacques Rancière – que entende o dissenso como processo formador de sujeitos políticos.

A dimensão política do jogo passa a ser entendida na escala da produção de uma infra-política do cotidiano. O jogo é político não porque tem o potencial de transformar o real, mas justamente porque, como jogo, produz discursos e articula o encontro entre sujeitos plurais, possibilitando a construção de um imaginário espacial diverso e permitindo aos próprios jogadores questionar as hierarquias e hegemônias consensualmente naturalizadas.

O papel do curso de Arquitetura e Urbanismo na periferia do Brasil

Melissa Kikumi Matsunaga

matsunagamk@gmail.com

Universidade Federal do Amapá - UNIFAP / Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Palavras-chave: direito à moradia; mobilização social; assistência técnica; assistencialismo; extensão universitária

O debate acerca do direito à moradia e o direito à assistência técnica para habitação de interesse social ainda é muito incipiente no estado do Amapá, norte do Brasil. Desde a promulgação da Constituição de 1988 que elevou o Amapá à condição de estado federativo, muitos desafios institucionais e constitucionais permanecem em seu caráter paternalista e autoritário e assim, longe de serem equacionados. Nota-se a política habitacional que se orienta por programas federais tendo como principal, ou melhor dizer, única ação a produção de moradias a partir do modelo MCMV faixa 1 como solução às famílias ocupantes de áreas de caráter ambiental, denominadas localmente como áreas de ressacas, expressão maior da demanda habitacional na capital, Macapá. Nem mesmo um planejamento urbano local tem sido o norteador de tais empreendimentos promovidos pelos poderes públicos municipal e estadual. Por outro lado, tais territórios configuram-se por grande desmobilização social frente às precárias condições de moradia e infraestrutura urbana. À população amapaense de baixa renda, vulnerável social e economicamente, recaem discursos estigmatizantes e que não possibilitam um diálogo que não seja de caráter assistencialista. Coloca-se como questionamento o papel do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) nesse contexto – que ora promove um tímido debate, circunscrito aos muros da instituição sobre soluções alternativas ao modelo instalado por meio das atividades de ensino, ora opera por meio de atividades extensionistas na mesma vertente assistencialista que o Poder Público instaura. A Extensão Universitária, entendida aqui como Comunicação nos termos freireanos, se apresenta como um grande desafio pois parte do pressuposto de romper essa lógica de produção excludente de discursos e de práticas. Nesse sentido, em sua segunda fase, o Projeto de Extensão Universitária Assistência Técnica em Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP procura adotar um método que privilegia o processo em detrimento do produto. Longe de soluções a serem apresentadas, o Eixo Palavra do referido projeto de extensão busca um diálogo, uma troca horizontal de saberes “técnicos” e “populares”, que tem como objetivo principal identificar, a partir do cotidiano dos moradores do bairro Congós, suas necessidades e demandas, fortalecendo a formação política de tais sujeitos. A atividade teve início em agosto de 2019 e portanto, ainda não apresenta fortes elementos para discussão, apenas um caminho.

Construindo espaços de vivências: um olhar sobre o diálogo entre universidade e comunidade a partir do projeto de extensão “LAPA”

Aparecida silva Santos Carbone (1); Alan Jacob (2); Diego Luis de S. Barato (3); Émerson Berganton Junior (4); Leandro Alonso (5); Vinicius Rafael Araujo Nogueira (6); Leticia Peixoto (7); Adriana Aparecida Ambrosio de Souza (8); João Paulo Barbosa Oliveira (9)
cinda.carbone.pln@gmail.com.br (1); alanjacob@gmail.com (2); leh.peixoto@gmail.com (7);
adriana.souza@unisal.br (8); joao.oliveira@sj.unisal.br (9)

UNISAL

Palavras-chave: extensão, comunidade, LAPA, Engenharia Civil, educação, transformação

A universidade, entre as diversas qualificações, é compreendida pela dinâmica da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O presente projeto visa descrever as ações de pesquisa e extensão desenvolvidas no Laboratório de Portas Abertas (LAPA) que facilitem o acesso livre à informação científica e tecnológica e, ao mesmo tempo, promovam a integração Universidade e Sociedade. Essa atividade pode, por sua vez, ser concretizada por distintas maneiras, mas a aprendizagem por meio de projetos tem se revelado de fundamental importância nos contextos universitários, principalmente quando são considerados os projetos de pesquisa e extensão. O presente projeto visa descrever as ações de pesquisa e extensão desenvolvidas no Laboratório de Portas Abertas (LAPA) que facilitem o acesso livre à informação científica e tecnológica e, ao mesmo tempo, promovam a integração Universidade e Sociedade. O projeto justifica-se, ainda, por contribuir com a formação inicial dos estudantes (Bolsista/voluntários) que comporão a equipe executora das ações, futuros profissionais da Engenharia Civil, inserindo-os em seus futuros ambientes de trabalho, a escola, de modo a permitir uma capacitação que aprimora seus estudos na academia por meio de uma vinculação efetiva com a prática pedagógica. A metodologia para a realização deste projeto consiste na realização de oficinas educativas que foram realizadas no Laboratório de Engenharia Civil do campus São José. As oficinas englobaram conhecimentos práticos da área de Engenharia Civil compartilhado pelos discentes participantes aqui denominados de facilitadores. As atividades em laboratório são de extrema importância para o ramo da construção civil, na qual os produtos e serviços são avaliados e testados de forma que garantam a qualidade e segurança da empresa, devido às exigências dos órgãos reguladores e fiscalizadores. O Laboratório de Portas Abertas (LAPA) foi utilizado nos últimos 9 meses como um espaço não-formal para o desenvolvimento de atividades específicas de ensino em Educação Científica envolvendo áreas da Engenharia Civil. Este espaço iniciou-se com pequenas oficinas envolvendo os ensaios das disciplinas de Mecânica dos Solos e Topografia, atividades estas desenvolvidas no Laboratório de Engenharia Civil do campus São José, atendendo um total de 70 participantes da comunidade ao entorno até o momento. Uma das ações desenvolvidas no LAPA é o trabalho pedagógico realizado a partir de oficinas que procuram aproximar os participantes dos conteúdos a serem apreendidos. Neste espaço desenvolveu-se 3 oficinas integrativas onde os facilitadores compartilharam conhecimentos com os participantes, Como resultado desse movimento, os participantes puderam, ao construir novos saberes, criticar e incorporar à sua vida escolar e comunitária os saberes científicos e assim tornar significativo o que produziram durante as oficinas. Desse modo, há uma preocupação no sentido de discutir com educandos e educadores conceitos e práticas que são utilizados pela Engenharia Civil no dia a dia.

O discurso ambiental dos pescadores artesanais da Baía de Guanabara como estratégia de R-Existência

Yana dos Santos Moysés
yanasmoyes@hotmail.com
Celso Lisboa

Palavras-chave: Baía de Guanabara; pescadores artesanais da AHOMAR; COMPERJ; discurso ambiental; projeto político; R-Existência

O presente trabalho parte da disputa pela Baía de Guanabara entre os pescadores artesanais e o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), que se deflagra com a implantação desse empreendimento no Município de Itaboraí, localizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Identifica-se nessa disputa o acionamento de dois grandes discursos ambientais concorrentes. A disputa por discursos ambientais representa uma disputa territorial, bem como por projetos políticos. O objetivo deste trabalho é analisar as estratégias de resistência acionadas/construídas pelos pescadores artesanais da Associação dos Homens e Mulheres do Mar (AHOMAR) dentro deste contexto, especificamente no período de 2007-2015. A partir do exposto, evidenciam-se um dos pressupostos deste trabalho: que a luta é, de fato, epistemológica-política (Porto-Gonçalves, 2006). A partir dessa compreensão, a análise desta pesquisa se dá a partir de uma perspectiva descolonial, como forma de se evidenciar outros discursos, outros “lôcus de enunciação”, outras verdades, outros saberes, outras epistemes, além do discurso epistemológico hegemônico da ciência e da filosofia modernas, fundado na Europa. Logo, como forma de se evidenciar outros projetos políticos, além dos fundados no projeto civilizatório europeu. Para essa análise, o trabalho também se utiliza de diferentes depoimentos públicos, como falas proferidas em encontros, palestras, manifestações, entrevistas publicadas, matérias em revistas, jornais, *blogs*, trabalhos científicos, reportagens, filmes, Audiências Públicas e reuniões do Conselho Gestor da APA de Guapimirim e da ESEC da Guanabara (CONAPAGUAPI), além de documentos de instituições do Ministério Público, da Plataforma DHESCA e atas de audiências públicas, os quais foram elaborados/realizados em função de denúncias da própria AHOMAR. Verifica-se que o discurso ambiental acionado/construído pelos pescadores artesanais da AHOMAR, por um lado, evidencia o projeto político do COMPERJ, que inclui a expulsão do pescador artesanal da Baía de Guanabara e, por outro lado, propõe outro projeto político para baía, a partir de outra racionalidade: a do próprio pescador artesanal. Para tanto, os pescadores artesanais da AHOMAR incorporam diferentes instrumentos técnicos realizados pela associação em parceria com outras instituições- como o Mapa de Exclusão da Pesca da Baía da Guanabara, elaborado juntamente com a APEDEMA-RJ, em 2007 e o mapeamento participativo com 28 comunidades pesqueiras da Baía de Guanabara realizado juntamente com a geógrafa Carla Chaves em 2011- e adotam claramente uma linguagem técnico-científica em seus discursos. Estabelecem ainda articulações com diferentes instituições, organizações civis, movimentos sociais, sindicatos, ecologistas, universidades (Comissão de Direitos Humanos, Anistia, Frontline, Justiça Global, FASE, ASIS-BAMA, Mais Democracia, Rede Brasileira de Justiça Ambiental, FIOCRUZ, UFRJ, UERJ). Passam a participar de espaços, tais como: Conselho Gestor da APA Guapimirim, Conselho da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara, Conselho Estadual de Meio Ambiente, APEDEMA, Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica das Cercanias da Baía de Guanabara (FAPP-BG) e em outros ligados ao meio ambiente e à pesca; além de documentos da DHESCA e do Ministério Público Federal (MPF). Com isso, passam a falar tecnicamente com o poder dominante. Provam cientificamente as desigualdades ambientais do projeto político COMPERJ e quem são os principais afetados por esse projeto. Materializam seus discursos em instrumentos técnicos e provam que não é apenas “história de pescador”, é científico. Dessa forma, negam o conceito de *desenvolvimento sustentável*, a categoria-chave do discurso ambiental do empreendimento, alinhado por pressupostos de uma matriz epistêmica eurocêntrica, e constroem seu discurso ambiental, politizado, pautado na diferença, a partir de três categorias-chave: *território*, *identidade* e *memória*. Passam, assim, a acionar um discurso ambiental sólido, organizado, coerente e consistente como estratégia de resistência e R-Existência, em consonância com outras lutas travadas em território nacional e latino americano, como dos indígenas, quilombolas e do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP). Passam de vítimas para protagonistas de um discurso ambiental na defesa de seu próprio projeto político para Baía de Guanabara: da (re)apropriação social – do pescador artesanal- da baía.



TRABALHOS NÃO ACADÉMICOS

Resumo elaborado por Humberto Kzure-Cerquera
(Arquiteto, Urbanista, Cineasta e Professor da UFRRJ)

Neste primeiro seminário latino-americano, assentado a partir de reflexões sobre risco social e resiliência e, portanto, em uma perspectiva mais humanitária, foi aberto um espaço para a exposição de trabalhos não acadêmicos. Esta iniciativa, dos organizadores do seminário, permitiu que ativistas de movimentos populares pudessem apresentar trabalhos em diferentes eixos temáticos, sobretudo com a utilização de mídias digitais. Para tanto, os trabalhos resultantes de projetos socioculturais, em diferentes escalas e localidades, foram selecionados em obediência aos seguintes critérios básicos: mérito técnico, clareza, relevância e originalidade.

Dos trabalhos apresentados à organização do evento, oito foram selecionados, a saber:

- Território, Corpo e Narrativa: Uma análise dos efeitos do Programa Minha Casa Minha Vida em Juiz de Fora sob a perspectiva de gênero;
- Jardim da União: O Direito de Estar;
- Memória e Luta;
- Nanã;
- Arte e Movimento;
- Remo(vidas);
- SP, Eu Te Amo, Eu Te Odeio;
- Urbanidades.

Sob a forma de documentários, os projetos se utilizaram de recursos digitais como alternativa para expor as diferentes representações sociais do cotidiano, em que é flagrante a presença de múltiplos personagens urbanos inseridos entre conflitos e contradições produzidos pela cidade contemporânea. Trata-se, também, de diferentes olhares capazes de desconstruir a noção comum

das coisas ou dos fatos que impactam a vida urbana, sobretudo para as populações mais vulneráveis sócio e economicamente.

Os documentários apresentados, além de se constituírem como registros fílmicos, também possibilitam revelar para o conjunto da sociedade as alternativas de inclusão social através da arte, denúncias de omissão ou arbitrariedades da esfera política e, também, as desigualdades de gênero que ainda vigoram nas cidades latino-americanas. De fato, essa ferramenta digital possibilita tornar público toda forma de luta popular e os processos de resistência, dia-a-dia, das camadas populares por melhoria de condições de vida nas cidades, onde clamam por mais equidade social, cultural e econômica.

O projeto “Território, Corpo e Narrativa: Uma Análise dos efeitos do Programa Minha Casa Minha Vida em Juiz de Fora sob a perspectiva de gênero”, se inscreve no eixo temático que versa sobre a melhoria habitacional e do espaço público, com ênfase no papel comunitário das mulheres. Apresenta o tema da desigualdade de gênero observada no Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, do Governo Federal Brasileiro, em que as narrativas sobre questões de mobilidade e vulnerabilidade feminina são acentuadas como parte dos principais conflitos urbanos a serem enfrentados pela sociedade contemporânea.

O filme “Jardim da União: O Direito de Estar” aborda a luta pela garantia do direito de permanência em área do Jardim União, de propriedade da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU, localizado na Zona Sul da Cidade de São Paulo. Esse trabalho põe em xeque, inclusive, a indagação sobre o papel das universidades na construção de uma cidade mais igualitária.

Na temática das insurgências urbanas, o documentário “Memória e Luta” é oportuno para refletir sobre a memória dos enfrentamentos dos moradores da favela Vila Autódromo para permanecer no território, que foi alvo de inúmeros ataques do poder público e dos setores econômicos. Essa foi uma luta de dor e sangue. Os moradores sofreram inúmeras violências por conta dos conflitos provocados pela administração pública e os setores imobiliários interessados na remoção da comunidade em prol dos empreendimentos voltados para a realização das Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016. A favela foi dizimada em sua quase totalidade e apenas um número muito pequeno permaneceu na área, em uma vila de casas construídas pela Prefeitura da capital fluminense.

Para mostrar a realidade de uma população ribeirinha, pressionada pela expansão do complexo industrial de Suape, que dista 40 km do Centro de Recife, o filme “Naná” intenta revelar o grau de vulnerabilidade de famílias que lutam por direito à permanência no lugar, onde criaram vínculos afetivos e de pertencimento. Trata-se, assim, da luta pela preservação da identidade e da memória construída ao longo de muitos anos.

Inserido no eixo temático que faz referência aos direitos na cidade e aos espaços de diversidade, “Arte e Movimento” é um projeto que busca inserir na estética do *ballet* clássico alunos da rede Municipal de Educação de Duque de Caxias, município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Entre seus propósitos, é relevante destacar que essa atividade artística principia a busca pela inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais através da expressão corporal.

“Remo(vidas)”, que também versa sobre o processo de luta dos moradores da Vila Autódromo, Rio de Janeiro, é um documentário que revela a negligência e a arbitrariedade do poder público para com a vida de inúmeras famílias que há décadas construíram suas relações de vizinhança e identidade local. Entre tantos trabalhos acadêmicos, de planejamento urbano e documentários realizados sobre essa área fica clara a luta desigual dessa população, absolutamente vulnerável ao poder dos setores imobiliários e ao descaso da administração pública para com os mais pobres.

Ancorado em uma plataforma de políticas públicas de arte urbana, que visa à valorização da cultura espontânea em face das diferentes fisionomias insurgentes no espaço metropolitano, “SP, Eu

“Te Amo, Eu Te Odeio” é um documentário que revela mais uma das faces da desigualdade social e das contradições espaciais na cidade de São Paulo. Em contraposição, o filme busca representar a disponibilidade de ativistas sociais em combater as agruras urbanas através de manifestações artísticas e, ao mesmo tempo, reconhecer e indagar os múltiplos signos, seus sentidos e seus significados, dispostos em diferentes fragmentos espaciais na metrópole paulista.

Quanto ao projeto “Urbanidades”, inserido aqui no eixo temático das insurgências urbanas, seu mérito está na atuação de fotógrafos oriundos de assentamentos populares e sua incessante busca por um olhar particular sobre o cotidiano do espaço da favela. Através da documentação cinematográfica, as imagens resultantes criam possibilidades para suscitar reflexões acerca de questões socioculturais que os próprios realizadores experimentam em suas vivências diárias.

Ressalte-se que a utilização desse tipo de ferramenta digital auxilia a construção de inúmeras maneiras de pensar o espaço urbano, com possibilidades de estabelecer novas diretrizes e ações para o atendimento às demandas socioculturais e, com isso, traçar novas pautas políticas para o ordenamento territorial. Em linhas gerais, o documentário apresenta condições para tornar visível as questões urbanas e as maneiras de contestação dos cidadãos sobre fenômenos conhecidos e/ou reconhecidos nas áreas mais frágeis do ambiente urbano, como é o caso das favelas, das periferias e das discrepâncias de gênero, no intuito de fortalecer diferentes pautas de reivindicações para mais inclusão social e espacial.

Utilizar os recursos digitais, como instrumento de documentação fílmica produz, por um lado, aproximações com as inúmeras realidades urbanas e, por outro, cria possibilidades para o confronto com as estruturas de poder político e econômico vigentes. Mas até que ponto o uso desse tipo de mídia é realmente eficiente para dar voz às reivindicações dos movimentos sociais? Num mundo repleto de representações, a produção de documentos fílmicos por anônimos já faz parte da memória visual que se contrapõem às ditaduras digitais promovidas pelas elites do capital contemporâneo. O documentário, como instrumento a serviço das lutas populares permite, inclusive, que seja possível rever e visitar as práticas que fundamentam a própria existência dos movimentos sociais.



TRABALHOS PREMIADOS

MELHOR COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Júlia de Souza Campos Paiva / Escola Politécnica - Universidade de São Paulo

Eliana Rosa De Queiroz Barbosa / KU Leuven - Engineering Sciences:

Architecture

"Rural-Urban Moatize: Water Harvesting Design Strategies to Enable Community"

MELHOR COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA DE ESTUDANTE PÓS-GRADUAÇÃO

Giselle Mansur / Universidade de São Paulo (USP)

"Contribuições geográficas e (geo)tecnológicas na análise dos determinantes sociais da saúde"

MELHOR COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA DE ESTUDANTE DA GRADUAÇÃO

Mariana Montag / FAU Mackenzie/SP

"A casa de Jaja"

MELHORES POSTERS

Alexsander de Paula Pereira / FAU-UFRJ

"Habitar a Caixa Preta"

Antônio Francisco dos Santos Neto / PROURB/UFRJ

"Rio Favela Imobiliária, uma experiência lúdica das favelas no tabuleiro"



PROGRAMA

PROGRAMA GERAL DO SEMINÁRIO

DIA 1 / QUINTA-FEIRA 5.12.

■ 8h00

Registro no auditório principal da PUC-Rio, na Gávea, RJ

■ 08h45

Sessão Plenária - Abertura com **Vice-Reitor da PUC-Rio Padre Alvaro Pimentel S.J.**

Marcelo Burgos (Dep. Ciências Sociais PUC-Rio) e **Otávio Leonídio** (Dep. Arquitetura e Urbanismo PUC-Rio)

■ 09h00 Oradores principais

Humberto Kzure-Cerquera (UFRJ), **Jeferson Salazar** (UFRJ / CAU RJ), **Maria Alice Carvalho** (PUC-Rio), **A. Nuno Martins** (U. Lisboa), **Marcelo Pérez Sánchez** (UDELAR/ Montevideo), **Beatriz Rocco** (UDELAR/ Montevideo), **João Sette Whitaker** (FAUUSP), **Pedro da Luz Moreira** (IAB / UIA-2020)

■ 10h00 DEBATE: RISCO E RESILIÊNCIA EM FAVELAS

Roda de conversa com oradores e lideranças comunitárias - **Itamar Silva** - Presidente do IBASE, favela Santa Marta, **Maria da Penha** - Comunidade Vila Autódromo, **José Martins de Oliveira** - Rocinha, **Márcia Cristina de Souza e Silva** - Favela do Cantagalo, **Carmen Silva Ferreira**, Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC), **Alexandre Morais** - Colaborador da SDI International, Portais de Baixo, em Osasco

10h40 - Café da manhã

■ 11h00 PAINÉIS TEMÁTICOS (EIXOS 1-7)

13h00 - Almoço no Bandeirão - Cafeteria da PUC-Rio

■ 14h00 PAINÉIS TEMÁTICOS (EIXOS 1-7)

■ 16h00 Sessão de visionamento de documentários e fotos

Local: salas dos painéis temáticos

■ 16h30 Sessão de Posters / Local: junto ao auditório

■ 17h00 Sessão de Encerramento (Auditório principal)

Síntese sobre submissões não científicas/documentários

Orador: **Humberto Kzure-Cerquera**. Mesa com autores das submissões.

■ 17h30 Mesa: Avaliação do Seminário

Orador: **João Sette Whitaker**

Mesa: Oradores + Moderadores + Lideranças comunitárias

■ 18h00 Entrega de prêmios para melhores submissões

■ 18h30 Mesa final com Presidentes do Seminário; balanço do dia 1 e perspectivas para o futuro. Instruções para dia 2

■ 18h50 *Coquetel* / Roda de Choro da EM (projeto de extensão da Escola de Música da UFRJ). Local: Edifício Metrô DAU Puc Rio

DIA 2 / SEXTA-FEIRA 6.12.

■ 9h00

Visita ao complexo da Maré, Rio de Janeiro, acompanhada pela parceira *Redes da Maré*

■ 12h00

Centro de Artes da Maré:

Carina Guedes (Arquitetura na Periferia, BH) + Mesa redonda - líderes comunitários + acadêmicos + residentes

■ 13h00

Visita à 'Oficina & curso de treino e capacitação Marielle Award' ministrada pelas arquitetas & engenheiras da **Arquitetura na Periferia**, de Belo Horizonte, (ex-grupo Arquitetas sem Fronteiras-Brasil) Organização: CAU/ RJ com apoio de: *Redes da Maré*, Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio e NGO Building 4Humanity

■ 14h00

Almoço & feijoada pela *Maré dos Sabores*. *Espectáculo "Mulheres ao Vento" (grupo de dança da Casa das Mulheres)*

Local: **Lona Cultural**

■ 16h30

Saída da comunidade da Maré para **IAB RJ** (Instituto de Arquitetos do Brasil, Rio de Janeiro)

■ 17h30

Entrega do prêmio **Marielle Franco**

Community Design Award (MFCDA) no **IAB RJ**, com presença de Pedro da Luz Moreira (Presidente atual do IAB-RJ), Igor Vetyemy (Presidente eleito do IAB-RJ), Jeferson Salazar (Presidente do CAU/ RJ), Nuno Martins (Presidente Executivo da ONG Building 4Humanity e Diretor do Prêmio MFCDA)

PROGRAMA DAS SESSÕES TEMÁTICAS

QUINTA-FEIRA, 5 DE DEZEMBRO

11h	Eixo 1	Moderadores: A.Nuno Martins / Jacira Saavedra / Tainá de Paula Kapaz	
	Autores	Título	Instituição
11:00	Ana Cristina da Silva Morais e Silene Amorim Monteiro	Casa Lab - Laboratório de Fazeres da Mulher Periférica: a casa como instrumento de ressignificação e emancipação feminina na periferia da Zona Sul de São Paulo	Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo (CDHEP)
11:12	Mariana Montag Ferreira; Lucas Fehr e Ricardo Ramos	A Casa de Jajja - moradias autoconstruídas para mulheres em zonas rurais	FAU Mackenzie
11:24	Verônica Sakaragui	A habitação e o habitar na cidade: A experiência de mulheres beneficiárias do empreendimento Parque das Águas (PMCMV) em Juiz de Fora-MG.	Universidade Federal de Juiz de Fora
11:36	Michaela Iwanow de Araujo	"Das Margens pra Marginal, Isso é Real" - Estratégias participativas de ocupação do território: Comunidade do Real Parque	Universidade Presbiteriana Mackenzie
11:48	Alessandra Fonseca Masuda ; Elaine Kellen Luciano Marinho e Luciana Jobim Navarro	Resgate da arquitetura vernacular do povo indígena Kariri-xocó no setor noroeste/df, como processo de promover o fortalecimento da comunidade	Centro Universitário Planalto do Distrito Federal
12:00	A.Nuno Martins	Favela upgrading and Incremental Housing in Brazil: lessons from the world bank site and services	CLAUD
12:12	DEBATE		

14h	Eixo 1	Moderadores: A.Nuno Martins / Jacira Saavedra / Tainá de Paula Kapaz	
	Autores	Título	Instituição
14:00	Jacira Saavedra Farias	Entre projeto e implementação. O programa de urbanização de assentamentos precários (PAC - UAP) na Rocinha.	PROURB/UFRJ
14:12	Dafne de Castro Faustino; Luiza Queiroz Barroso; Lívia Ribeiro Abreu Muchinelli;	Escritório Público de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São João del-Rei (MG)	UFSJ
14:24	Ivan Zanatta Kawahara	A centralização da produção imobiliária em favelas	PPGAU UFF
14:36	Hayssa Silva de Faria	Direito à cidade com crítica à urbanização excludente	Universidade Federal do Rio de Janeiro
14:48	Eduardo Moutinho Ramalho Bittencourt	Ação estatal e urbanização como violação sócio-ambiental dos direitos da favela e seus habitantes - o caso da Vila Bandeirantes em Belo Horizonte, Minas Gerais.	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
15:00	DEBATE		

11h	Eixo 2	Moderadores: Marcelo Burgos / Hélio Rezende / João Sette Whitaker	
	Autores	Título	Instituição
11:00	Hélio Passos Rezende	Aprendendo com o Povo Gavião Kyikatêjê	Unifesspa
11:12	Cilene Victor e Wagner Ribeiro	Sem vozes: a invisibilidade midiática dos deslocados por riscos e desastres na perspectiva do jornalismo humanitário	UMESP e FAPCOM
11:24	Bárbara Conte; Marina Bernardes; Patricia Geittenes Tondelo; Maristela Macedo Poleza	Desafios da segregação socioespacial: o acolher do migrante em Pouso Redondo - SC.	UNIDAVI
11:36	Cristina de Castro Kesselring	Modos de morar e construir indígena: diálogo entre ensaios acadêmicos e trabalhos guarani mbya na Terra Indígena Jaraguá (SP)	Mackenzie
11:48	Christianne Gomes	Sobre as mulheres e suas táticas na conquista dos espaços privados e públicos - apontamentos para uma pesquisa de Doutorado.	PPGAU/UFF
12:00	Suzete Almeida de Bessa	Memórias migrantes, exclusão e pertencimento: iniciativas de reassentamento como alternativa de gestão de conflitos	Universidade Federal de Goiás
12:12	DEBATE		

14h	Eixo 2	Moderadores: Marcelo Burgos / Hélio Rezende / João Sette Whitaker	
	Autores	Título	Instituição
14:00	Giovanna Pinhata e Maria Carolina Maziviero	A batucada na cidade modelo: improviso e construção de identidade	Universidade Federal do Paraná - UFPR
14:12	Elza Vieira da Rosa	Museu de Percurso do Negro em POA- Desterritorialização dos Territórios Negros do centro de Porto Alegre aos direitos na Cidade e espaços de Diversidades	Grupo de Trabalho Angola Janga/ UFRGS (pós graduação)
14:24	Ana Paula Enes de Barros	Direito à diversidade - dupla ameaça	Universidade de Uberaba
14:36	Aline Almeida da Silva e Gláucia de Oliveira Assis	Urbanização em Florianópolis: disputas e insurgências pela regulação e uso do solo da capital catarinense.	Udesc - PPGPLAN
14:48	Juliana Varejão Giese; Leonardo Carneiro; Antonio Colchete Filho; Luciana Bosco e Silva	Minha casa, minha briga": o Quilombo das Guerreiras e seu território de resistência e luta na Zona Portuária do Rio de Janeiro	UFJF e UFV
15:00	Daniel Nardelli Santos, Thiago José de Franco da Silva e Cristiane Rose Duarte	A cidade e a loucura - um estudo de ambiências	LASC/UFRJ e UFF
15:12	Maria Manuela Mendes	Cidade, migrações e diversidade: processos de transformação urbana recente em Lisboa e no Porto , Portugal	FAUL
15:24	DEBATE		

11h	Eixo 3	Moderadores: Débora Sanches / Maria Alice R. de Carvalho / Maira Machado Martins	
	Autores	Título	Instituição
11:00	Gabriel Santiago Pedrotti	NEM OCUPA, uma ocupação LGBTQ em Copacabana	PROURB/FAU/UF RJ
11:12	Maira Machado Martins, Pedro Caputo e Lucia Hansen	O projeto e o habitar na produção de moradia popular: reflexões sobre métodos e tempos na reconversão de imóveis ociosos no centro do Rio de Janeiro	PPGARq/PUC-Rio e DAU/PUC-Rio
11:24	Magna Corrêa de Lima Duarte	Ativismo tático e planejamento urbano: o estudo de caso da ocupação Manoel Congo	Universidades Candido Mendes e Estácio de Sá
11:36	Marcele Piotto e Débora Sanches	A resiliência do MSTC e a Ocupação Nove de Julho	MSTC e Universidade Presbiteriana Mackenzie e Centro Universitário Belas Artes de São Paulo
11:48	Marcello Gaiani Bragatto	Assessoria Técnica e Pública para Moradia Popular em Áreas Centrais	PPGAU - UFES - Universidade Federal do Espírito
12:00	ZUCHI, Gabriel de Jesus; PAVEZ, Cristienne Magalhães Pereira	INTERVENÇÕES URBANAS: LIMITES DO (I) LEGAL NO ESPAÇO PÚBLICO	UNISOCIESC
12:12	DEBATE		

14h	Eixo 3	Moderadores: Débora Sanches / Maria Alice R. de Carvalho / Maira Machado Martins	
	Autores	Título	Instituição
14:00	Mariana Tealdi Sant'Anna; Vera Santana Luz	Propostas conjunturais para problemas estruturais: Pico Colectivo	PUC - Campinas
14:12	Mariana Fernandes Mello Vieira e Laís de Andrade Costelha	A resignificação da Empena cega como elemento de transformação da paisagem urbana através da arte e inclusão social	IPPUR/UF RJ e POLI/UF RJ
14:24	Daniela Maroni e Caliane Christie Oliveira de Almeida	Requalificação ambiental e social em Área de Preservação Permanente em estado de degradação	Arquitetura e Urbanismo da Faculdade IMED, Passo Fundo/RS.
14:36	Débora Sanches; Viviane Manzione Rubio; Volia Regina Kato; Ana Paula Calvo	Sociedade e Cidade: Reflexões do Estúdio Urbanismo 4	FAU MACKENZIE
14:48	Taísa de Oliveira Amendola Sanches	Museus Sociais como Ferramentas de Luta por Moradia	PUC Rio
15:00	Saila-Maria Saaristo	Ações transformadoras? Ocupações e despejos na Área Metropolitana de Lisboa	Development Studies / Universidade de Helsinque; Centro de Estudos Sociais
15:12	DEBATE		

11h	Eixo 4	Moderadores: Laura Bueno / Maria Carolina Maziviero / Carlos Henrique de Lima	
	Autores	Título	Instituição
11:00	Sarah Alves de Souza; Nathálya Louise Macêdo Leal; João Renato Carneiro de Aguiar	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM CONTAINER: UMA ALTERNATIVA PARA A CONSTRUÇÃO NO SOL NASCENTE - DF	Uniplan
11:12	Laura Machado de Mello Bueno, Helena Bonfante Dal Bianco	Recuperação urbana e ambiental após remoções forçadas: desafio para desenho e gestão	POSURB-ARQ/ PUC Campinas
11:24	José Roberto Oliveira ; Ana Beatriz Jardim Alves ; Lilian Silva Costa ; Thayná Jerônimo de Araújo e Vanessa Carla Sayão Cortez	Qualidade de vida dos moradores de Rio das Pedras, uma análise acerca dos aspectos físicos e sociais da favela.	Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro e Universidade Estácio de Sá
11:36	Luanne de Andrade Brandão, Débora de Barros Cavalcanti Fonseca	Vulnerabilidades Urbanas: Diretrizes para urbanização de um trecho da Favela Sururu de Capote, Maceió - AL	Universidade Federal de Alagoas
11:48	Laila Beatriz da Rocha Loddi e Carlos Henrique Magalhães de Lima	Remoções/resistências: palavras em combate na formação e no cotidiano de Ceilândia	Universidade Estadual de Goiás, UEG e Universidade de Brasília
12:00	Adriana Teixeira Bahia, Luiz Augusto Maia Costa	RESISTÊNCIA NO ESPAÇO URBANO E SAÚDE MENTAL: O caso da comunidade da Rua Monsenhor Rubens Mesquita, Salvador - Bahia	PUC - Campinas
12:12	DEBATE		

14h	Eixo 4	Moderadores: Laura Bueno / Maria Carolina Maziviero / Carlos Henrique de Lima	
	Autores	Título	Instituição
14:00	Maria Luiza Dias Viana	Experiências de cocriação em espaços públicos precários	FAU - USP
14:12	Maria Carolina Maziviero; Marcelo Caetano Andreoli	Cartografias para uma outra Curitiba: o papel da Universidade para forjar novos mecanismos de representação e reconhecimento da produção social do espaço urbano.	DAU UFPR
14:24	Beatriz Helena Bueno Brandão e Laura Machado de Mello Bueno	Implantação de rotas acessíveis e políticas urbanas: estudo a partir de Medellín (Colômbia) e Campinas (Brasil)	Centro Universitário INTA e POSURB PUC - Campinas
14:36	Carlos Henrique Magalhães de Lima e Laila Beatriz da Rocha Loddi	Ativismo Urbano e Resistências coletivas em grandes conjuntos de favelas no Rio de Janeiro, 2011-2015	Universidade de Brasília e Universidade Estadual de Goiás, UEG.
14:48	Amanda Magalhães e Letícia Maria de Araújo Zambrano	TERRITÓRIO, CORPO E NARRATIVA:	UFJF
15:00	DEBATE		

11h	Eixo 5	Moderadores: Ana Paula Baltazar / Humberto Kzure / Tatiana Terry	
	Autores	Título	Instituição
11:00	Ana Paula Baltazar dos Santos	Assessoria técnica e pedagogia sócio-espacial	UFMG
11:12	Flávio Higuchi Hirao	O lugar da arquitetura na auto-construção: aporte para o debate a partir de experiências latinoamericanas.	FAU-USP
11:24	Débora Santos Gertrudes e Eduardo Moutinho Ramalho Bittencourt	Assessoria Técnica em urbanização de favelas: contradições nas políticas públicas e reconhecimento do espaço autoproduzido	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Departamento de Arquitetura e Urbanismo
11:36	Daniela Gettlinger	Atividade de extensão na comunidade do Moinho	PPGAU/Mackenzie
11:48	Mariana Sylvia de Souza Silva	ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DA ONG HABITAT PARA A HUMANIDADE EM HELIÓPOLIS	PPGAU/FAU-Mackenzie
11:00	DEBATE		

14h	Eixo 5	Moderadores: Ana Paula Baltazar / Humberto Kzure / Tatiana Terry	
	Autores	Título	Instituição
14:00	Alessandra Fonseca Masuda e Ivana Almeida de Figueriedo Jalowitzki	ASSISTÊNCIA TÉCNICA COMO FERRAMENTA PARA REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL NO DISTRITO FEDERAL.	Centro Universitário Planalto do Distrito Federal
14:12	Indalécia Sergia Almeida Brandao Escudero; Cintia Marino	HABITAÇÃO DE EMERGÊNCIA: a sociedade civil organizada como catalisadora de transformações no atendimento público às famílias em situação de vulnerabilidade no Município de São Paulo	Universidade Nove de Julho
14:24	José Saymom Gomes da Silva, Maristela Macedo Poleza e Marina Bernardes	Segregação socioespacial em contexto urbano	UNIDAVI
14:36	Ana Clara Oliveira de Araújo; Mariana Ribeiro Pardo; Gabriela Leandro Pereira	Arquitetura da Ponte: atravessamentos entre as políticas urbanas e a construção de outra(s) Nova(s) República(s) possível(is), Salvador/BA	Universidade Federal da Bahia
14:48	DEBATE		

11h	Eixo 6	Moderadores: Eliana Barbosa/ Renata Bastos da Silva	
	Autores	Título	Instituição
11:00	Rafaela Dalcanale Araujo	Des[abrigo]: Habitação Temporária Emergencial em Rio do Sul/SC	UNIDAVI
11:12	Mario Martins ; Fernanda Lima-Silva ; Carolin Klooner ; Vangelis Pitidis ; João Porto de Albuquerque e Maria Alexandra Cunha	Enhancing map-literacy through participatory mapping to improve community resilience: a case study in Rio Branco, Brazil	Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (Fundação Getúlio Vargas Escola de Administração de Empresas) ; Universidade de Heidelberg e Universidade de Warwick
11:24	Vera Santana Luz e Wesley Alves da Silva	FITORREMEDIAÇÃO PARA PRECARIIDADE URBANA: ESTUDO DE CASO COMO PILOTO REPLICÁVEL	PUC- Campinas
11:36	Carolina Hartmann Galeazzi	Monitoramento colaborativo das ilhas de calor a partir de estações meteorológicas de baixo-custo	PROURB
11:48	Aline Rocha	Economia Solidária e Tecnologia Social aplicadas à melhoria de habitações populares	PPGAU/UFF
12:00	Alexandra Jane de Carvalho Freitas; Moraes, Sérgio Torres; Paula Gabbi Polli; Marina Brito de Oliveira Marques; Maria Rita Soares.	Risco Tecnológico e Estruturas de Vida: uma reflexão sobre transformações urbanas e gestão de risco	FAU/UFSC
12:12	Giselle Mansur	Contribuições geográficas e (geo)tecnológicas na análise dos determinantes sociais da saúde	USP
12:24	DEBATE		

14h	Eixo 6	Moderadores: Eliana Barbosa/ Renata Bastos da Silva	
	Autores	Título	Instituição
14:00	Virginia Amaralinda Calabrez Martins, Miguel Fernandes Felipe	Inundações urbanas: a vulnerabilidade social como efeito da (re)produção urbana excludente	UFJF
14:12	Jackson Ricardo Rosa, Bruna Letícia Lopes, Daniela Bodnar, Mariane Steiner, Daniela Amanda Silva, Gratchieva Losi, Marina Bernardes	Entre medo e pertencimento - relatos dos moradores de áreas de risco	UNIDAVI
14:24	Renata Bastos da Silva, Ricardo José de Azevedo Marinho	O papel da Universidade na construção da geografia da desigualdade e vulnerabilidade	IPPUR/ Instituto Devecchi
14:36	Samia Nascimento Sulaiman e Fernando Rocha Nogueira	Da geotecnia para a gestão participativa: uma análise crítica de três projetos de extensão universitária com foco na redução de risco de desastre	Universidade Federal do ABC
14:48	Júlia de Souza Campos Paiva; Eliana Rosa De Queiroz Barbosa	Rural-Urban Moatize: Water Harvesting Design Strategies to Enable Community Driven Development	Poli USP e KU Leuven - Engineering Sciences: Architecture
15:00	Etyenne Junia Maia	MEMÓRIA URBANA E O DIREITO À CIDADE: um estudo de caso da trajetória da comunidade Marião em Contagem-MG.	Arquitetas Sem Fronteiras Brasil (ASF BRASIL)
15:12	DEBATE		

11h	Eixo 7	Moderadores: Beatriz Rocco / Marcelo Pérez / Otavio Leonídio	
	Autores	Título	Instituição
11:00	Bruno Motta de Vasconcellos e Leandro Serra Silva Pereira	A Extensão Universitária na esfera urbana do Projeto "Direitos em Movimento: Territórios e Comunidades".	PUC-Rio
11:12	Verônica Natividade	FavLab	DAU/ PUC-Rio
11:24	Dulce Olivia Fosado Martinez	Empoderamiento de mujeres empresarias: Contribución de la Universidad Politécnica Metropolitana de Hidalgo en México, para una ciudad igualitaria	Universidad Politécnica Metropolitana de Hidalgo. México
11:36	Juliana Demartini e Lara Alexandrina Amorim Nunes	Disciplinas extensionistas: em busca de práticas e interações dialógicas para além da sala de aula	Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)
11:48	Yana dos Santos Moysés; Luiz Fernando Flores Cerqueira e Leticia de Carvalho Giannella	O desenvolvimento de uma visão holística e multidisciplinar na formação do engenheiro comprometido com os valores da sociedade democrática, pluriétnica e racial	Celso Lisboa e ENCE/IBGE
12:00	Lucas Nakamura Cerejo; Décio Pradella; Décio Pradella; Bianca Rizk e Laura Bueno	Conscientização para participação popular: apoiar as Discussões sobre o Crescimento das cidades e a gestão das águas	PUC de Campinas
	Manuela Mendes, Gonçalo Folgado; Isabel Raposo e João Martins	Bairro 2 de Maio "todos os dias": a construção partilhada do direito à cidade e os desafios do programa Bip-Zip	FAUL
12:12	DEBATE		
14h	Eixo 7	Moderadores: Beatriz Rocco / Marcelo Pérez / Otavio Leonídio	
	Autores	Título	Instituição
14:00	Maira Machado Martins ; Patricia Maya Monteiro; Ana Carolina Xavier Soares; Felipe Berocan Veiga e Leticia Chrispim de Souza	Foruns híbridos de participação em projetos urbanos, arquitetônicos e paisagísticos: experiências de reconhecimento da paisagem urbana, de interação dialógica e construção da cidade.	DAU- PUC-Rio, PPGArq- PUC-Rio, FAU-UFRJ, MPAP- PROURB e PPGA/ ICF-UFF
14:12	Beatriz Rocco	Luchas populares por la vivienda, el hábitat y el derecho a la ciudad en Montevideo.	Universidad de la República. Facultad de Ciencias Sociales
14:24	Marcelo Pérez Sánchez, Lucía Abbadie, Leticia Folgar, Lauren Isach y Juan Alves	El Programa Integral Metropolitano de la Universidad de la República y los procesos de disputa por el derecho a la ciudad en la región noreste metropolitana de Montevideo.	Universidad de la República
14:36	Simone Gatti	A pesquisa participativa e as possibilidades da mediação de conflitos: o caso da atuação da universidade junto aos inquéritos ajuizados em ZEIS na cidade de São Paulo.	FAU - USP
14:48	Yana dos Santos Moysés	O discurso ambiental sob o viés "combate à pobreza" como forma de "exclusão social" em nome da "questão ambiental": o caso da Comunidade de Itambi	Celso Lisboa
15:00	Caio Frederico e Silva; Patricia Macedo Ferreira e Muhammad Braga Bazila	Município-Quilombola: métodos e conceitos para a construção do território negro brasileiro. Estudo de Caso: Quilombolas do Piauí - Brasil	UnB / Coletivo Negro de Estudantes da FAU- UNB e INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
15:12	DEBATE		

POSTERS

Eixo 1		
Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic; Laura Machado de Mello Bueno; Simone Bandeira Souza; Helena Bonfante Dal Bianco e Carla Monara da Silva	A força do trabalho comunitário para a melhoria da qualidade de vida nos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida em Campinas.	PUC-Campinas

Eixo 3		
Lincoln Paiva	DIALÉTICA DA EXCLUSÃO. A Urbanização da Desigualdade	FAU -Mackenzie
Carina Serra Amancio e João Sette Whitaker Ferreira	São Paulo inversa: Periferia é Periferia.	USP
Alexsander de Paula Pereira	Habitar a Caixa Preta	FAU UFRJ - estudante
Bárbara Cavalcante de Andrade Barioni, Hamilton Carraro Jr.	Análise do impacto da exploração imobiliária de autoconstruções nos processos planejamento, requalificação e gestão urbana de áreas deterioradas.	Centro Universitário Anhaguera de São Paulo
Maria Gabriela Lisboa	UM ESTUDO SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO URBANO NA CONTEMPORANEIDADE: O SER SOCIAL E A ONTOLOGIA DAS APROPRIAÇÕES.	Universidade do Estado de Mato Grosso
Felipe da Motta Bueno, Wilson Ribeiro do Santos Junior	Enfrentamento da Segregação Socioespacial no ensino da Arquitetura e Urbanismo.	PUC- Campinas
DINAH TEREZA PAPI DE GUIMARAENS, BRENO PLATAIS BRASIL	Arquitetura do Vazio em Favelas: Muros Verdes e Grafismos Indígenas no MACquinho, Morro do Palácio, Niterói/RJ.	PPGAU UFF

Eixo 4		
Antônio Francisco dos Santos Neto	Rio Favela Imobiliária, uma experiência lúdica das favelas no tabuleiro.	PROURB/UFRJ
Antônio Francisco dos Santos Neto	O imaginário da favela através do cinema: uma análise dos estereótipos reproduzidos no filme "Cidade De Deus".	PROURB/UFRJ

Eixo 5		
Maíra Machado Martins e Andressa De Luca Heredia de Sá	Assessoria Técnica: O papel de profissionais e estudantes de arquitetura em Ocupações	PPGARq/PUC-Rio
Francine Gramacho Sakata , Vitória de Mendonça e Gabriela Yumi Takase	Projeto de desenho urbano para a ocupação de terreno na OUC Água Espreada	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP)
Ana Paula Silva de Assis	Pedagogia sócio-espacial: uma abordagem por meio dos jogos	NPGAU / UFMG
Melissa Kikumi Matsunaga	O papel do curso de Arquitetura e Urbanismo na periferia do Brasil	Universidade Federal do Amapá - UNIFAP / Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Marina Bernardes e Maristela Macedo Poleza	Arquitetura para quem mais precisa	Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI

Eixo 7		
Aparecida Silva Santos Carbone; Alan Jacob; Diego Luis de S. Barato; Émerson Berganton Junior; Leandro Alonso; Vinicius Rafael Araujo Nogueira; Leticia Peixoto; Adriana Aparecida Ambrosio de Souza e João Paulo Barbosa Oliveira	CONSTRUINDO ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS: UM OLHAR SOBRE O DIÁLOGO ENTRE UNIVERSIDADE E COMUNIDADE A PARTIR DO PROJETO DE EXTENSÃO “LAPA”	UNISAL
Yana dos Santos Moysés	O discurso ambiental dos pescadores artesanais da Baía de Guanabara como estratégia de R-Existência	Celso Lisboa

SUBMISSÕES NÃO CIENTÍFICAS

Instituição	Autor	Título	atvdd	duração aprox.
-	Fred Le Blue	SP EU TE AMO, EU TE ODEIO	VÍDEO	10 min
FAU / USP	Ana Paula Lopes; Alice Mahlmeister; Ana Oliveira Lopes; Bianca Pereira; Gabriela Pedroso Chimello; Jaaziel Ferreira da Silva; Marcela Monteiro dos Santos; Natalia Tamanaka; Sandra Rufino	Jardim da União: O Direito de Estar	VÍDEO	21 min
Jacaré Filmes / UFPE	Rafael de Amorim Albuquerque e Luciana de Amorim Albuquerque	NANÃ	VÍDEO	25 min
Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias e Associação Pestalozzi de Duque de Caxias	Guilherme Moreira Dias	Projeto Arte e Movimento	POSTER	-
FAU / USP	Maria Luiza Belo	Remo(vidas)	VÍDEO	17 min
Coletivo Favela em Foco	Coletivo Favela em Foco	Urbanidades	PROJEÇÃO DE FOTOS	15 min
Vila Autódromo	Ana Priscila Rezende de Carvalho e Luiz Claudio Silva	Imagens de Memória e Luta - Vila Autódromo	VÍDEO	10 min



AGRADECIMENTOS

Rafael Souza, UFF

Franciele Guerra: UNESP

Eliana Barbosa: KU Leuven

Redes da Maré: Eliana Souza, Gisele, Isabela Porto, Andreza Jorge, Mariana Aleixo

Arquitetura da Periferia: Carina Guedes e Mariana Borel

IAB: Pedro da Luz

CAU-RJ: Ricardo Gouveia e Patricia Cordeiro

Grupo de choro da UFRJ, professora Sheyla Camargo

NAGIB 80, Casa de esfirras no Saara, RJ, Augusto Catão

ORGANIZAÇÃO & APOIOS

ENTIDADES ORGANIZADORAS



ENTIDADES PARCEIRAS





FOTOGRAFIAS

AUDITÓRIO PRINCIPAL / PUC RIO



AUDITÓRIO PRINCIPAL / PUC RIO



AUDITÓRIO PRINCIPAL / PUC RIO



SESSÕES TEMÁTICAS





SESSÕES TEMÁTICAS / PÔSTERES



Coquetel / Roda de Choro da EM



Visita ao complexo da Maré, Rio de Janeiro



Visita ao complexo da Maré, Rio de Janeiro



Visita ao complexo da Maré, Rio de Janeiro



Curso de capacitação em construção pelas arquitectas premiadas com Marielle Franco Community Award, com participação de moradores do complexo da Maré na Casa das Mulheres e sede da Redes da Maré.



Entrega do prêmio Marielle Franco Community Design Award às arquitetas do Belo Horizonte, ex-Arquitetas-sem-Fronteiras, e atualmente no projeto Arquitetura na Periferia.

Local: IAB RJ

